

# INTERFACES

## Família & Políticas Públicas



Volume  
Políticas de Proteção Social para Famílias na  
América Latina, Europa e Caribe

3

**REVISTA INTERFACES: FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS - RIFPP****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP**

Reitora Pro-Tempore: Raiane Patrícia Severino Assumpção

Pró-Reitora de Administração: Georgia Mansur

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Anderson da Silva Rosa

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Taiza Stumpf Teixeira

Pró-Reitor de Gestão com Pessoas: Elaine Damasceno

Pró-Reitoria de Planejamento: Juliana Garcia Cespedes

Pró-Reitora de Graduação: Ligia Ajaime Azzalis

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Fernando Atique

**ESCOLA PAULISTA DE ENFERMAGEM - EPE**

Diretora: Janine Schirmer

**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE – CEDESS**

Coordenadora: Sylvia Helena de Souza Batista

**PPG ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – MESTRADO PROFISSIONAL**

Coordenadora: Lucia da Rocha Uchoa Figueiredo

Vice-Coordenador: Leonardo Carnut

**CONSELHO EDITORIAL**

Alice Alice Dianezi Gambardella (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), Andrea Ribeiro da Costa (Universidade Federal do Pará – UFPA), Antonia Picornell-Lucas (Universidad de Salamanca – Espanha), Antonio Miguel Vieira Monteiro (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE), Eucaris Olaya (Universidad Nacional de Colombia), Kana Matsuo - (Shukutoku University-Japan), Juana Eugenia Arias Rojas (Universidad Autonoma de Chile), Maria Angelica Souza Ribeiro (Universidade de São Paulo – USP), Maria de Jesus Assunção e Silva (Universidade Federal de Piauí – UFPI), Marinalva de Sousa Conserva (Universidade Federal da Paraíba –UFPB), Maria Liduina de Oliveira e Silva (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP), Miguel Edgardo Vicente Trotta (Universidad Nacional de Lanus- Argentina), Moises Gustavo Garcia Jimenez (Universidad Nacional Mayor de San Marcos – Peru), Nildo Alves Batista (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP), Wendy Coxshall (Liverpool Hope University – Inglaterra)

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Revista Interfaces: Famílias e Políticas Públicas – RIFPP [recurso eletrônico] POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA FAMILIAS NA AMÉRICA LATINA, EUROPA E CARIBE / Organização de Ana Rojas Acosta. – 3. ed. -- São Paulo [SP]: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), 2023. 130p. (Revista Interfaces: Famílias e políticas publicas; v.3).

ISBN 978-65-87312-61-3 [coleção completa]

ISBN 978-65-87312-87-3 [volume 3]

DOI: 10.5281/zenodo.8070379

URL: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8070379>

Revista Interfaces: Famílias e Políticas Publicas – RIFPP.

I. Ana Rojas Acosta (org.) II. (org.) III. Bibliotecária Daianny Seoni de Oliveira – CRB8 7469 - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS) Escola Paulista de Enfermagem (EPE)

Palavras chaves: Famílias, Políticas de Proteção Social, Vulnerabilidade, Pandemia

# **POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA FAMÍLIAS NA AMÉRICA LATINA, EUROPA E CARIBE - Vol. 3**

**Editor / Organizador / Coordenador Técnico Pedagógica:**

Ana Rojas Acosta - UNIFESP, Brasil

**Editoração Eletrônica:**

Nilton Nunes dos Santos - UNIFESP, Brasil

**Arte e Design da Capa:**

Luis Antonio Garcia, Brasil

**Fotografia da Capa:**

Ana Rojas Acosta - Casa da Árvore, Brasil

Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde/CEDESS

Rua Pedro de Toledo, 859 • Vila Clementino • CEP 04039-032

Tel. (11) 5576.4874

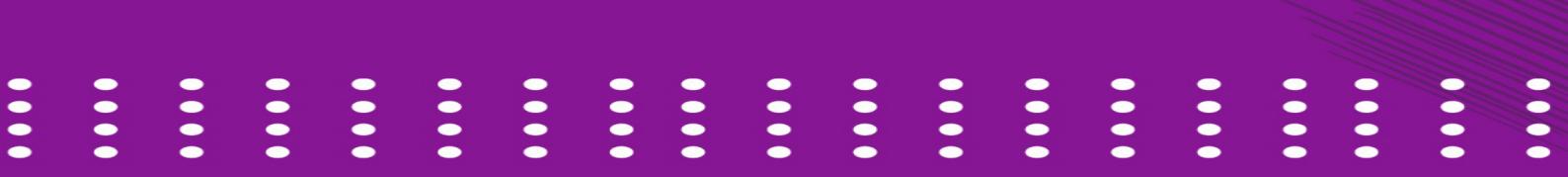
<http://www2.unifesp.br/centros/cedess/>

e-mail: cedess@unifesp.br

**Esta publicação se realiza com patrocínio:**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



# Sumário

## 6 SOBRE OS AUTORES

---

### 11 APRESENTAÇÃO

---

Ana Rojas Acosta

---

## PARTE I: POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA AMÉRICA LATINA, EUROPA E CARIBE

### 16 1. Questões Étnicas, Raça e Gênero Diante das Alterações Climáticas.

---

Alice Dianezí Gambardella

---

### 26 2. O Cotidiano da Assistência Social em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia. Preambulo para os companheiros latino-americanos, caribenhos e europeus.

---

Maria do Carmo Brant de Carvalho

---

### 34 3. Aversão aos Pobres: Grande Desafio para o Brasil.

---

Ana Rojas Acosta

---

### 42 4. Influencia del M-Learning como herramienta de aprendizaje en estudiantes universitarios durante la pandemia.

---

Luis Alberto Chávez Ramos, Moisés Gustavo García Jiménez, Mariela Teresa Pariona Benavides, Jack Albert Navarro Chang

---

### 49 5. Envelhecimento e Políticas Públicas no Brasil: Desafios à Atuação do Serviço Social.

---

Maria do Rosário de Fátima e Silva

---

### 59 6. Os Municípios de Pequeno Porte e a Pandemia da COVID-19: Anotações sobre a Gestão da Política de Assistência Social.

---

Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro, Iracilda Alves Braga

---

### 70 7. Seguridad Alimentaria y Desarrollo Urbano: Notas para la reflexión de los territorios en tanto espacialidades productivas (Provincia de Buenos Aires, 2010-2020).

---

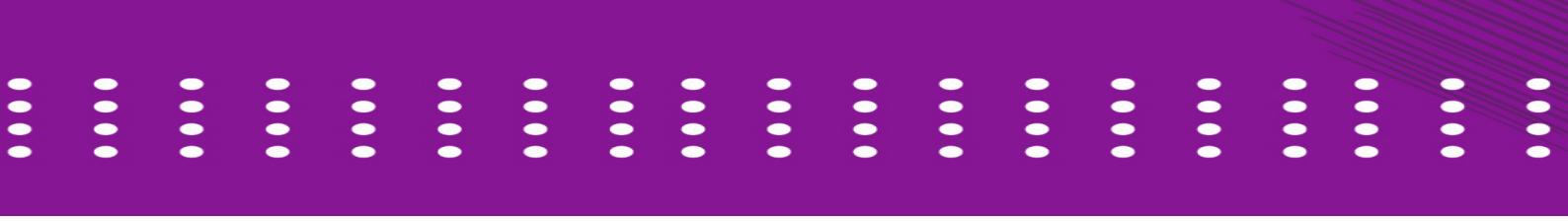
Miguel Edgardo Vicente Trotta

---

### 81 8. El Continuum de las Violencias Basadas en Género - VBG: Jóvenes entre lo público y lo privado.

---

Eucaris Olaya, Yolanda Puyana Villamiza, María Clara Salive, Ángela Rocío Bernal Martínez



# Sumário

- 89** 9. A Produção Técnico-Científica de Estudos em Redes Intersetoriais e Interinstitucionais de Pesquisa: A experiência da plataforma COVID-19/PB.

Marinalva Conserva, Alice Dianezi Gambadella, Antônio Miguel Monteiro, Neir Antunes Paes

- 
- 99** 10. Desarrollo Urbano Integral y Desarrollo Policéntrico: Inversión pública, inversión privada y participación de las organizaciones de la sociedad civil.

Miguel Edgardo Vicente Trotta

- 
- 109** 11. Educación e Investigación Abierta: Reflexiones y desafíos para América Latina y El Caribe.

Ana Elena Schalk Quintanar

---

## **PARTE II: PRÁTICAS INTERVENTIVAS COM FAMÍLIAS**

- 118** A Formação do/a Assistente Social em Curso de Graduação a Distância: Uma abordagem reflexiva do olhar docente.

Raquel de Fátima Ferreira Azevedo, Ana Rojas Acosta

- 
- 125** **REVISTA INTERFACE: FAMILIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS – RIFPP**  
**INSTRUÇÕES PARA PROXIMAS PUBLICAÇÕES**

# Sobre os Autores

## **ALICE DIANEZI GAMBARDELLA**

Socióloga, mestre e doutora em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC/SP. Pos-doutora pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB e Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e Ensino das Ciências em Saúde da Universidade Federal de São Paulo, Brasil.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7716352580252687>

E-mail: [alicedigam@gmail.com](mailto:alicedigam@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4222-1269>

## **ANA ELENA SCHALK QUINTANAR**

Doutora em Educação pela Universidade de Sevilla – Espanha. Responsável pela aprendizagem do Centro Académico de Ensino e Aprendizagem da Trinity College Dublin, Irlanda.

E-mail: [maschalk@gmail.com](mailto:maschalk@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2317-9117>

## **ANA ROJAS ACOSTA**

Assistente Social, Mestre, Doutora e Pos-doutora pela Pontifícia Universidad Católica São Paulo - Docente do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde – CEDESS da Universidade Federal São Paulo. Bolsista Produtividade CNPq Pq2.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4761034356311819>

E-mail: [ana.rojas@unifesp.br](mailto:ana.rojas@unifesp.br) –

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1474-0715>

## **ÁNGELA ROCÍO BERNAL MARTINEZ**

Trabajadora Social, Mestranda em Trabalho Social, énfasis em Família e Redes Sociais. Facultad de Ciencias Humanas da Universidad Nacional de Colombia. Licenciatura em Psicología e Pedagogía, Universidad Pedagógica, Mestranda em Trabalho Social com ênfase em Família e Redes Sociais. Facultade de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Colombia.

E-mail: [anbernal@unal.edu.co](mailto:anbernal@unal.edu.co)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8284-8763>

# Sobre os Autores

## **ANTONIO MIGUEL VIEIRA MONTEIRO**

Engenheiro Elétrico pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Mestre em Computação Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e Doutorado pelo Space Science Centre da Escola de Engenharia e Ciências Aplicadas de School of Engineering and Applied Sciences da University of Sussex at Brighton e em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação. Pesquisador Sênior da Divisão de Processamento de Imagens do INPE. Coordenador do LiSS/INPE-SJC/SP/Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0654596992211296>

E-mail: [miguel@dpi.inpe.br](mailto:miguel@dpi.inpe.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1477-1749>

## **EUCARIS OLAYA**

Trabajadora Social, Mestre em Educação e Doctora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Docente Associada do Departamento de Trabajo Social, Líder do Grupo de Pesquisa, Estudios em Familia e Directora de Bem-Estar Universitario da Facultade de Ciencias Humanas da Universidad Nacional de Colombia - Colômbia. Directora de Bem-Estar Universitario de la Facultad de Ciencias Humanas/Universidad Nacional de Colombia - Colombia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4123219514546364>

E-mail: [euolaya@unal.edu.co](mailto:euolaya@unal.edu.co)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8364-8379>

## **IRACILDA ALVES BRAGA**

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (UFPE), docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós- graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, membro do NEF/UNESPI e líder do GEPSS/UFPI. Teresina, Piauí, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/ 7992124966013124>

E-mail: [iracildabraga@ufpi.edu.br](mailto:iracildabraga@ufpi.edu.br)

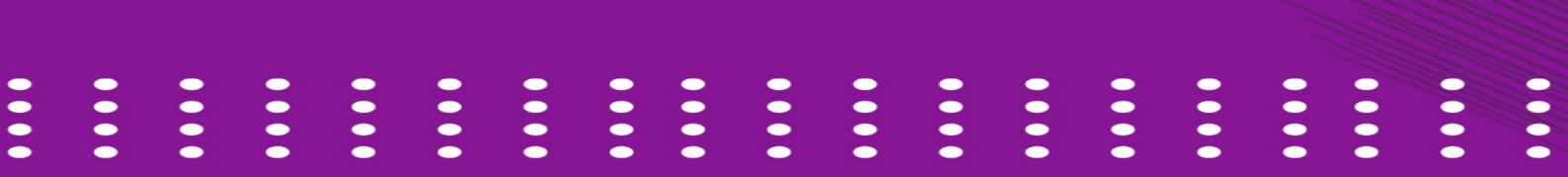
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2533-4205>

## **JACK ALBERT NAVARRO CHANG**

Comunicador social com Licenciatura em Ciencias da Comunicação, Mestre em Administração e Direção de Empresas. Docente da Universidad Tecnológica del Peru – UTP / Peru.

Email: [c20769@utp.edu.pe](mailto:c20769@utp.edu.pe)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9592-4366>



# Sobre os Autores

## **LUIS ALBERTO CHÁVEZ RAMOS**

Comunicador audiovisual com Licenciatura em Ciências da Comunicação, Mestre em Ciências da Comunicação com especialização em Comunicação para o Desenvolvimento e Docente da Universidade Privada do Norte - Peru.

Email: alberto.chavez@upn.pe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8805-2427>

## **MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO**

Assistente Social, doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e pós-doutora pela École des hautes études en Sciences Sociales (EHESS) - Paris, França. Professora aposentada do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3611385152052994>

E-mail: mcbrant43@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0123-5556>

## **MARIA DO ROSARIO DE FATIMA E SILVA**

Assistente Social, Mestre, Doutora e Pos-Doutora em Serviço Social e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI-Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4414372573983828>

E-mail: mrosariofat@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8046-3053>

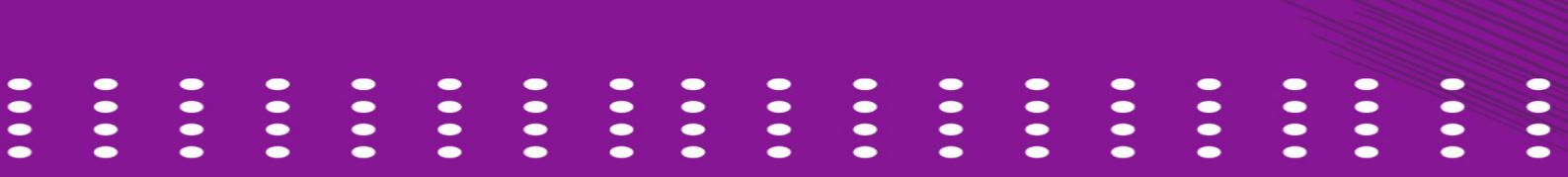
## **MARINALVA CONSERVA**

Psicóloga, Mestre, Doutora e Pos-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (BR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – NEPPS/PPGSS/UFPB – Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7988302250649908>

E-mail: mconserva@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5592-6236>



# Sobre os Autores

## MARÍA CLARA SALIVE

Profesional en Estudios Literarios. Doctora en Arte e Arquitectura. Docente Universitaria de Universidade Nacional de Colombia.

E-mail: [csalivep@unal.edu.co](mailto:csalivep@unal.edu.co)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-21778623>

## MARIELA TERESA PARIONA BENAVIDES

Comunicador Social com Licenciatura em Ciências da Comunicação, Mestre em Comunicação Social com menção em Investigação em Comunicação, Doutora em Gestão Pública e Governança e Docente na Universidade César Vallejo / Peru.

E-mail: [mparionab@ucvvirtual.edu.pe](mailto:mparionab@ucvvirtual.edu.pe)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4279-0154>

## MAURICÉIA LIGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós- graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4402529384605271>

E-mail: [mmnevesdacosta@ufpi.edu.br](mailto:mmnevesdacosta@ufpi.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009- 0000-1074-9048>

## MIGUEL EDGARDO VICENTE TROTTA

Advogado, Trabajador Social, Cientista Político, Mestre e Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Docente da Universidad Nacional de Lanús – Argentina.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8019440114807593>

E-mail: [mtrotta@unla.edu.ar](mailto:mtrotta@unla.edu.ar)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8784-9087>

# Sobre os Autores

## **MOISÉS GUSTAVO GARCÍA JIMÉNEZ**

Comunicólogo com Licenciatura em Ciencias da Comunicação, Mestre em Antropología, Doutorando em Ciências Políticas e docente da Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4088472742630153>

E-mail: [mgarciaj@unmsm.edu.pe](mailto:mgarciaj@unmsm.edu.pe)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5985-9969>

## **NEIR ANTUNES PAES**

Graduado em Estatística, em Ciências e Matemática, Mestre em Estatística, Doutor em Demografía da Saúde pela London School of Hygiene and Tropical Medicine, University of London e pos-doutorados pela Johns Hopkins Public Health School – USA e Escola de Saúde Pública da Universidade do Porto – Portugal. Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Modelos de Decisão e Saúde -PPGMDS da Universidade Federal da Paraíba – Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0616539963047807>

E-mail: [antunes@de.ufpb.br](mailto:antunes@de.ufpb.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0927-9103>

## **RAQUEL DE FÁTIMA FERREIRA AZEVEDO**

Assistente Social, Mestre em Ensino das Ciências em Saúde pelo Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde da Universidade Federal de São Paulo - Brasi.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/ 2297294685756811>

E-mail: [raquel.azevedo013@gmail.com](mailto:raquel.azevedo013@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009.0001-0625-7849>

## **YOLANDA PUYANA VILLAMIZAR**

Professora convidada no Programa de Mestrado em Trabalho Social. Membro do Grupo Estudos em Família da Facultade de Ciencias Humanas da Universidad Nacional de Colombia. Trabajadora Social, Mestre em Estudo Integral da População e Especialista em Terapia Sistémica

E-mail: [ypuyanav@unal.edu.co](mailto:ypuyanav@unal.edu.co)

ORCID: <https://orcid.org/ 0000-0002-61648682>

# APRESENTAÇÃO

---

A Revista Interfaces: Famílias e Políticas Públicas apresenta neste terceiro volume uma variedade de temas relevantes que abordam a proteção social das famílias na América Latina, Europa e Caribe. Essa diversidade justifica a publicação desta coletânea em português e espanhol. Os estudos foram realizados ao longo do ano de 2022 durante os Encontros de Pesquisadores promovidos pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Famílias e Políticas Públicas - NEF. Composto por doze produções interessantes, importantes e necessárias, a primeira parte contém artigos sobre as políticas de proteção social nessas regiões, conforme descrito a seguir:

No artigo primeiro, intitulado Questões étnicas, raça e gênero diante das alterações climáticas, Alice Dianezi Gambardella do Brasil, destaca as questões étnicas, raciais e de gênero no contexto das alterações climáticas. São exploradas a proteção da população quilombola e tradicional no Brasil, bem como a conciliação entre práticas tradicionais de cultivo e a indústria de commodities. Além disso, discute-se a importância da proteção social diante de desastres naturais e a falta de resiliência e resposta adequada a esses eventos, que têm impactos significativos na desigualdade de gênero.

O segundo artigo, Maria do Carmo Brant de Carvalho do Brasil, aborda O Cotidiano da Assistência Social em tempos de pandemia e pós-pandemia e compartilha reflexões sobre os desafios enfrentados nesse contexto. Medidas indispensáveis incluem a renda básica, embora se reconheça que não é suficiente para erradicar a pobreza. É essencial promover a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, considerando a redução da jornada de trabalho e a criação de oportunidades temporárias de emprego. Fortalecer e expandir as políticas de proteção social, garantindo uma renda mínima, trabalho digno e integração das ações públicas, é fundamental para enfrentar a crise econômica, política e social no Brasil. A busca pela equidade social deve ser uma prioridade na construção de um país mais justo e inclusivo.

Reflexões sobre a Aversão aos Pobres como um desafio importante no Brasil apresenta Ana Rojas Acosta, no terceiro artigo. O texto discute a aporofobia, que se refere ao medo, rejeição e desprezo direcionados aos pobres, perpetuando a exclusão social. Argumenta que o combate à pobreza requer políticas públicas efetivas, focadas na redução da desigualdade de renda, na inserção no mercado de trabalho e na oferta de oportunidades de capacitação.

O quarto artigo, realizado por pesquisadores Luis Alberto Chávez Ramos, Moisés Gustavo García Jiménez, Mariela Teresa Pariona Benavides e Jack Albert Navarro Chang do Peru, intitulado Influência del M-Learning como Ferramenta de Aprendizagem de Estudantes Universitários durante a pandemia Covid 19 tem como objetivo compreender os fatores que impulsionam a intenção de usar dispositivos móveis para a aprendizagem em estudantes de uma universidade pública na cidade de Ayacucho, durante o estágio de confinamento como resultado da pandemia de Covid-19. Foi utilizada uma abordagem quantitativa utilizando de Aceitação e Uso de Tecnologia (UTAUT). Os resultados mostram que a utilização de dispositivos móveis como ferramenta de aprendizagem em estudantes universitários foi significativa, e que os factores utilizados no modelo de investigação tiveram uma correlação significativa na intenção comportamental percebida para utilizar o m-learning.

No quinto artigo, Maria do Rosario de Fátima e Silva aborda o tema Envelhecimento e Políticas públicas no Brasil: desafios a atuação do Serviço Social e traz reflexões acerca do processo de envelhecimento no Brasil e sua interface com as políticas públicas destinadas a garantir os direitos da população idosa. Nesta perspectiva ressalta-se a contribuição do Serviço Social enquanto profissão que atua na gestão e operacionalização de políticas programas e serviços com vistas ao atendimento das necessidades dos idosos, enquanto sujeitos de direitos. Esse contingente populacional tem crescido progressiva e aceleradamente no país pressionando a agenda pública governamental no sentido da formulação e implementação de políticas de proteção social com vistas a garantia dos direitos de cidadania às diferentes velhices que se formam neste contexto.

O sexto artigo, Os municípios de pequeno porte e a pandemia da COVID-19: anotações sobre a gestão da política de assistência social escrito por Mauriceia Lígia Neves da Costa Carneiro e Iracilda Braga, abordam sobre a importância de considerar as particularidades regionais dos territórios brasileiros na formulação e implementação da política de assistência social como um direito social. Destacam que os municípios de pequeno porte abrigam uma parcela significativa da população brasileira e enfrentam desafios adicionais durante a pandemia, devido às condições precárias de atendimento e à necessidade de oferecer respostas rápidas às situações de vulnerabilidade e risco social. É fundamental compreender como as gestões municipais se organizaram para atender às demandas emergenciais dos usuários da política de assistência social, considerando as características territoriais, a realidade socioeconômica e a infraestrutura estatal.

O sétimo artigo, Segurança alimentar e o desenvolvimento urbano na província de Buenos Aires, Argentina, no período de 2010 a 2020 de autoria de Miguel Edgardo Vicente Trotta, destaca o papel do Estado em todos os níveis, a articulação entre produtores da agricultura familiar urbana e periurbana e o planejamento em diferentes níveis territoriais como elementos essenciais para enfrentar a insegurança alimentar. O autor ressalta a importância de fortalecer a articulação entre empreendedores, organizações e a regularização das condições de trabalho dos empreendedores familiares, além de promover a intersectorialidade com políticas de segurança alimentar e incluir os produtores na formulação de políticas públicas, a fim de tornar o contexto das relações capitalistas de produção mais sustentável.

No oitavo artigo, Eucaris Olaya, Yolanda Puyana Villamiza, María Clara Salive e Ángela Rocío Bernal compartilham os resultados de uma pesquisa realizada na Universidade Nacional da Colômbia sobre O continuum das violências baseadas no gênero (VBG) e as táticas de resistência no contexto das trajetórias de vida dos estudantes universitários. O estudo considera os espaços familiares, públicos, as relações interpessoais e as dinâmicas institucionais na universidade como cenários cotidianos de socialização e convivência dos jovens. As descobertas da pesquisa permitem compreender as experiências vividas pelos estudantes e fornecer uma melhor atenção e acompanhamento integral. Recomenda-se fortalecer os protocolos de prevenção e atendimento às VBG e violências sexuais, com um espaço de escuta no bem-estar universitário para acolher os estudantes, fornecer orientação segura e incentivar a denúncia

de episódios de violência. Além disso, é necessário manter ações articuladas para a prevenção e eliminação das VBG e violência sexual, tanto dentro quanto fora do ambiente universitário.

O nono artigo descreve uma experiência de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional intitulada A Produção Técnico-Científica de Estudos em Redes Intersetoriais e Interinstitucionais de Pesquisa: a experiência da Plataforma Covid-19/PB. Esse estudo foi realizado por diversos centros de pesquisa brasileiros com o objetivo de contribuir para a tomada de decisão dos gestores de políticas públicas de proteção social no enfrentamento da pandemia. Os autores do artigo são Marinalva Conserva, Alice Dianezi Gambadella, Antônio Miguel Monteiro e Neir Antunes Paes. Como resultado desse conjunto de pesquisas, foi desenvolvida a produção de Matrizes de Indicadores de Proteção Social dos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social, no âmbito do Projeto - Plataforma Covid-19/PB: relações entre saúde, território e proteção social em tempos de crise socio-sanitária (FAPESQ-PB/UFPB, 2020).

No décimo artigo trata-se sobre Desenvolvimento urbano integral e desenvolvimento policêntrico (Investimento público, investimento privado e participação de organizações da sociedade civil. O caso do Subúrbio Sul, Província de Buenos Aires (2018-2022) de autoria Miguel Edgardo Vicente Trotta, aborda a importância de considerar as particularidades regionais na formulação de políticas de desenvolvimento urbano integral, com foco na localidade de Monte Chingolo, situada no Partido de Lanús, na província de Buenos Aires. Destaca que os investimentos públicos em infraestrutura nessas cidades levam à valorização do solo, concentrando pessoas de baixa renda em áreas periféricas e aumentando a desigualdade de acesso a bens e serviços. O policentrismo surge como uma abordagem para promover a coesão territorial, buscando desenvolver subcentros articulados em redes dentro do mesmo território. O investimento público é considerado essencial para alcançar um desenvolvimento equitativo e homogêneo, enquanto o investimento privado por si só não é suficiente.

Por fim, no décimo primeiro artigo desta primeira parte, Ana Elena Schalk Quintanar da Irlanda, discute sobre Educação e Investigação Aberta: Reflexões e Desafios para América Latina e o Caribe. O artigo aborda a educação e a pesquisa abertas na região, oferecendo recomendações para promover e desenvolver essas práticas. A autora sugere o estabelecimento de um Marco de Referência regional, ou seja, a criação de uma política comum aprovada por todos os países, além da promoção da institucionalidade da educação aberta e da colaboração entre instituições. No contexto da educação superior, destaca-se a necessidade de transformação digital, estratégias de médio e longo prazo, novos modelos de certificação e financiamento adequado. É enfatizada a importância do engajamento dos profissionais e pesquisadores por meio de incentivos, bem como a promoção do uso de licenças abertas. Essas recomendações têm como objetivo impulsionar a implementação da educação e pesquisa abertas na região da América Latina e do Caribe.

Na segunda parte deste volume, intitulada “Práticas Interventivas”, Raquel de Fátima Ferreira e Ana Rojas Acosta partilham uma pesquisa apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ensino das Ciências em Saúde, sobre A formação do/a assistente social em curso de graduação a distância: uma abordagem reflexiva do olhar docente. A pesquisa identificou potencialidades e fragilidades nesse processo de ensino sobre o olhar docente. Destaca-se a insegurança e a dificuldade dos docentes em lidar com recursos tecnológicos, o que representa um desafio para o ensino-aprendizagem a distância. É fundamental que os envolvidos compreendam e dominem as tecnologias disponíveis para alcançar melhores resultados. Além disso, foi constatada uma relação precária entre os docentes e as instituições de ensino, manifestando-se preocupações em relação à falta de adequada equiparação salarial diante das exigências pedagógicas. Como resultado, propõem o desenvolvimento de curso de capacitação com o objetivo de atualizar e qualificar a esses docentes no uso de ferramentas tecnológicas e práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa.

Desejamos que este volume da RIFPP contribua para a reflexão e aprofundamento dos temas abordados, além de subsidiar práticas e políticas públicas voltadas para a proteção social das famílias na América Latina, Europa e Caribe.

**Boa leitura!**

Ana Rojas Acosta

# **PARTE I:**

## **POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL COM FAMILIAS NA AMÉRICA LATINA, EUROPA E CARIBE**

# **1. QUESTÕES ÉTNICAS, RAÇA E GÊNERO DIANTE DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

# 1. QUESTÕES ÉTNICAS, RAÇA E GÊNERO DIANTE DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS<sup>1</sup>

---

Alice Dianezi Gambardella

## Introdução

Este trabalho aborda as questões étnicas, raça e gênero diante das alterações climáticas na América Latina, similares as realidades de países vizinhos como Chile, Peru, Argentina e Colômbia, representadas aqui entre os membros do NEF. O desenvolvimento insustentável compromete a resiliência das populações afetadas e do Brasil como um todo, além de causar impactos ambientais e sociais. A exploração predatória de recursos naturais, como a produção agropecuária de carne e a extração de argila, tem consequências globais e regionais. Isso resulta em aumento da temperatura, redução da vegetação, desequilíbrio na segurança alimentar e danos à saúde da população devido à contaminação e desastres naturais. É fundamental reconhecer que esses desastres não são naturais, mas sim causados pela ação humana. A cooperação internacional e a valorização dos recursos naturais como bens comuns são necessárias para combater o desenvolvimento insustentável e garantir um futuro sustentável para o Brasil e o planeta. A abordagem, portanto, será em três tópicos: Desenvolvimento Instustentavel, Diminuição da Resilience e Diagnóstico Social.

### 1. Desenvolvimento Insustentável

Mais uma vez, é importante ressaltar os impactos das alterações climáticas e suas implicações para além da esfera econômica. Essa realidade nos leva a um desenvolvimento oposto aos objetivos de sustentabilidade, resultando em um desenvolvimento insustentável que compromete não apenas a resiliência da população afetada, mas de toda a população brasileira. Todos nós sofremos os efeitos da crise climática.

<sup>1</sup>. O primeiro encontro realizado pelo NEF, em fevereiro de 2022, abordou diálogos sobre questões étnicas, raça e gênero diante das alterações climáticas. Durante o evento, foram discutidos temas relacionados aos desastres múltiplos, que ocorrem em contextos de sobreposição de crises, como os desafios enfrentados no campo social, como a fome, a seca e a violência urbana. O objetivo foi desnaturalizar os desastres e destacar as políticas de direito nesse contexto. Este texto é um resumo da apresentação virtual realizada no encontro.

Ao discutir essa exploração predatória, é fundamental compreender que o Brasil não atua de forma isolada em sua economia, mas sim em interdependência comercial com outras economias globais. Existem exemplos que ilustram claramente essa situação, como a exploração mineral, vegetal e animal.

No caso da produção agropecuária de carne para consumo humano no Brasil, essa cadeia produtiva não afeta apenas nosso território e as áreas florestais. Além da necessidade de solo, o gado também requer alimentos e água. Países como o Japão, que possuem limitações de espaço, dependem da produção brasileira. No entanto, a preservação das florestas tem sido um obstáculo para a produção em grande escala de culturas como soja e criação de gado.

Essas atividades têm um impacto significativo na composição da indústria alimentícia internacional. Por exemplo, a indústria do couro do gado brasileiro é utilizada na produção de assentos de carros de luxo nos Estados Unidos (TNYT, 2021). Portanto, reduzir essa questão apenas à escolha individual de consumir ou não carne é um simplismo, uma vez que o impacto internacional de nossas atividades abrange produtos como soja, carne, ferro e outros minérios.

**Figura 1. Observatório da mineração**

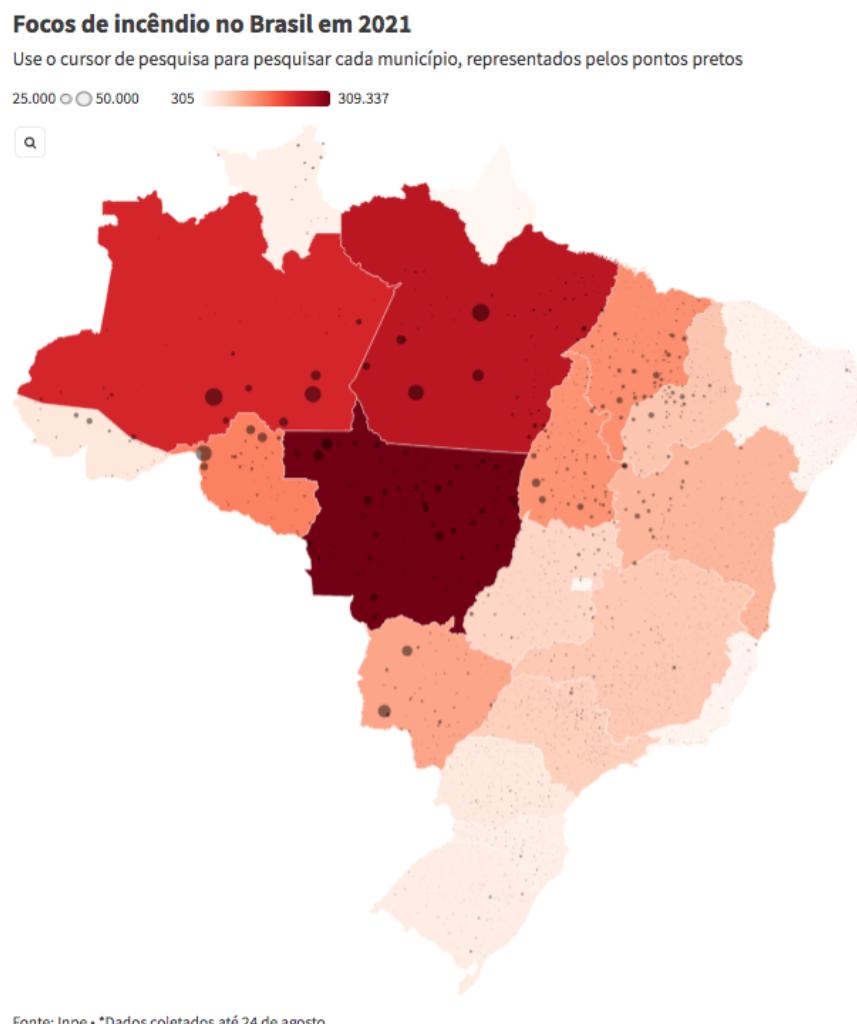


Fonte: <https://www.aguasustentavel.org.br/conteudo/blog/51-geominas-brasil-e-um-pais-com-vocacao-mineral>

O segundo exemplo refere-se às ações que contribuem para acelerar o processo de desertificação no semiárido nordestino do Brasil. Apesar do solo argiloso, o cerrado é uma região com grande biodiversidade e possui a capacidade de reter água durante a seca. Esse solo é responsável por captar e armazenar os detritos da biodiversidade, em um ciclo sazonal marcado pelos períodos de seca e chuva (EMBRAPA, 2022). No entanto, tem havido uma intensa exploração da argila presente nos leitos dos rios e nos pequenos açudes naturais, em uma escala industrial, pela indústria cerâmica. Essa exploração tem efeitos devastadores para as pessoas que vivem nessas pequenas comunidades, que têm uma economia baseada em práticas tradicionais de subsistência. A grande indústria ceramista paga valores irrisórios pela extração dessa argila valiosa, que desempenha um papel crucial na proteção do solo contra a evaporação, contribuindo assim para acelerar ainda mais o processo de desertificação. Essa argila valiosa é utilizada na produção em larga escala de telhas, porcelanatos e outros produtos cerâmicos (TNYT, 2021).

Dessa forma, chamamos a atenção para a cadeia de produção e para a situação das pessoas que vivem e estão expostas nesse território, ficando à mercê das forças do mercado para sua subsistência. É extremamente difícil para uma população resistir e se manter firme diante do poder do capital, especialmente quando essa população é empobrecida e acaba se submetendo a condições que comprometem até mesmo sua própria sobrevivência na convivência com o semiárido.

**Figura 2. Incêndios no Brasil**



## 2. Diminuição da Resiliência

Esses processos de degradação da cobertura vegetal têm consequências que têm sido observadas internacionalmente, inclusive nas Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas (COPs). Essas consequências incluem o aumento da temperatura do planeta, a redução da cobertura vegetal e a queima de combustíveis fósseis nas nossas fontes de energia, o que leva ao aumento dos incêndios florestais. Essa realidade exige um controle urgente.

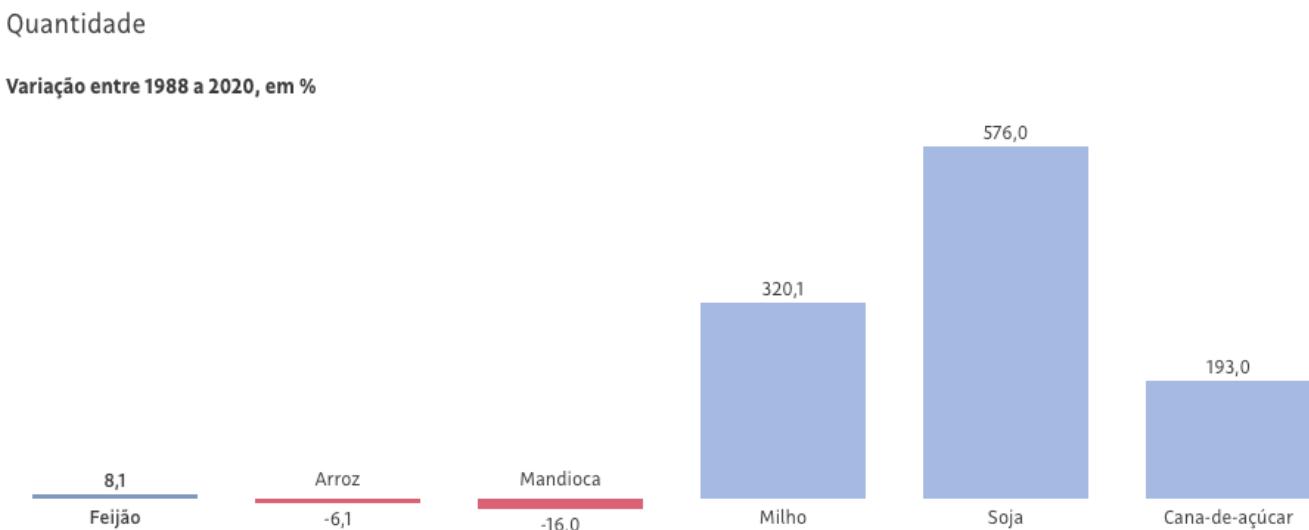
Apresento um mapa para ilustrar que as regiões periféricas da Amazônia foram severamente afetadas pelos incêndios florestais. Embora os números atuais não sejam tão altos quanto em picos anteriores na série histórica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), existem várias pesquisas indicando o avanço da soja e da pecuária em direção ao bioma amazônico - o que é extremamente preocupante.

Observamos, portanto, dois processos simultâneos em andamento: a exploração irresponsável das reservas naturais (madeira, ouro, etc.), em que a extração ocorre se houver lucro e, caso contrário, a área é queimada para abrir espaço para a produção de milho, soja e expansão da criação de gado, principalmente.

Nesse primeiro cenário macro em relação aos nossos ativos minerais, animais e vegetais, que

deveriam ser valorizados internacionalmente e protegidos como bens comuns, estamos testemunhando uma degradação sem precedentes causada pelo mercado de capitais.

Figura 3. Variações de 1988 a 2020 (%)



Fonte: Dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE)

O Brasil agrário, ao ser acompanhado por mais de 22 anos, revela, conforme demonstrado no gráfico, uma clara involução na produção de feijão, arroz e mandioca, enquanto ocorre uma evolução na produção de milho, soja e cana-de-açúcar. Esses três últimos produtos têm sido responsáveis por abastecer a indústria alimentícia e de combustíveis em escala internacional, ao passo que há uma redução na produção de feijão, arroz e mandioca, que são a base da alimentação do povo brasileiro.

Contudo, esse panorama vai além de ser apenas um mercado de ativos e capitais. Ele aponta para um processo evolutivo de empobrecimento da biodiversidade em nosso território, o que resulta na perda de vários biomas e compromete o equilíbrio sistêmico que deveríamos valorizar. Em uma escala micro, isso implica na redução da nossa própria biota.

Sustenta-se que a economia, do Brasil agrário, está imerso em uma exploração depredatória de seu ambiente e espaço territorial, por meio de commodities pouco manufaturadas. Essa exploração tem impactos negativos, acarretando uma redução da biodiversidade, prejudicando a fauna, a flora e as comunidades indígenas e tradicionais.

É importante destacar que essa síntese apresentada está simplificada, assemelhando-se a uma caricatura, pois as setas no gráfico não representam relações unidirecionais, mas sim uma interconexão entre os elementos. É importante ressaltar os impactos negativos decorrentes do uso extensivo de commodities no campo, que demandam grandes quantidades de água e agrotóxicos altamente contaminantes.

A legislação brasileira em relação ao controle de agrotóxicos ainda apresenta certa flexibilidade. Eles são frequentemente pulverizados por via aérea, sem um devido controle no manuseio desses químicos, que são altamente cancerígenos. Os pesticidas acabam contaminando os lençóis freáticos e a água, afetando não apenas os agricultores expostos, mas também as comunidades rurais e urbanas. Respiramos e consumimos esses agrotóxicos, resultando na contaminação dos nossos lençóis freáticos.

As queimadas também têm impacto na poluição e no aumento da temperatura, contribuindo para o crescimento dos gases de efeito estufa. Além disso, a extração de madeira tem um efeito significativo na cobertura vegetal do solo, comprometendo a retenção de nutrientes essenciais e a sustentação dos biomas.

Trazemos à tona o cenário atual para demonstrar que as crises climáticas são resultados das decisões tomadas durante a Era do Antropoceno. Essas escolhas estão levando a um mundo mais aquecido, com chuvas mais intensas e secas mais graves. Anteriormente, o Brasil era considerado um país abençoado, pois não enfrentava tornados, enchentes e desastres naturais. No entanto, essa situação está mudando rapidamente, e estamos presenciando um aumento significativo na ocorrência de desastres, como deslizamentos com vítimas na região serrana do Rio de Janeiro, que se tornaram recorrentes, e o rompimento de barragens de rejeitos de minério em Mariana e Brumadinho.

O desastre de Brumadinho contaminou um rio de extrema importância para o país, chegando até o Rio São Francisco. Três anos antes, na cidade vizinha de Mariana, o rompimento de uma barragem também contaminou o Rio Doce. Esses eventos são consequências da exploração de recursos de forma exploratória e negligente, resultando na contaminação das águas dos rios, que são fontes de vida para humanos e animais. Podemos acrescentar a esses casos a exploração do sal-gema em Maceió, capital de Alagoas, onde quatro bairros estão sendo completamente desocupados e mais de 50 mil pessoas estão sendo removidas devido ao risco de colapso do solo.

É importante lembrar que os processos de reparação e indenização são demorados no Brasil e nem sempre justos. Quando as pessoas abrem mão e aceitam as condições oferecidas, acabam cedendo suas propriedades para as empresas, e não para o Estado. Dessa forma, o Estado não assume a responsabilidade nessa situação, e as pessoas são retiradas de suas casas, tornando-se completamente dependentes das empresas. O último deslizamento de terra na região serrana do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2022, resultou no desaparecimento de cerca de 200 pessoas. Isso demonstra que os desastres no Brasil não são tão naturais como muitos afirmam.

A literatura está indo contra essa concepção, mostrando que os desastres são consequências da ação humana e enfatizando a necessidade de desnaturalizá-los, assim como a seca no Nordeste. Conviver com a seca e com os processos de desertificação do semiárido é uma realidade, mas não os considerar como calamidade pública é um equívoco. Agora, precisamos desnaturalizar os desastres para proporcionar respostas mais efetivas para a nossa população.

**Figura 4. Municípios monitorados em áreas de risco no Brasil. IBGE/CEMADEN, 2010**



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Base da População em Áreas de Risco no Brasil. Rio de Janeiro, 2018

O Brasil é rico em diversidade de biomas, abrangendo a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal, a Mata Atlântica e o Pampa. Contudo, nas áreas de transição entre esses biomas, é possível observar a exploração desenfreada da madeira e o surgimento de focos de queimadas, sendo o Acre o estado com

maior incidência de queimadas em 2021. Essa destruição da floresta ocorre devido à busca por terras agricultáveis e ao avanço da agropecuária. Como resultado, a região que se encontra entre o Cerrado e a Caatinga enfrenta um processo intenso de desertificação, uma vez que a remoção da vegetação que protegia o solo compromete a sustentabilidade da terra e das comunidades que dependem dela.

Estudos revelam que o Cerrado e a Amazônia são os biomas mais impactados pelas atividades de desmatamento e queimadas. É fundamental ressaltar a ocorrência dos processos de desertificação no Nordeste. Atualmente, estamos lidando com enchentes e enxurradas extremamente devastadoras nessas áreas, que já possuem naturalmente uma predisposição a desastres. No entanto, a remoção da população dessas regiões é um desafio complexo, pois são áreas desvalorizadas ou em processo de desvalorização, e a disponibilidade de moradias acaba sendo influenciada pelos desastres, o que afeta diretamente a questão habitacional.

No semiárido nordestino, nove estados dependem há décadas do fornecimento de água por meio de caminhões-pipa, que abastecem cisternas e caixas d'água coletivas para uso humano e animal. É importante destacar que essa situação não deve ser tratada como algo natural ou aceitável.

### **3. Diagnóstico Social**

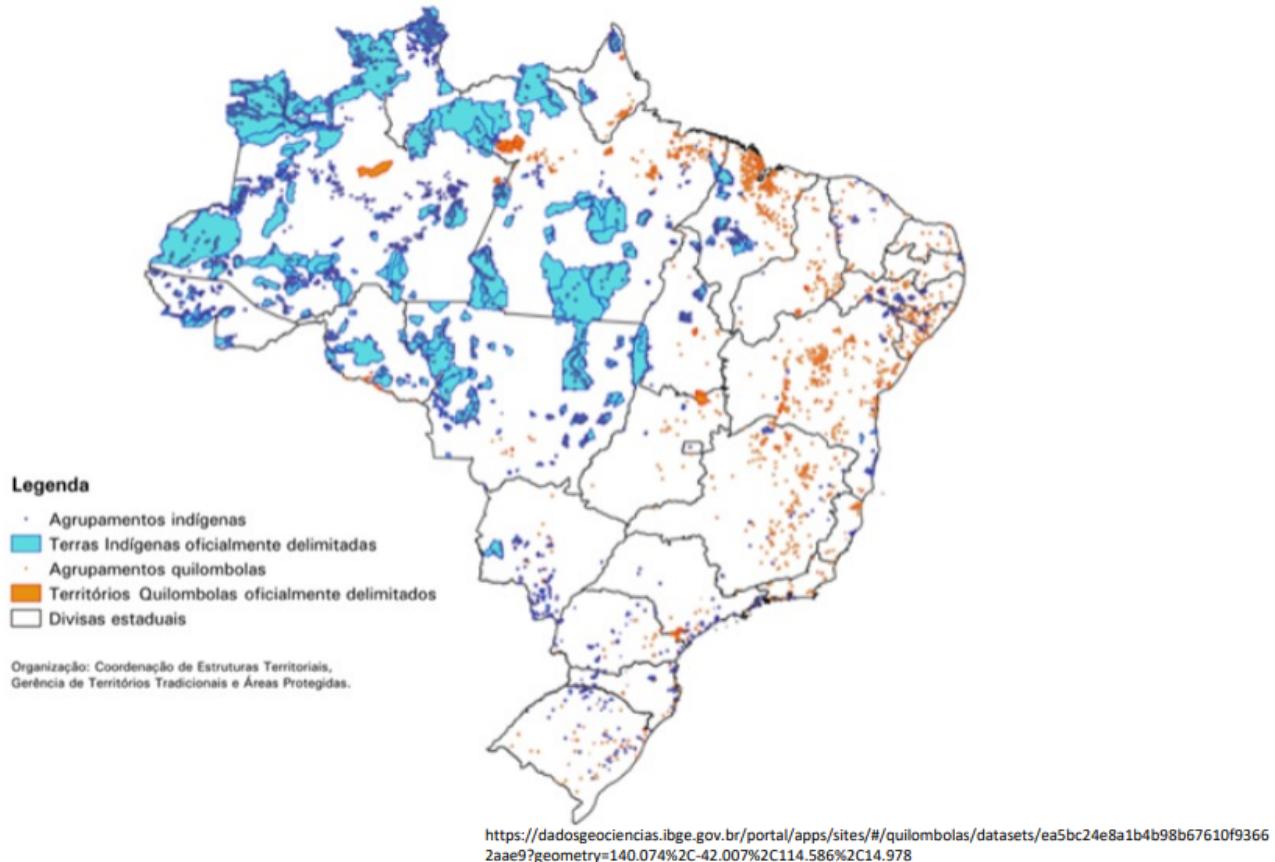
Preservar a natureza e impedir a exploração predatória dos recursos minerais, animais e vegetais é essencial para o Brasil e para o planeta como um todo. Trata-se de um problema que afeta a todos e que requer uma solução global, por meio da cooperação entre países e com um alto valor atribuído à proteção do meio ambiente.

Nesse contexto, surge a seguinte questão: Quais são as possíveis formas de preservar as florestas? É necessário reconhecer que as áreas de proteção ambiental, os parques nacionais e as reservas indígenas são locais onde habitam as populações nativas e tradicionais, incluindo comunidades quilombolas.

Os pontos em azul, na Figura 5, representam os territórios indígenas, enquanto os pontos em laranja indicam as áreas onde se concentram as comunidades quilombolas. Embora essas populações estejam distribuídas por todo o Brasil, há uma maior concentração nos biomas Amazônia e Cerrado. Para proteger tanto os biomas quanto esses povos, é necessário tomar decisões que priorizem o uso tradicional da terra, a agricultura familiar, os conhecimentos ancestrais sobre o manejo do solo e a prática da agricultura orgânica. Em outras palavras, devemos buscar alternativas que se contraponham à produção em larga escala de commodities e à lógica da nova plantation.

Os povos das florestas enfrentam uma tensão constante entre proteger a floresta e combater a ganância do capital, assim como os ativistas ambientais. Um monitoramento cuidadoso está sendo realizado para documentar essa “guerra no campo” que ocorre nas florestas. Para aqueles de nós que vivem no sul ou sudeste do país, é difícil compreender a magnitude dessa realidade em um país de proporções continentais. Percorrendo de avião a distância de São Paulo ao Amazonas, são necessárias 4 horas de voo para alcançar o coração do Brasil, mais duas horas para chegar à capital Manaus, e ainda há mais território brasileiro além disso. Essas áreas são imensas e apresentam enormes desafios em termos de preservação, além de interesses diversos em jogo.

**Figura 5. População indígena**



Os efeitos dos riscos de desastres no Brasil são considerados de médio a alto, conforme indicado pelo UNICEF em 2020. Esses riscos estão fortemente associados à poluição, à qualidade do ar comprometida e à falta de acesso à água. Devemos refletir sobre o impacto dessa poluição do ar nos pulmões das crianças e dos idosos, assim como sobre as consequências da escassez de água para a alimentação, o surgimento de vetores de doenças e a higiene em geral. Portanto, é essencial analisar esses indicadores e compreender o que eles estão nos revelando.

Além disso, enfrentamos a difícil tarefa de conviver com situações extremas e contraditórias, como a seca e as enchentes. Em um mesmo local, é necessário estar preparado para lidar tanto com a escassez de água quanto com os impactos cada vez maiores das enchentes. No entanto, possuímos uma capacidade limitada para responder a esses desastres, uma vez que nossa legislação é frágil e conta com mecanismos insuficientes.

## Considerações Finais

Como podemos proteger a população quilombola e tradicional, bem como suas práticas tradicionais de cultivo, e ao mesmo tempo promover uma valorização comparável à lucratividade e ao tamanho da indústria das commodities? Essa é uma luta desigual à qual nosso povo está sujeito, e é importante deixar claro que essa tensão chegará até os serviços de proteção social.

Um pesquisador do Cemaden destacou:

“Escolas foram destruídas ontem em Petrópolis. Essas crianças perderão um ano de suas vidas por causa de um desastre que poderia ter sido evitado se o Brasil tivesse aprendido a lição após 2011. O Cemaden precisa crescer e receber mais verbas”.

Essa é a realidade, contamos com tecnologias como piezômetros para medir a umidade do solo e sirenes que indicam movimentação de massas, além de soluções de baixo custo, como o uso de garrafas PET para medição e previsão. No entanto, surge a pergunta: como evacuar 300 mil pessoas em dois dias? Como proteger escolas e centros de saúde que seriam os pontos de apoio para essa população em caso de desastre?

O que temos aqui é mais do que apenas uma perda de vidas, é uma perda de escolas e de direitos das crianças. Se já tínhamos um déficit na educação infantil devido à pandemia, imagine agora para as crianças em Petrópolis, que sequer têm escola. Acreditamos que os desastres acabarão se tornando espelhos de migrações forçadas, assim como ocorre com migrantes religiosos ou políticos perseguidos. Se os lugares se tornam perigosos, cada vez mais isso poderá afetar a migração interna no Brasil, com pessoas buscando regiões mais seguras. Outra questão que enfrentamos é o impacto da fome. Já abordamos esses números em outras ocasiões, mas é importante ressaltar que essa falta de resiliência e de resposta está relacionada a um desenvolvimento insustentável. Estamos esgotando o patrimônio natural e não estamos devolvendo isso para a sociedade. A sociedade está passando fome, não há acesso à educação de qualidade para todos, assim como não há respostas adequadas em caso de desastre. Esses são os efeitos sociais das mudanças climáticas.

Um outro efeito importante que trazemos sob a perspectiva de gênero é o fato de que, nessa sociedade de cuidado, uma lógica cultural presente em nossa formação, e em toda a América Latina, acaba afetando ainda mais as mulheres. Gostamos de fazer essa associação com as migrações forçadas, pois é nos centros de apoio que as crianças e as mulheres se tornam mais vulneráveis. As mulheres trabalham no campo, cuidam da alimentação de suas casas, de seus filhos, e são mais impactadas. Elas precisam de cuidado, e é muito mais difícil para elas deixar sua comunidade e enfrentar um mercado de trabalho informal. Jogá-las nessa informalidade e mantê-las nessa cultura de cuidado diante dos desastres, que tendem a aumentar, precisa ser considerado como uma premissa para que possamos desenvolver políticas diferenciadas e processos de cuidado com as mulheres. A mulher não abandona seus entes queridos. São mulheres e jovens meninas encontradas mortas, abraçadas a seus filhos, pais e avós, que não tiveram como escapar.

## REFERÊNCIAS

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (EMBRAPA). Tema convivência com a seca. 2022. <https://www.embrapa.br/tema-convivencia-com-a-seca/perguntas-e-respostas>.

OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. Crime socioambiental transformado em lucro imobiliário: o caso da Braskem em Maceió. (09/08/2021). Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/crime-socioambiental-transformado-em-lucro-imobiliaro-o-caso-da-braskem-em-maceio/> Acesso em DEZ. 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC). Passando a boiada: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. [s.l: s.n.]. Observatório do Clima, Jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

\_\_\_\_\_. Global Environment Outlook – GEO-6: Healthy Planet, Healthy People, 2019.

PNUD BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [https://pgiods.ibge.gov.br/ods\\_example.html?mapid=607](https://pgiods.ibge.gov.br/ods_example.html?mapid=607) Acesso em JAN. 2022.

PNUD BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil. Notícias Brasil. 01 setembro 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/142679-desastres-naturais-foram-responsaveis-por-45-de-todas-mortes-nos-ultimos-50-anos-mostra-omm> Acesso em JAN. 2022.

PORTAL DA OPERAÇÃO CARRO-PIPA (POC-P). Operação Pipa- Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro. Disponível em: <http://sedec.5cta.eb.mil.br/>. Acesso em: JAN. 2022.

THE NEW YORK TIMES (a). A Slow-Motion Climate Disaster: The Spread of Barren Land. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/12/03/world/americas/brazil-climate-change-barren-land.html> Acesso em DEZ.2021.

THE NEW YORK TIMES (TNYT). How Americans' Appetite for Leather in Luxury SUVs Worsens Amazon Deforestation. Manuela Andreoni, Hiroko Tabuchi and Albert Sun; Photographs by Victor Moriyama. Nov. 17, 2021. <https://www.nytimes.com/2021/11/17/climate/leather-seats-cars-rainforest.html>

THE NEW YORK TIMES. THE NEW YORK TIMES. CLIMATE. 2021 Climate Year in Review. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/12/28/climate/chile-constitution-climate-change.html>. Acesso em DEZ. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNRRD). Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastre 2015-2030. Japão, 2015. [http://www1.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1398/traduzido\\_unisdr\\_novo\\_sendai\\_framework\\_for\\_disaster\\_risk\\_reduction\\_2015\\_2030\\_portugues\\_versao\\_31mai2015.pdf](http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1398/traduzido_unisdr_novo_sendai_framework_for_disaster_risk_reduction_2015_2030_portugues_versao_31mai2015.pdf)

## **2. O COTIDIANO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA**

**(Preambulo para os companheiros latino-americanos, caribenhos e  
europeus)**

## **2. O COTIDIANO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA**

**(Preambulo para os companheiros latino-americanos, caribenhos e europeus)**

Maria do Carmo Brant de Carvalho

### **Introdução**

Como todos sabemos, no Brasil, a Assistência social compõe o tripé da seguridade social brasileira (saúde, previdência social, assistência social). Neste tripé, assistência social é uma política de proteção social não contributiva, considerada indispensável no trato da pobreza.

Em décadas passadas, em nosso país, sobretudo em períodos de crise econômica, iniciativas desta política eram percebidas como vilãs da crise fiscal. Hoje, são percebidas como possível saída e catalizadora do crescimento econômico.

Não é por acaso que economistas e cientistas sociais insistem em transferências monetárias destinadas a população em situação de vulnerabilidade não apenas por ser uma justa demanda social, mas igualmente como demanda do mercado.

A política de assistência social, no Brasil, é considerada uma das mais bem estruturadas tendo conquistado enorme capilaridade no país.

Opera uma expressiva rede socioassistencial, integrando ações de iniciativa pública e da sociedade civil que oferta um conjunto de serviços de proteção social, programas e benefícios.

Assume importante instrumento da política social nacional - o Cadastro Único para programas sociais com a inscrição de mais de 42 milhões de famílias.

No governo Bolsonaro, o programa Bolsa Família, que consiste em uma complementação de renda, foi modificado e renomeado como Auxílio Brasil. Esse programa abrange aproximadamente 17 milhões de famílias<sup>1</sup>, buscando proporcionar suporte financeiro e melhorar as condições de vida dessas famílias

<sup>1</sup>. Com o retorno de Lula a presidência do Brasil em 2023, foi reestabelecido o Bolsa Família, que sem dúvida, tem alta importância para os pobres e os em extrema pobreza. Atinge 21,2 milhões de famílias que somam cerca de 55 milhões de pessoas.

em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, o governo também opera o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é direcionado a idosos e pessoas com deficiência que possuem uma renda per capita igual ou inferior a ¼ do salário-mínimo. Atualmente, o BPC beneficia cerca de 4,5 milhões de pessoas, de acordo com dados do Ministério da Cidadania<sup>2</sup>. Esses programas têm como objetivo garantir um auxílio financeiro essencial para os beneficiários e contribuir para a redução da desigualdade social no país.

Há igualmente uma profusão de outros benefícios monetários gerenciados pelas esferas federal, estaduais e mesmo municipais como, por exemplo, destinados a jovens, a locação de habitações, entre outros.

Os benefícios assistenciais ganharam nos anos recentes, maior expansão e visibilidade no desempenho desta política.

Sem dúvida, por suas condicionalidades e longevidade, programas massivos de transferência de renda refletiram-se, no Brasil, na redução da taxa de mortalidade infantil (dos 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990, para 18,6 óbitos em 2010), na inclusão de quase todas as crianças no ensino fundamental (99,7% em 2019) e na redução do trabalho infantil.

Desde 2019, porém, assistimos a ocorrência de perversa regressão da política social. Com a forte austeridade fiscal justificou-se uma redução drástica de recursos orçamentários que não permitiram sequer manter os serviços públicos já desenvolvidos. (FANDIÑO, P., & KERSTENETZKY, C. L. [2019]). Em decorrência, de imediato, assistimos o aumento do desemprego, redução do acesso a saúde, educação, moradia que atingiu basicamente os mais pobres.

Temos convivido nestes últimos anos com um governo disfuncional. Em decorrência, as políticas públicas caminham sem projeto e sem recursos. Não há política social que se sustente sem recursos; não há crescimento econômico sustentável sem políticas sociais robustas.

Neste contexto, a chegada intempestiva da pandemia Covid 19, mergulhou o Brasil em forte crise econômica, política e social, sobretudo sanitária.

Provocou radical mudança no cotidiano de vida de toda a população: de início, com um severo distanciamento/isolamento social, - famílias em suas casas, comércio fechado, indústria e serviços fechados. O desemprego saltou, pobreza e fome aumentaram; a infame desigualdade brasileira destampou a vista de todos<sup>3</sup>; a solidariedade civil aumentou<sup>4</sup>.

Considerada uma calamidade mundial e, não apenas nacional, colocou em alerta e ação todos os serviços de saúde e proteção social, seja no atendimento direto às vítimas seja, para assegurar proteção social.

Em situações como a Assistência Social, organiza a distribuição dos primeiros socorros assistenciais à população atingida; torna-se a agência através da qual a população pode obter escuta, receber acolhimento e benefícios que o Estado assegura; torna-se canal para o fortalecimento das redes locais de solidariedade.

Vale a pena rastrear as inovações em produção nos municípios. Com certeza eles possuem!

<sup>2</sup>. Por via da Lei Orgânica da Assistência Social/ LOAS-93, assegurou-se o benefício monetário de prestação continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho.

<sup>3</sup>. A redução da desigualdade tem dependido do acesso aos serviços, ainda que precário, e, não pela via da redistribuição da riqueza (Souza; 1990; Medeiros; 2016).

<sup>4</sup>. Pesquisa Gife; o censo Gife /2021 registra aumento expressivo de doações da iniciativa privada; 71% a mais 5,3 bilhões em 2020.

## O Papel da Assistência Social

Na assistência social, nestes tempos de pandemia, os serviços de proteção básica /CRAS têm funcionado como um plantão social, limitado que está, nos seus procedimentos usuais de intervenção<sup>5</sup>. É notório neste período, para quem observa, o aumento do número de famílias que recorrem a este serviço. São famílias em processo acelerado de empobrecimento e, também famílias já em situação de pobreza, miséria e fome. São famílias à procura de cestas alimentares, benefícios (bolsa família, INSS...), mas também a escuta e apoio para minorar /solucionar suas muitas situações de vulnerabilidade.

Comunicam-se por WhatsApp, telefone, ou vão ao CRAS.

São famílias encaminhadas pela escola, unidade básica de saúde, entidades sociais, Igrejas. Estes encaminhamentos atestam uma maior conexão entre os serviços no território.

Os trabalhadores sociais acham muitas vezes que regrediram no seu exercício profissional; que se restringem ao assistencialismo. Ressentem-se da ausência dos costumeiros atendimentos grupais, os serviços de convivência e a circulação no território. É certo de que a pandemia impediu tal procedimento.

No que se refere aos serviços de proteção especial, o acolhimento institucional e centros dias para a população moradora de rua é o mais visível como demanda. O último censo na cidade de São Paulo sobre esta população registrou entre 2019 e 2021 o crescimento de 3,3 vezes mais barracas nas vias e praças da cidade. O novo é igualmente, o aumentou do número de famílias morando na rua. O censo registrou 31,8 mil moradores de rua. (jornal o Estado de SP/ 2022)

Há um claro reconhecimento público de que o Estado precisa abraçar políticas de proteção social mais abrangentes e robustas. Há falhas, que ficaram evidentes, da rede de proteção social montada no Brasil nos últimos anos.

Já não temos o mesmo normal pós quase três anos de uma pandemia mundial. Neste tempo produzimos novas normativas e novos protocolos, introduzimos novas práticas e posturas na prestação de serviços. Na indústria, comércios e serviços da iniciativa privada já se observam um acelerado processo de inovação tecnológica. Com a introdução da IA, a robotização, automação, plataformas digitais vêm alterando práticas e posturas. Nos serviços sociais públicos embora de forma mais lenta já ocorrem inovações como o ensino remoto na educação, a telemedicina na saúde, as comunicações com os usuários via zaps, telefones, face times

A pandemia está provocando articulações mais substanciais entre serviços das diversas políticas públicas. Observa-se em muitos municípios a ocorrência de arranjos transversais na operação e ação dos serviços públicos básicos. Governos municipais e sociedade local pautados na transversalidade buscam enfrentar a pandemia mantendo articulados e integrados os serviços do conjunto das políticas públicas.

Sobretudo, para as populações em situação de pobreza, a transversalidade é exigência absoluta pois as vulnerabilidades sociais a serem enfrentadas são multidimensionais, interdependentes e concentradas em coletivos<sup>6</sup>.

Esta é uma das principais lutas sociais contemporânea: a luta pela equidade.

<sup>5</sup>. Os Centros de Referência de Assistência Social/ CRAS distribuídos em todos os municípios brasileiros, ganham destaque como unidades públicas estatais de referência da proteção social, estando localizados em territórios de vulnerabilidade social com função de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica. Desta forma, o CRAS é a porta de entrada da política que costura a destinação de serviços e benefícios com processos socioassistenciais voltados a alcançar resultados protetivos na melhoria da qualidade de vida, em ganhos de pertencimento social, e, maior autonomia da família para resolutividade de seus projetos de vida. Paralelamente, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal de referência da proteção social especial. Promove e articula tanto a rede de proteção especial de média complexidade, junto a famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, como a rede de alta complexidade para famílias que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça.

<sup>6</sup>. Esta nova demanda para o agir das políticas públicas exige também que seus profissionais saibam compartilhar e integrar conhecimentos e habilidades numa perspectiva multidimensional. Ou seja, não se quer mais um profissional unidimensional e incapaz de fazer as conexões entre diversas expertises disciplinares; é preciso integrar, misturar e agregar conhecimentos e habilidades para produzir a recuperação da totalidade.

## Elementos para Reflexão

### Renda básica

A pandemia revelou muitos brasileiros “invisíveis”, que não possuem acesso a programas como o Bolsa Família e ao seguro-desemprego. Estão fora dos cadastros oficiais.

Em 2020, na primeira onda da pandemia, o auxílio emergencial foi de fato uma renda básica para os mais vulnerabilizados no valor proposto pelo Congresso Nacional (600,00) cujos efeitos se mostraram na própria economia. Foram 67,9 milhões de brasileiros que receberam o auxílio emergencial. No entanto o valor deste auxílio decresceu nos últimos meses de 2020, paralisou no primeiro trimestre de 2021, reiniciando posteriormente com um valor decepcionante diante da piora da pobreza e insegurança alimentar que aflige nossa população majoritária. Não chegou igualmente a um número expressivo de pessoas como em 2020.

Para além do alto desemprego no Brasil (14,1 milhão de desempregados / PNAD-IBGE, 2020), há uma parcela significativa da população que ganha a vida no trabalho informal e, sem registros, termina desconhecida e desassistida pelo governo. O economista José Roberto Afonso propõe a criação, a curto prazo, do que chama de “novo seguro-destrabalho”. Seria financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, na prática, funcionaria como uma expansão do seguro-desemprego, que só chega hoje a quem perde vaga com carteira assinada.

O debate sobre a renda mínima está na agenda pública. Há inúmeros debates sobre o valor desta renda e seu foco. Priorizar apenas as famílias com filhos pequenos ou todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade?

Obvio que não basta apenas a renda mínima: são necessárias a ativação das políticas de educação, saúde incluindo o saneamento básico... Uma renda básica é muito importante, mas, insuficiente para erradicar a pobreza.

### Trabalho e proteção social

A expansão da Inteligência Artificial - IA na economia e a intempestiva chegada da pandemia Covid 19 gerou um desemprego de quase 14 milhões de trabalhadores no país.

A falta de emprego ou o desemprego tem forte ressonância na política de assistência social. Não apenas afeta a perda de renda, mas também produz baixa autoestima, perda de dignidade e ausência de inclusão social.

Por isso, a política de assistência social nunca deixou de atuar em processos de mediação para que os mais vulnerabilizados tivessem sua inserção no mercado de trabalho. Não realiza a qualificação profissional dos sem trabalho, mas desenvolve habilidades e competências de facilitação à inserção no mundo do trabalho.

Há diversas alternativas para combater o desemprego: algumas mais nobres, outras mais precárias

- Redução da jornada semanal de trabalho

Diversos países (Alemanha, Holanda, Dinamarca), já há mais tempo, reduziram suas jornadas semanais de trabalho verificando tanto o aumento da produtividade do trabalhador quanto impactos na expansão da oferta de trabalho para mais trabalhadores.

No Brasil, os acordos de redução da jornada de trabalho são temporários e pontuais. Não representam uma política de enfrentamento ao desemprego estrutural, serve apenas para atenuar os efeitos da pandemia.

- As poucas inclusões no mercado de trabalho para o nosso público-alvo colocadas em prática

em outros países e, também no nosso, mostram que a oferta de trabalho para este público pode ser bastante precária. Podem ser trabalhos que não restituem ao cidadão uma identidade positiva, nem seu reconhecimento social: seja porque são ofertadas ocupações de menor prestígio social, seja porque os regimes de emprego são flexíveis demais para serem cobertos pela seguridade definida para o trabalhador formal. (Hespanha, 2015, pag. 13 e 14)

- Frentes de Trabalho - FT foi o nome utilizado em diferentes contextos e épocas, às políticas públicas que buscam combater o desemprego. A organização de frentes de trabalho prevê a mobilização de trabalhadores para atuar de maneira temporária a serviço do Estado.

Alguns municípios vêm adotando frentes de trabalho para reparação de escolas ou parques e praças. Os trabalhadores são contratados como bolsistas já que são frentes de trabalho temporárias. Diadema /SP e DF valem-se das frentes de modo tradicional. No caso de Recife, são es escolas públicas que “contratam pais” como bolsistas e na Bahia, “o programa primeiro emprego” alcança ex-alunos das escolas públicas e inclui atividades administrativas.

As FT se aproximam do que a academia chama de “Job guarantee” onde o Estado é o empregador (Jornal o Estado de São Paulo /25 de jan/2022- B3).

- Parcerias público comunitárias

Reconhece-se hoje como opção à falta estrutural de emprego no mercado, a inserção dos sem trabalho, nas múltiplas atividades socialmente úteis realizadas nas comunidades em razão da solidariedade, ação civil ou militância social. Conformam parcerias público comunitárias.

A opção pela oferta de atividades sócio comunitárias, reconhecidas como trabalho em sociedades capitalistas, tem sido proposta ainda de forma tímida; para seus defensores, o cidadão precisa ser útil socialmente; sua utilidade social permite o suporte necessário à sua identidade e reconhecimento pela sociedade. Tais atividades permitem igualmente serem uma via de qualificação do trabalhador/cidadão.

O governo do estado de São Paulo com o fomento do Programa Bolsa do Povo mantém cerca de 20 mil pais e mães de estudantes de escolas públicas estaduais em trabalhos com jornadas diárias entre 4 a 8 horas no sistema de ensino estadual com bolsas no valor de 500,00. Este programa pode ativar o empreendedorismo social. Pode concretizar pela via de parcerias público comunitárias a melhoria da qualidade de vida nos microterritórios das periferias das cidades.

### **Na proteção especial: expansão de políticas de cuidados**

As demandas por políticas de cuidados voltadas a pessoas em situação de dependência, sejam idosos, deficientes ou crianças pequenas tem sido objeto de ações e inovações incorporadas muito recentemente na agenda pública.

O cuidar esteve sempre associado a família como sua função primordial, inserida, portanto, como uma das tarefas domésticas de sua responsabilidade. Para casos considerados minorias residuais, tanto a política de saúde quanto a de assistência social ofertavam e ofertam unidades públicas de acolhimento institucional.

Apenas que na atualidade já não são minorias residuais, mas parcela expressiva da população que necessita de cuidados.

O cuidado é considerado um pilar da proteção social (CEPAL, 2019) As inovações introduzidas colocam ênfase na humanização da atenção, na integração entre cuidados formais advindos da política pública e informais operados pela família. Os cuidados formais operados por profissionais da saúde ou da assistência social devem privilegiar os serviços nos domicílios. Privilegiar igualmente serviços como centro-dias, que mantem o vínculo das pessoas dependentes de cuidados com suas famílias e comunidades. Na mesma direção, para crianças em situação de abandono ou negligência, valoriza-se

mais a opção por famílias acolhedoras ou guardiãs, que soluções tipo casa lares ou abrigos<sup>7</sup>.

- Velhas e novas estratégias de inovação na condução da política de assistência social: agir no microterritório.

Para enfrentar vulnerabilidades e processos de exclusão não basta trabalhar com as famílias de per si. É necessário agir no binômio família e território.

1. É preciso agir no território e com o território<sup>8</sup>.

2. Agir articulando o conjunto de programas, serviços e benefícios das diversas políticas setoriais. Transversalidade.

A nova valorização dos microterritórios pressiona os serviços públicos a desenvolverem suas ações numa perspectiva integral no território, adequando rotinas e processos para acolher suas demandas

Os serviços dependem das redes sociais atuantes nos microterritórios pois são elas que mobilizam o fluxo de recursos entre indivíduos e grupos do território. Os programas e serviços públicos devem reconhecer e integrá-las na sua programática de ação.

Quer-se hoje a maior pró atividade dos agentes públicos e dos cidadãos na melhoria das condições de vida nos microterritórios.

### Parcerias público comunitárias

No microterritório há pequenos projetos, simples e eficientes na sua condução, que podem e devem ser realizados pelas organizações locais com grande impacto na melhoria da qualidade de vida. São pequenos projetos (uma escadaria para se chegar à rua principal, alguns postos de luz para iluminar espaços de convivência, canalização de esgoto a céu aberto... uma janela na moradia para aumentar a ventilação e reduzir a umidade ...) que não substituem as grandes e médias obras de infraestrutura, mas são fundamentais por sua natureza participativa e resolutividade imediata, no conforto socioambiental e na qualidade de vida.

Benefícios socioassistenciais eventuais e, ação conjunta com os serviços de obras da prefeitura podem viabilizar pequenos projetos<sup>9</sup>.

Novamente, a boa vigilância socioassistencial produz dados e fotografias que podem subsidiar os habitantes dos microterritórios na leitura da realidade vivida.

## Considerações Finais

Diante dos desafios enfrentados, algumas medidas se tornam necessárias. Embora a renda básica seja discutida como uma solução, é importante destacar que ela não é suficiente para erradicar a pobreza. Além disso, é essencial promover a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, considerando alternativas como a redução da jornada semanal de trabalho e a criação de frentes de trabalho temporárias.

Em resumo, a assistência social desempenha um papel importante no enfrentamento da crise econômica, política e social no Brasil. É fundamental fortalecer e expandir as políticas de proteção social, adotando medidas que garantam uma renda mínima, o acesso a um trabalho digno e a integração das ações públicas. A busca pela equidade social deve ser uma prioridade para superar os desafios e construir um país mais justo e inclusivo.

<sup>7</sup>. O conceito de cuidados integra as dimensões econômica, social e política, recai sobretudo na assistência às pessoas dependentes em atividades de vida diária necessárias ao seu bem estar, produzidas quer pelo trabalho pago ou não pago, por profissional ou não profissional podendo ser desenvolvidos na esfera pública ou privada.(Lopes Carvalho, 2009) O cuidado constitui-se em uma atividade que envolve relações afetivas e a prestação de cuidados físicos e emocionais orientados por normas e princípios ditados pela política pública.

<sup>8</sup>. Os territórios são ativos de economia, de bem-estar social, de sustentabilidade ambiental e de democracia, mesmo que com graves fraturas.

<sup>9</sup>. Algumas referências para intervenção no território: Ongs Reparação reforma casas precárias em Bragança Paulista /SP -jornal o Estado de São Paulo, 14/02/22, Urbanismo Tático / Estadão/21, Psicóloga (CRAS) coloca Parelheiros no mapa de São Paulo / jornal o Estado de S. Paulo -06/01/22.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1992). Lei Orgânica de Assistência Social.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL (2019), El Panorama Social de América. Naciones Unidas.
- FANDIÑO, P., & KERSTENETZKY, C. L. (2019). O paradoxo constitucional brasileiro: direitos sociais sob tributação regressiva. *Brazilian Journal of Political Economy*, 39(2)
- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Pesquisa Gife: Censo / 2021
- HESPAÑA, PEDRO (2015) Políticas sociais: novas abordagens, novos desafios / Universidade de Coimbra, Portugal.
- JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 14/02/22, Ongs Reparação reforma casas precárias em Bragança Paulista /SP
- \_\_\_\_\_. Psicóloga (CRAS) coloca Parelheiros no mapa de São Paulo, 06/01/22
- LOPES CARVALHO, 2009 O cuidado constitui-se em uma atividade que envolve relações afetivas e a prestação de cuidados físicos e emocionais orientados por normas e princípios ditados pela política pública.
- MEDEIROS, MARCELO. (2019). Texto para discussão 2447/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro.
- SOUZA, PEDRO et. Al (1990). Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/ IBGE” , Rio de Janeiro, RJ -- FGV Social.

### **3. AVERSÃO AOS POBRES: GRANDE DESAFIO PARA O BRASIL**

### **3. AVERSÃO AOS POBRES: GRANDE DESAFIO PARA O BRASIL<sup>1</sup>**

---

**Ana Rojas Acosta**

#### **Introdução**

Este texto se propõe realizar uma reflexão sobre a aversão aos pobres e os desafios que o Brasil enfrenta. Para enriquecer o debate sobre o tema, é fundamental abordar conceitos substanciais que fornecerão uma base sólida. Com esse intuito e visando fornecer uma estrutura coesa para a discussão, o texto está organizado em dois momentos principais: 1) análise conjuntural e alinhamento conceitual; e 2) os desafios enfrentados pelo Brasil.

Na análise conjuntural e no alinhamento conceitual e de linguagem, busca-se compreender o significado da “aversão aos pobres” e como ela se manifesta na sociedade atual. A aporofobia, termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina que, descreve a rejeição e o desprezo direcionados aos pobres, associando-os a estereótipos negativos e potenciais criminosos. Essa aversão é influenciada por construções sociais, políticas e midiáticas, que contribuem para a desumanização e perpetuação da exclusão social.

No contexto brasileiro, o texto aborda sobre os desafios enfrentados pelo país, como a pobreza que afeta a saúde, a educação e a necessidade de inserção no mercado de trabalho dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Grupos marginalizados, como negros, indígenas e migrantes, sofrem ainda mais com a dificuldade de acesso a oportunidades e a exposição a violências urbanas. O Brasil também é conhecido por sua alta desigualdade de renda, o que demanda políticas públicas efetivas para enfrentar essa realidade.

Questões norteadoras para o debate são apresentadas, destacando a importância de discutir a efetividade das políticas públicas existentes, especialmente para segmentos populacionais como pessoas em situação de rua. Além disso, são levantados questionamentos sobre a inserção da juventude

<sup>1</sup>. Texto elaborado com base na palestra proferida no Programa Sesc Ideias do Sesc São Paulo em 24/03/2022 <https://www.youtube.com/watch?v=lmnj0DovXrw>.

em um mercado de trabalho precário, a recuperação educacional após a crise sanitária e a quebra do ciclo perverso que perpetua a pobreza.

No bicentenário da independência, é necessário refletir sobre os avanços alcançados e os desafios que ainda precisam ser superados. A citação de Baruch Spinoza ressalta a importância de respeitar nossas emoções e reconhecer a resiliência daqueles que vivem em situação de pobreza, reforçando a necessidade de não ter aversão aos nossos semelhantes.

Portanto, ao longo deste texto, pretende-se instigar uma análise crítica sobre a aversão aos pobres e estimular o debate em busca de soluções e transformações sociais que possam enfrentar os desafios identificados para o pelo Brasil.

## **1. Análise Conjuntural / Alinhamento Conceitual e de Linguagem**

A palavra “aversão” tem sido frequentemente mencionada, porém, muitas vezes de maneira insuficiente. Diante das múltiplas crises que o mundo globalizado enfrenta atualmente, como a pandemia global, as mudanças climáticas, o crescimento desigual e o recente conflito entre Ucrânia e Rússia é ainda mais necessário reforçar esse conceito.

De acordo com a Academia da Língua Portuguesa, “aversão” é um sentimento de repulsa, algo que nos afasta de alguém ou algo, caracterizado por antipatia, rancor, ódio, malevolência, asco, enojo, náusea, repelência, repugnância, aborrecimento, antipatia, crueldade, impiedade, hostilidade e desumanidade. Isto é a aporofobia.

Para tanto, o alinhamento conceitual e de linguagem em relação à aporofobia é fundamental para compreender e abordar adequadamente essa forma de aversão e exclusão social direcionada às pessoas pobres. A aporofobia, termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina, descreve a rejeição e o desprezo direcionados aos indivíduos em situação de pobreza. Isso envolve compreender que essa aversão não se trata apenas de um preconceito individual, mas é influenciada e perpetuada por construções sociais, políticas e midiáticas. A aporofobia está enraizada em estruturas de poder e em ideologias que reforçam a exclusão e a marginalização dos pobres.

No que diz respeito ao alinhamento de linguagem, é essencial utilizar termos e expressões adequadas para descrever a aporofobia e suas manifestações. Isso inclui evitar estereótipos negativos e preconceituosos em relação às pessoas pobres, reconhecendo sua humanidade (isto é, trata-se de um ser humano) e dignidade. Assim é fundamental adotar uma linguagem inclusiva, respeitosa e sensível, evitando reforçar estigmas e discriminações e oferecer informações e conscientização sobre a aporofobia, seus impactos e a necessidade de combatê-la. Isso pode ser feito por meio de educação, debates públicos, campanhas de conscientização e políticas públicas que promovam a inclusão social e combatam as desigualdades compreendendo sua natureza complexa, reconhecendo sua existência e impactos, adotando uma linguagem inclusiva e respeitosa, além de promover a conscientização e ações concretas para combater essa forma de exclusão social.

Compreender esse amplo leque de emoções é fundamental para analisar as dinâmicas sociais e as atitudes em relação aos indivíduos menos favorecidos.

É importante destacar que a discriminação contra os menos favorecidos sempre existiu. Na história recente, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza tem aumentado em todo o mundo, em grande parte devido às crises anteriormente mencionadas. A ocupação de espaços, tanto urbanos quanto rurais, tem se tornado uma estratégia de sobrevivência para populações migrantes, ampliando assim as brechas de desigualdade nas sociedades, principalmente na nossa.

Em 1995, o termo “aporfobia” foi cunhado em uma publicação do ABC Cultural da Espanha, quando

a filósofa espanhola Adela Cortina, da Universidade de Valência, utilizou essa palavra para descrever a rejeição, aversão, medo e desprezo direcionados aos pobres e desamparados, que supostamente não podem oferecer nada em troca. Com isso, ela buscou diferenciar esse fenômeno da xenofobia, que é a desconfiança, medo ou antipatia em relação a pessoas estranhas à comunidade de quem as julga, ou do chauvinismo, que é o entusiasmo excessivo pelo que é nacional. Segundo Adela, a aporofobia é uma doença social que ameaça as democracias.

A aporofobia é transmitida por meio de uma construção social que associa os pobres ao crime, retratando-os no imaginário coletivo como potenciais criminosos, em vez de considerá-los como possíveis vítimas de discriminação e violência causadas pela falta de serviços públicos adequados. Políticas públicas voltadas para segurança e convivência em torno da pobreza e da exclusão social contribuem para a disseminação da imagem de criminalização dessas pessoas, resultando no que chamamos de “incivilidade consentida”<sup>2</sup>.

Essas práticas políticas, sociais e midiáticas geram representações desumanizadoras das pessoas em situação de extrema pobreza e estabelecem uma distância simbólica entre “nós” e “eles” (pobres e ricos). São aplicadas normas morais, regras sociais e considerações de justiça que se aplicam à população não excluída socialmente. A possibilidade de as pessoas superarem a pobreza e a exclusão social é frequentemente responsabilizada unicamente por sua própria condição, ignorando as circunstâncias sociais, políticas e econômicas que as afetam. Isso contribui para a perpetuação da exclusão.

Frases como “eles estão nas ruas porque querem”, “devem arrumar um emprego” ou “são preguiçosos” são incorporadas diariamente à sociedade. As pessoas são julgadas pelo seu progresso ou fracasso, assim como as comunidades a que pertencem, criando a ideia de que existem povos moralmente superiores, ou seja, mais trabalhadores, tolerantes e abertos, do que outros.

De acordo com estudos sobre o neoliberalismo, Wacquant (2003) enfatiza que o “Estado penal tem gradualmente substituído o embrião do Estado social... implicitamente, ele tem a missão de remediar” (p. 20). Isso significa que a aporofobia, o medo ou aversão às pessoas pobres, é causada pela falta de contato direto com elas, o que leva à formação de visões baseadas em preconceitos, estereótipos e até mesmo à criminalização perpetrada por agentes políticos e, muitas vezes, pela mídia. Um exemplo disso pode ser observado em projetos municipais, como o cadastro para doação de alimentos em Curitiba, que são justificados pela necessidade de vigilância sanitária, mas podem contribuir para a estigmatização das pessoas em situação de pobreza.

Existem várias ideologias que contribuem para o desprezo em relação aos pobres, uma delas é a ideia de meritocracia, que sugere que ser pobre ou não é principalmente uma questão de atitude pessoal e força de vontade. No contexto neoliberal atual, a pobreza é considerada como resultado exclusivo do fracasso individual, ignorando o papel do Estado e do poder público na sua formação, devido à falta de serviços públicos acessíveis a todos os cidadãos que deles necessitam (como previsto pela política de Assistência Social em nosso país). Essa perspectiva é inaceitável em uma sociedade que deveria valorizar não apenas as conquistas e os sucessos, mas também o cuidado com os mais vulneráveis.

Segundo Bourdieu (1999), podemos observar o constante processo de exploração das relações de poder, estratificação social e reprodução cultural. É importante compreender as diferentes formas pelas quais as pessoas adquirem e preservam o capital social, cultural e econômico, o que consequentemente perpetua as desigualdades existentes. Bourdieu argumentava que a sociedade é influenciada por relações de poder sutis e frequentemente imperceptíveis.

<sup>2</sup>. A civilidade é a prática de cortesia, educação e respeito mútuo nas interações entre as pessoas. Envolve seguir normas sociais, éticas e morais, e, acima de tudo, demonstrar consideração pelos outros. Por outro lado, a incivilidade é o oposto disso, sendo um problema que afeta a qualidade de vida das pessoas e o ambiente em que vivemos. Ela pode ter impactos significativos na saúde mental, bem-estar e coesão social. Um exemplo são atitudes que muitas vezes são banalizadas, mas que afetam negativamente as outras pessoas.

Nesse contexto, o capital cultural desempenha um papel importante na construção das hierarquias sociais, influenciando quem tem acesso privilegiado a recursos e oportunidades, como a educação, que desempenha um papel central na reprodução das desigualdades sociais.

Para combater as desigualdades, Bourdieu advogava por uma abordagem crítica das estruturas de poder, ressaltando a relevância da conscientização e da ação coletiva. Ele enfatizava a necessidade de uma transformação social para romper com os padrões de reprodução das desigualdades e alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, Freire (1987) ressalta a importância da educação na redução das desigualdades. Ele critica o sistema educacional tradicional, que perpetua a opressão, e propõe uma pedagogia libertadora baseada no diálogo, na conscientização e na participação ativa dos oprimidos. Freire destaca a necessidade de superar a relação de dominação e criar condições para que os oprimidos se tornem agentes ativos de sua própria história, buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## 2. Desafios no Brasil: Refletindo sobre a pobreza e a exclusão social

Para abordar os desafios enfrentados no Brasil, é fundamental analisar questões que norteiam o debate sobre a pobreza e a exclusão social. Compreendemos que a pobreza é um estado de privação que acarreta sofrimento devido à falta de acesso a uma alimentação adequada, resultando em problemas de saúde que afetam o aprendizado e a capacidade de inserção no mercado de trabalho. Superar esse cenário de exclusão dos pobres requer não apenas soluções econômicas, mas também investimentos na educação e na transformação das instituições econômicas.

De acordo com o IBGE (2022), indivíduos que recebem menos de US\$ 5,50 por dia são classificados como pobres. A extrema pobreza é caracterizada por uma renda média inferior a US\$ 1,90 por dia por pessoa, segundo o Banco Mundial. A linha de pobreza e o índice de pobreza são resultado de diversas causas, sendo a desigualdade social acentuada uma das mais relevantes. As regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam a maior proporção de população pobre e extremamente pobre.

Por outro lado, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho para a população em situação de pobreza, conhecida como População Economicamente Ativa (PEA)<sup>3</sup>, pode ser ainda mais acentuada para grupos que são predominantemente compostos por negros, indígenas e migrantes. Esses grupos enfrentam uma série de desafios nas áreas urbanas, incluindo a exposição a diferentes formas de violência, envolvimento com drogas, violência e gravidez precoce, que se tornam fatores adicionais de risco. A baixa renda, a falta de acesso à educação e a condições precárias de emprego ou desemprego levam esses indivíduos a buscar assistência social, que muitas vezes oferece recursos insuficientes devido à escassez de recursos disponíveis.

A situação de saúde dessas pessoas é agravada pelo local onde vivem, seja nas ruas, favelas, palafitas ou em outras situações de vulnerabilidade. A geografia em si representa uma ameaça ou risco, contribuindo para agravar a situação de saúde desses indivíduos.

De acordo com dados do Banco Mundial no relatório World Development Indicators, estima-se que as crises combinadas levarão a mais 75 a 95 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza em 2022<sup>4</sup>, e em comparação com as projeções pré-pandemia o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes, sendo classificado como o nono país mais desigual do mundo.

<sup>3</sup>. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para se referir a pessoas de 10 a 65 anos classificadas como ocupadas ou desocupadas.

<sup>4</sup>. Essas estimativas (do início de 2022) foram calculadas usando a linha de pobreza de US\$ 1,90 por pessoa por dia, que foi atualizada em setembro do mesmo ano para US\$ 2,15 por pessoa por dia.

Nesse contexto, é pertinente questionar qual tem sido a contribuição e o impacto das políticas públicas implementadas até o momento para segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade, como a população em situação de rua. Quais são os pontos fortes dessas políticas e o que precisa ser melhorado prioritariamente para atender às necessidades básicas, como alimentação e vestimenta dessas pessoas?

Além disso, é importante avaliar no conhecimento sobre esse segmento populacional, considerando os censos que frequentemente são questionados, bem como o crescente aumento da aporofobia, que está associada à criminalização e perpetua estereótipos negativos.

Como podemos proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho para a juventude em um contexto de alta precarização, falta de direitos trabalhistas adequados e incentivo ao empreendedorismo, considerando a recente reforma trabalhista?

Na área educacional, como podemos recuperar o tempo perdido durante o período de isolamento decorrente da crise sanitária? Certamente é necessário implementar estratégias efetivas que ajudem os estudantes a compensar os impactos negativos causados por esse período.

No que diz respeito à habilitação para a inserção no mercado de trabalho, é essencial buscar maneiras de evitar ou romper o ciclo perverso que muitas vezes perpetua a pobreza. Necessário é, portanto, oferecer capacitação, apoio e oportunidades para que os indivíduos em situação de vulnerabilidade possam adquirir as habilidades necessárias para conquistar uma vida digna e superar a pobreza.

Após o cumprimento do bicentenário da independência brasileira, é fundamental refletir sobre os avanços alcançados e considerar quais são os próximos passos necessários. Ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos brasileiros.

Desse modo, utilizando as palavras de Baruch Spinoza<sup>5</sup> sobre o significado de “afetar”, que se refere ao que mexe e move a nossa alma, é essencial olharmos para nós mesmos. Devendo, desta maneira, respeitar o tempo de nossas emoções, que frequentemente são negligenciadas em prol de ações puramente racionais, mas não necessariamente humanas. Respeitar a si mesmo é o que nos torna verdadeiramente humanos, e a resiliência é a capacidade de aprendizado. Aqueles que vivem em situações de pobreza já são resilientes, enfrentando desafios diários. Portanto, não devemos nutrir aversão aos nossos semelhantes, mas sim promover a solidariedade e o respeito mútuo.

## Conclusão

Em conclusão, a análise conjuntural e o alinhamento conceitual e de linguagem destacaram a importância de compreender o conceito de “aversão” e sua aplicação nas dinâmicas sociais em relação aos indivíduos menos favorecidos. Foi abordado o fenômeno da aporofobia, que representa o medo, a rejeição e o desprezo direcionados aos pobres e desamparados, ameaçando as democracias. Foi discutido como a aporofobia é alimentada por construções sociais que associam os pobres ao crime, gerando representações desumanizadoras e perpetuando a exclusão.

No contexto brasileiro, foram identificados desafios significativos relacionados à pobreza e à exclusão social. A desigualdade de renda persiste no país, sendo fundamental questionar o impacto das políticas públicas e identificar formas de atender às necessidades básicas das pessoas em situação de vulnerabilidade. Também é necessário buscar maneiras de proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho, principalmente para a juventude, e implementar estratégias efetivas para recuperar o tempo perdido na educação devido à crise sanitária.

<sup>5</sup>. Filósofo do século XVII que discutiu o significado do termo “afetar” refere-se às ações e influências que as coisas externas exercem sobre nós, afetando nossos estados mentais e emocionais. Ele argumentou que todos nós somos afetados de diferentes maneiras pelas causas externas, como objetos, eventos e outras pessoas.

Para romper o ciclo da pobreza, é essencial oferecer capacitação, apoio e oportunidades para que os indivíduos em situação de vulnerabilidade adquiram as habilidades necessárias para superar a pobreza e levar uma vida digna. O bicentenário da independência brasileira serve como um momento de reflexão sobre os avanços alcançados e os próximos passos necessários para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos.

Por fim, é importante valorizar as emoções e a resiliência daqueles que vivem em situações de pobreza, promovendo a solidariedade e o respeito mútuo em vez de nutrir aversão aos menos favorecidos. Ao olharmos para nós mesmos, reconhecemos a importância de respeitar nossas emoções e buscar ações que sejam verdadeiramente humanas, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. Dados do país. <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>. Acesso em 03\_03\_22
- BOURDIEU, Pierre. (1999). *La miseria del mundo*. Madrid, España.
- CORTINA, Adela. (2019). *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Alianza Editorial. España.
- CHAUÍ, Marilena. (2017). *A nervura do real: Imanência e liberdade em Espinosa*. Companhia das Letras.
- FRASER, Nancy. (2020). *The Old is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump—and Beyond*. Verso Books.
- FREIRE, Paulo. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- WACQUANT, Loic. (2003). *Punindo os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: F. Barros, 2001, Revan 2003.

## **4. INFLUENCIA DEL M-LEARNING COMO HERRAMIENTA DE APRENDIZAJE EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DURANTE LA PANDEMIA**

# **4. INFLUENCIA DEL M-LEARNING COMO HERRAMIENTA DE APRENDIZAJE EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DURANTE LA PANDEMIA**

---

Luis Alberto Chávez Ramos

Moisés Gustavo García Jiménez

Mariela Teresa Pariona Benavides

Jack Albert Navarro Chang

## **Introducción**

Con la irrupción de la pandemia producto del Covid-19 se transformaron las actividades educativas en el mundo (Asvial et al., 2021). En ese sentido, la educación tradicional tuvo que transformarse de la modalidad presencial a lo virtual, (Latip et al., 2022), creándose así un precedente en el uso de dispositivos móviles con acceso a internet, motivo por el cual los países, a través de sus ministerios del sector educación, incorporaron la enseñanza y aprendizaje mediante el aprendizaje virtual (Siron et al., 2020). Mobile learning o M-learning significa aprender con la ayuda de dispositivos móviles, como teléfonos móviles, Laptops, tablets y ordenadores que se convirtieron en una herramienta fundamental para la gestión de conocimientos, siendo aprovechado por estudiantes y maestros para la enseñanza en todos sus niveles (Leal & Vila, 2020; Romero-Rodríguez et al., 2020).

El aprendizaje móvil ha encontrado un nuevo aliado estratégico e influyente en el campo de la tecnología educativa, trasladando su utilización en las aulas como una estrategia de aprendizaje, valorando características como la ubicuidad de los dispositivos móviles y del desarrollo de aplicaciones con fines educativos (Mojarro Aliaño et al., 2019; Ofori et al., 2021). Existe un gran potencial en el aprendizaje móvil, debido a su portabilidad, rentabilidad, cobertura, entre otros aspectos. Esta evolución tecnológica brinda la oportunidad de acceder a ella en cualquier momento que el maestro o estudiante lo requiera (López Hernández & Silva Pérez, 2016).

El Modelo de TAM (Davis, 1989) plantea dos postulados en la aceptación de las TIC por parte del usuario. La primera: la utilidad percibida, que explica el uso del aprendizaje móvil y su implicancia en

la obtención de resultados en el aprendizaje. La segunda: la facilidad del uso percibido, que explica el incremento del rendimiento académico al utilizar esta metodología de aprendizaje (López Hernández & Silva Pérez, 2016). La aceptación de dispositivos móviles puede realizar una contribución significativa en el impulso continuo para mejorar los procesos en el traslado y consumo de información (Son et al., 2012).

El modelo UTAUT establece cuatro postulados con respecto al TAM: la expectativa de desempeño, expectativa de esfuerzo, influencia social y las condiciones facilitadoras que son determinantes directos en el comportamiento del usuario (Abu-Al-Aish & Love, 2013; Venkatesh et al., 2002). Este modelo proporciona información de las opiniones humanas en el marco del uso tecnológico en la educación, propone identificar nuevos factores que influyen en la aceptación del aprendizaje electrónico y comprender si la experiencia con los dispositivos móviles afecta la aceptación del m-learning. Frente a estos postulados, se plantea el problema de ¿cuáles son los factores que impulsan el uso de los dispositivos móviles en los estudiantes de una universidad pública durante la pandemia de Covid-19.? Lo que permitirá conocer las herramientas de aprendizaje m-learning que emplean los docentes bajo el enfoque de ambas teorías, así como identificar los factores iniciadores en la intención conductual del uso de los dispositivos móviles.

## Método

La población de estudio fue estudiantes de pregrado de la Escuela de Ciencias de la Comunicación de la Universidad Nacional San Cristóbal de Huamanga (UNSCH), Ayacucho, Perú. Para la recolección de datos se utilizó la técnica de la encuesta, cuyo instrumento tuvo 15 preguntas graduadas con escala de Likert, teniendo como valores 1 = Muy de acuerdo hasta 5 = Muy en desacuerdo. Fue aplicada de modo virtual en el mes de diciembre de 2021 a una muestra de 326 estudiantes.

El cuestionario aplicado se adaptó en base a investigaciones previas, cuya finalidad fue conocer la aceptación del uso de los dispositivos móviles en el proceso de comunicación y aprendizaje, siendo apoyada por bases teorías importadas de la Psicología como el TAM y la UTAUT (Abu-Al-Aish & Love, 2013; López Hernández & Silva Pérez, 2016; Seifert et al., 2019; Dafonte Gómez et al., 2021).

## Resultados

De acuerdo con los resultados, el 47.6% de estudiantes utilizan Laptop, el 41.1% Smartphones y el 9.5% computadoras como herramientas de interacción, información y comunicación para sus sesiones de aprendizaje. Solo el 1.2% de estudiantes acceden a sus clases virtuales y actividades académicas a través de la Tablet. El 0.6% de estudiantes manifestaron no poseer dispositivo móvil o computador. Un dato interesante es que, el 96.93%, tendría la intención de usar un dispositivo móvil para estudiar, lo que resulta significativo para su aprendizaje.

El factor de Utilidad Percibida (UP) tuvo como finalidad conocer el grado de adopción que ha tenido el estudiante con el dispositivo móvil y si éste fue de utilidad para destacar u obtener un buen rendimiento académico (Scherer et al., 2019). Ante la interrogante UP1, el 49.08% de estudiantes considera estar de acuerdo y un 21.16% muy de acuerdo con el uso de dispositivos móviles para estudiar. Con respecto a UP2, el 48.15% de estudiantes considera estar de acuerdo y el 19.94% muy de acuerdo en que los dispositivos móviles agilizan la realización de diversas actividades académicas. En UP3, un 39.87% considera estar de acuerdo y un 12.27% muy de acuerdo en que los dispositivos móviles son útiles para producir mejoras en su productividad académica.

Respecto al factor de Facilidad de Uso Percibida (FUP), la percepción del estudiante está sujeto a la cantidad de esfuerzo que dedica para el uso de un elemento tecnológico (Binyamin et al., 2019). En la FUP1, un 49.39% de estudiantes concuerda que no existe complicaciones en su adaptación al cambio con un aparato tecnológico. En la FUP2, un 46.64% de estudiantes manifiesta que los dispositivos móviles les permiten un

fácil acceso a los contenidos didácticos, con la finalidad de informarse y desarrollar actividades académicas propuestas por el docente. En la FUP3, un 40.49% de estudiantes considera que es fácil el aprendizaje de contenidos didácticos a través de estas herramientas tecnológicas y, aunque este ítem no arroja un porcentaje significativo, sigue siendo aceptable la intención de los estudiantes de adaptarse al cambio.

El Entretenimiento Percibido (EP) es el factor que permite analizar cómo influye la motivación intrínseca de la persona en la intención del uso de tecnologías, si es de su agrado y la hace productiva (Sánchez-Prieto et al., 2017). En ese sentido, en el EP1, el 44.79% está de acuerdo que el uso de un dispositivo móvil en el estudio es una buena idea. En el EP2, el 34.97% se siente a gusto al usar un elemento tecnológico para el estudio y, en el EP3, un 31.90% de estudiantes respondió que realizar actividades académicas con elementos tecnológicos es divertido.

El factor de influencia social (IS) establece el grado de aceptación de las personas que rodean al estudiante ante el uso de dispositivos móviles para el estudio (Khan et al., 2021). En la IS1, el 34.66% manifiesta que su entorno general califica como bueno el uso de dispositivos móviles para el aprendizaje, y un 33.44% no establece si es bueno o no el uso de recursos tecnológicos para el estudio. En la IS2, el 31.90% manifiesta que su entorno familiar califica como bueno el uso de tecnología para el aprendizaje. Cabe señalar que, en esa misma pregunta, un 31.90% de estudiantes comenta que su entorno familiar no está de acuerdo ni en desacuerdo, lo cual refleja que aún no hay confianza en la relación entre dispositivos móviles con fines de aprendizaje. En la IS3, un 37.12% menciona que los docentes incentivan a los estudiantes a usar los dispositivos móviles durante las sesiones de aprendizaje, para realizar trabajos colaborativos, pero, el 8.89% comenta que no hay una iniciativa por parte del docente en incentivar al estudiante al uso de los dispositivos móviles con fines académicos.

El factor de Condiciones Facilitadoras (CF) tuvo como objetivo conocer qué actos resultan fácil de ser desarrollados por la persona frente a un soporte informático (Dahri et al., 2021). En ese sentido, en la CF1, un 44.48% estuvo de acuerdo en manifestar que es fácil acceder a la plataforma virtual a través de un dispositivo móvil de manera sincrónica o asincrónica. En la CF2, un 31.29% señala que es fácil realizar actividades académicas en línea con el uso de documentos compartidos en cualquier momento y lugar. En la CF3, un 38.34% menciona que la plataforma de aprendizaje se adapta al tipo de dispositivo móvil que el estudiante posee.

La medida de adecuación de Kayser Meyer Olkin (KMO) obtuvo un valor de 0, 934. La prueba de esfericidad de Bartlett tuvo como resultado una aproximación de Chi-cuadrado de 3597,435 con 105 g.l. el cual reflejó una significancia de 0,000. Tras la aplicación del análisis factorial, se obtuvo como resultado que tres componentes acumulan un resultado acumulado de 71.397 de la varianza. Presentamos un análisis de las correlaciones propuestas en el modelo de investigación utilizando los modelos de TAM y UTAUT con respecto a la intención conductual de uso de los dispositivos móviles. Para este análisis de correlación se utilizó Rho de Spearman obteniendo un resultado significativo en relaciones a las variables independientes UP, FP, EP, CF, no siendo así el factor IS en relación con la variable dependiente ICU:

Correlación de Spearman

|     |                | UP   | FUP  | EP   | IS   | CF   |
|-----|----------------|------|------|------|------|------|
|     | Corr. Spearman | .377 | .385 | .365 | .295 | .342 |
| ICU | Sig. Bilateral | .000 | .000 | .000 | .000 | .000 |
|     | N              | 326  | 326  | 326  | 326  | 326  |

Nota. Correlación en base a los resultados de la investigación

# Conclusiones

Los resultados demuestran que existe un porcentaje considerable de estudiantes que usó dispositivos móviles con fines de aprendizaje durante el estado de emergencia producto de la pandemia de Covid-19. Los factores establecidos en las TAM y UTAUT aplicados en el modelo de estudio, demuestran que los factores UP, FUP, EP y CF presentan una relación significativa con la ICU del m-learning.

Este resultado es consistente con Baghcheghi et al. (2020), a excepción del factor IS, que obtuvo una relación débil, debido a la poca influencia que los estudiantes reciben de su entorno social y familiar. Al respecto, con relación al IS3, el propio docente aún no tiene la predisposición de incentivar al estudiante a utilizar los dispositivos móviles como herramienta de enseñanza y aprendizaje. Esto se compara con la limitación del docente en la formación de entornos digitales como lo manifiesta Fernández & Pérez (2018), lo cual refleja que la brecha digital aún existe en los docentes, los cuales limitan el mejor desarrollo y desenvolvimiento de los estudiantes inmersos en los entornos virtuales.

En ese sentido, se sugiere una alfabetización digital para los maestros e incentivar a los estudiantes a valorar las tendencias del mundo digital respecto a la formación académica.

## REFERENCIAS

- Abu-Al-Aish, A., & Love, S. (2013). Factors influencing students' acceptance of m-learning: An investigation in higher education. *The International Review of Research in Open and Distributed Learning*, 14(5). <https://doi.org/10.19173/irrodl.v14i5.1631>
- Asvial, M., Mayangsari, J., & Yudistriansyah, A. (2021). Behavioral Intention of e-Learning: A Case Study of Distance Learning at a Junior High School in Indonesia due to the COVID-19 Pandemic. *International Journal of Technology*, 12(1), 54-64. Scopus. <https://doi.org/10.14716/ijtech.v12i1.4281>
- Baghcheghi, N., Kohestani, H. R., Karimy, M., & Alizadeh, S. (2020). Factors affecting mobile learning adoption in healthcare professional students based on technology acceptance model. *Acta Facultatis Medicinae Naissensis*, 37(2), 191-200. Scopus. <https://doi.org/10.5937/afmnai2002191b>
- Binyamin, S. S., Rutter, M., & Smith, S. (2019). Extending the Technology Acceptance Model to Understand Students' Use of Learning Management Systems in Saudi Higher Education. *International Journal of Emerging Technologies in Learning (IJET)*, 14(03), 4-21. <https://doi.org/10.3991/ijet.v14i03.9732>
- Dafonte Gómez, A., Fabián Maina, M., & García Crespo, O. (2021). Uso del smartphone en jóvenes universitarios: Una oportunidad para el aprendizaje. *Pixel-Bit, Revista de Medios y Educación*, 60, 211-227. <https://doi.org/10.12795/pixelbit.76861>
- Dahri, N. A., Vighio, M. S., Bather, J. D., & Arain, A. A. (2021). Factors influencing the acceptance of mobile collaborative learning for the continuous professional development of teachers. *Sustainability (Switzerland)*, 13(23). Scopus. <https://doi.org/10.3390/su132313222>
- Davis, F. D. (1989). Perceived Usefulness, Perceived Ease of Use, and User Acceptance of Information Technology. *MIS Quarterly*, 13(3), 319-340. <https://doi.org/10.2307/249008>
- Fernández, J. T., & Pérez, K. V. P. (2018). Nuevos escenarios y competencias digitales docentes: Hacia la profesionalización docente con TIC. *Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado*, 22(1), 25-51. <https://doi.org/10.30827/profesorado.v22i1.9917>
- Khan, T., Nag, A. K., Joshi, B., Acharya, R., & Thomas, S. (2021). Influencing Factors of Behavior Intention and Actual Use of Technology: An Application of UTAUT Model on Science Undergraduates. *Journal of Higher Education Theory and Practice*, 21(13), Article 13. <https://doi.org/10.33423/jhetp.v21i13.4792>
- Latip, M. S. A., Tamrin, M., Noh, I., Rahim, F. A., & Latip, S. N. N. A. (2022). Factors affecting e-learning acceptance among students: The moderating effect of self-efficacy. *International Journal of Information and Education Technology*, 12(2), 116-122. Scopus. <https://doi.org/10.18178/ijiet.2022.12.2.1594>
- Leal, G. G., & Vila, R. de C. (2020). Dispositivos Móviles en Educación Superior: La experiencia con Kahoot! *Dirección y Organización*, 70, 5-18. <https://doi.org/10.37610/dyo.v0i70.565>
- López Hernández, F. A., & Silva Pérez, M. M. (2016). Factors of Mobile Learning Acceptance in Higher Education. *Estudios sobre Educación*, 30, 175-195. <https://doi.org/10.15581/004.30.175-195>
- Mojarro Aliaño, Á., Duarte Hueros, A. M., Guzmán Franco, M. D., & Aguaded, I. (2019). Mobile Learning in University Contexts Based on the Unified Theory of Acceptance and Use of Technology (UTAUT). *Journal of New Approaches in Educational Research*, 8(1), 7-17. <https://doi.org/10.7821/naer.2019.1.317>
- Ofori, E., Tech, V., Lockee, B. B., & Tech, V. (2021). Next Generation Mobile Learning: Leveraging Message Design Considerations for Learning and Accessibility. 9(4), 123-144.
- Romero-Rodríguez, J.-M., Aznar-Díaz, I., Hinojo-Lucena, F.-J., & Cáceres-Reche, M.-P. (2020). Models of good teaching practices for mobile learning in higher education. *Palgrave Communications*, 6(1), 80. <https://doi.org/10.1057/s41599-020-0468-6>

- Scherer, R., Siddiq, F., & Tondeur, J. (2019). The technology acceptance model (TAM): A meta-analytic structural equation modeling approach to explaining teachers' adoption of digital technology in education. *Computers & Education*, 128, 13-35. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2018.09.009>
- Seifert, T., Hervás-Gómez, C., & Toledo-Morales, P. (2019). Diseño y validación del cuestionario sobre Percepciones y actitudes hacia el aprendizaje por dispositivos móviles. *Pixel-Bit. Revista de Medios y Educación*, 54, 45-64. <https://doi.org/10.12795/pixelbit.2019.i54.03>
- Siron, Y., Wibowo, A., & Narmaditya, B. S. (2020). FACTORS AFFECTING THE ADOPTION OF E-LEARNING IN INDONESIA: LESSON FROM COVID-19. *Journal of Technology and Science Education*, 10(2), 282--295-. Scopus. <https://doi.org/10.3926/jotse.1025>
- Son, H., Park, Y., Kim, C., & Chou, J.-S. (2012). Toward an understanding of construction professionals' acceptance of mobile computing devices in South Korea: An extension of the technology acceptance model. *Automation in Construction*, 28, 82-90. <https://doi.org/10.1016/j.autcon.2012.07.002>
- Venkatesh, V., Speier, C., & Morris, M. G. (2002). User Acceptance Enablers in Individual Decision Making About Technology: Toward an Integrated Model. *Decision Sciences*, 33(2), 297-316. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5915.2002.tb01646.x>

## **5. ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: DESAFIOS À ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

# 5. ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: DESAFIOS À ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

---

Maria do Rosário de Fátima e Silva

## Introdução

O interesse sobre as questões que cercam o processo do envelhecimento na realidade brasileira nos chegou quando ao retornar do curso de doutorado em Serviço Social no ano 2000, passei a integrar a equipe de docentes do Programa de Extensão Universitária nomeado inicialmente como Terceira Idade em Ação-PTIA, criado na UFPI em 1998 e depois renomeado como Programa de Extensão Universitária para a Pessoa Idosa, mas mantendo a sigla.

O contato direto com os alunos idosos e suas necessidades, nos instigou a buscar aprofundar o estudo sobre o envelhecimento da população brasileira na sua interface com as políticas públicas destinadas a garantir proteção social e dignidade a esse segmento populacional, o qual a partir da Constituição de 1988, passa a ser reconhecido enquanto sujeito de direitos, com suas demandas acolhidas no capítulo II da Ordem Social, Art. 194, que trata das políticas de segurança social.

O interesse pela temática do envelhecimento nos fez escolher como objeto de estudo do estágio de pós-doutoramento realizado entre os anos 2012 e 2014, Junto ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, o processo de constituição e ou reestruturação do sistema de proteção social no Brasil, estabelecendo a interlocução com o Estado de bem-estar social português, buscando focalizar neste estudo as necessidades da população idosa, especificando-se o trato social realizado pelos dois países junto a esse contingente populacional. Parte da síntese realizada durante o estudo acima mencionado, sobre a experiência brasileira no tocante ao trato social com a população idosa, compõe as reflexões apresentadas no presente capítulo.

Neste sentido busca-se expressar a realidade do envelhecimento na realidade brasileira, os estigmas, os preconceitos e o esforço de ressignificação desse processo, compreendendo os determinantes que o cercam, além de buscar identificar o espaço ocupado pelas necessidades da população idosa na agenda pública governamental. Soma-se a este esforço analítico a reflexão acerca da atuação do Serviço Social frente as

demandas do segmento social idoso na relação direta com as políticas públicas destinadas ao atendimento de seus direitos e os desafios postos nesta dimensão.

## O Envelhecimento da População Brasileira: Conquistas e desafios

Um olhar sobre a realidade brasileira quando já se completaram duas décadas do século XXI, vamos encontrar a presença massiva dos idosos, considerando neste contingente a pessoas com 60 anos e mais, denotando que nas últimas décadas, o Brasil tem registrado redução significativa na participação da população com idades de até 25 anos e o aumento acelerado no número de idosos.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD/2017, a população idosa no Brasil já superou a marca de 30,2 milhões de pessoas com 60 anos e mais, estimativas mais recentes conforme estudos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística-IBGE/2019, dos 210 milhões de habitantes no país, 37,7 milhões são pessoas idosas, revelando a crescente redução na taxa de fecundidade entre os brasileiros nos últimos anos. Um dado importante a ser ressaltado se refere ao aumento da expectativa de vida no país, segundo censo de 2010, tínhamos uma expectativa de vida de 69,73 para os homens e 77,32 para as mulheres.

De acordo com estudos do IBGE datados de 2019, a expectativa de vida do brasileiro de maneira geral subiu para 76,6 anos, sendo 73,1 anos para os homens e 79,9 para mulheres. Conforme o IBGE desde 1940 até 2019, a esperança de vida do brasileiro aumentou em 31,1 anos, sendo a taxa de mortalidade dos homens sempre superior à das mulheres, mantendo-se a proeminência do sexo feminino no alcance de idades mais avançadas, o que caracteriza conforme Neri, 2007, o processo de feminização da velhice no país.

O aumento da expectativa de vida enquanto realidade inquestionável no país indica a necessidade do redirecionamento da agenda pública governamental de modo a acomodar a atenção prioritária às ações destinadas aos idosos e as crianças enquanto faixas etárias que se localizam nos pontos extremos da trajetória de vida do ser humano. Mas do que redimensionar a agenda pública, as necessidades das pessoas idosas enquanto sujeitos de direitos exige da sociedade brasileira a ressignificação da velhice no cotidiano da existência humana. Trata-se de reconhecer o lugar social a ser assegurado àqueles que acumularam sabedoria e experiências ao longo da sua trajetória de vida e de uma longa jornada de trabalho.

Neste aspecto utilizamos como base da discussão sobre a velhice a abordagem conceitual de Simone de Beauvoir (1970), quando define a velhice enquanto totalidade social e histórica. A referida autora menciona em suas reflexões, que a velhice não é somente um fato biológico, mas também cultural e está diretamente vinculada ao contexto social no qual se localiza. A autora prossegue afirmando que ao longo da história como na sociedade contemporânea, a luta de classes tem determinado a maneira pela qual o homem é surpreendido pela velhice e isso supõe compreendermos as dimensões da heterogeneidade e da diferenciação na forma de envelhecer associadas à condição de classe.

Isso nos leva ao entendimento de que é necessário considerarmos as múltiplas determinações no processo de envelhecer, atribuindo à condição da velhice novos desafios e significados de acordo com a realidade social onde esse processo se situa. No Brasil um país de dimensão continental marcado historicamente por profundas desigualdades sociais envelhecemos de diferentes formas e em diferentes condições e as necessidades desse público foram negligenciadas durante décadas cercadas por estereótipos que contribuíram para invisibilizar as necessidades desse segmento social.

O novo significado social atribuído à velhice inaugura a partir dos anos de 1990, um novo posicionamento na sociedade brasileira, contrariando uma tradição que sempre cultuou o padrão da juventude como se fosse uma fase permanente da vida. Esta tradição revela que a sociedade local não aprendeu a cultivar e

a valorizar a sabedoria dos mais velhos, afastando a pessoa idosa para fora da cena pública, obrigando-a a recolher-se aos seus aposentos, contribuindo dessa maneira para reforçar o estigma da inutilidade da sua condição. No Brasil a própria palavra aposentadoria vem carregada desse estigma, como também a alcunha de “inativos” que é atribuída para os servidores públicos quando se aposentam. Em outras realidades é importante compartilhar as experiências sobre os estigmas e preconceitos que cercam esta fase da vida, para podermos adotar medidas no sentido de sua superação.

Nessa perspectiva de ressignificação da velhice é preciso ampliar o debate sobre o processo do envelhecimento com todas as gerações num diálogo intergeracional que proporcione a compreensão dos limites e possibilidades de cada etapa da existência humana. Para tanto, se torna necessário o resgate dessa experiência dialógica entre as gerações numa conexão de conhecimentos e saberes que muito qualificará a conquista da longevidade. Nessa trajetória é condição primeira o despojamento dos preconceitos e estigmas que durante séculos e ainda hoje, tem cercado o processo do envelhecimento, principalmente na sociedade capitalista do consumo e da produtividade que não enxerga a beleza e sabedoria de que se reveste a experiência do envelhecimento como um direito de cidadania.

A efetivação desse direito põe desafios a serem enfrentados pelo Estado na composição de sua agenda pública cuja materialização ocorre no âmbito das ações governamentais. Esta agenda conforme BERZINS, 2003, deverá incorporar entre outras diretrizes a execução de políticas e programas que garantam o envelhecimento digno e sustentável, a execução de políticas que promovam o envelhecimento ativo, propiciando qualidade aos anos adicionados à vida, a implementação de políticas e programas que promovam uma sociedade inclusiva e coesa para todas as faixas etárias.

A conformação dessa agenda pública subtende o reconhecimento dos direitos à vida, à dignidade, e à longevidade como direitos de cidadania e dever do Estado. A perspectiva do envelhecimento encarada como vitória da humanidade e não como problema social, recupera o papel do Estado enquanto agente público responsável pelo processo de formulação, implementação e implantação de políticas e serviços que reconheçam e priorizem as necessidades da pessoa idosa como sujeito de direitos e como eixo de preocupação das políticas públicas.

Estas políticas deverão ser materializadas através de programas e projetos que busquem estabelecer novos papéis sociais aos idosos, estimulando a sua independência e autonomia na vida social. Neste aspecto com o aumento da longevidade há a necessidade da adoção de políticas públicas que habilitem a pessoa idosa e reforcem a sua presença enquanto sujeito ativo e participativo nas questões que lhes dizem respeito.

## **Atenção à Pessoa Idosa na Agenda das Políticas Públicas no Brasil: Recorte para as políticas de segurança social**

Dante da expectativa quanto ao reconhecimento e efetivação dos direitos da pessoa idosa no Brasil, é importante ressaltar que é muito recente na sociedade brasileira a preocupação com o envelhecimento da população se considerarmos os mais de quinhentos anos de existência do país. As necessidades e limitações apresentadas pelos idosos antes destinadas à caridade das instituições religiosas e filantrópicas só começam a figurar na agenda pública governamental como prioridade, no ano de 1988, com o advento da nova constituição no Brasil.

Antes deste período histórico, a localização de ações públicas governamentais que contemplam as necessidades da pessoa idosa, se situam nos anos de 1930, na conjuntura do governo de Getúlio Vargas, quando ocorre a criação dos institutos de aposentadoria e pensões e a consolidação das leis trabalhistas, introduzindo inovações nas áreas da política de saúde e educação. Apesar de localizarmos algumas medidas governamentais dirigidas a este público nas décadas subsequentes, somente na constituição de

1988 registramos um avanço no tocante a incorporação das necessidades da população idosa enquanto direitos. Na referida constituição segundo Faleiros, 2012,

os direitos da pessoa idosa estão presentes em vários capítulos da constituição, considerando-se a mudança de paradigma do idoso assistido para o do idoso ativo, do idoso improdutivo excluído do mercado de trabalho para o idoso como sujeito de direitos como pessoa envelhecente, do idoso cuidado exclusivamente na família para o idoso protegido pelo Estado e pela sociedade, do idoso marginalizado para o do idoso participante. (FALEIROS, 2012, p.58).

Esse novo paradigma atribuído a pessoa idosa enseja segundo o autor, o reconhecimento dos direitos desse segmento social nas várias áreas que compõem o arcabouço das políticas públicas de responsabilidade do Estado.

Como desdobramentos das prerrogativas postas pelo texto constitucional em vigor identificamos algumas diretrizes legais que se materializaram em ações públicas. Nos anos de 1990 e nos anos de 2000, localizamos a adoção de algumas medidas importantes de políticas públicas no âmbito da atuação do Estado no sentido de garantir a proteção social como direito de cidadania principalmente àqueles idosos que não detinham os meios necessários de se autossustentar e nem a sua família.

Essa preocupação pública com o processo de envelhecimento foi forçada em grande parte pela organização dos idosos, realçando-se nessa linha o protagonismo do movimento dos trabalhadores aposentados na luta pela garantia de direitos conquistados pela dedicação a uma longa jornada de trabalho. O movimento dos aposentados posicionou na cena pública dos anos de 1980 no Brasil, os idosos como um novo sujeito político que reivindicava direitos a uma velhice com dignidade.

A legitimidade dessa luta foi reconhecida pela Constituição de 1988 no capítulo VII da Ordem Social, Art. 230, que reconhece o dever da “família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Como síntese dessas garantias constitucionais no campo das políticas públicas dirigidas ao segmento social idoso podemos destacar:

- 1988. Estabelecimento no texto constitucional das políticas de seguridade social compostas pelo tripé: saúde, assistência social e previdência. As necessidades da pessoa idosa permeiam as diretrizes das três políticas que compõem a seguridade social conformando direitos. Na saúde lhes é assegurado a prevalência no atendimento fundamentada no princípio da saúde enquanto direito universal e dever do Estado. Na assistência social é assegurada a proteção social básica e especial através de ações que objetivam assegurar provisão de condições de vida e garantir a sua defesa em situações em que ocorra a violação de direitos. Na previdência social lhes é assegurado os benefícios sociais vinculados a uma jornada laboral completada, (aposentadoria e pensões), ou um benefício social de prestação continuada àqueles idosos que não tenham condições de se autossustentar e nem sua família.
- 1990: Aprovação da lei orgânica de saúde lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, entre eles a criação do Sistema Único de Saúde-SUS
- 1993: aprovação da lei orgânica da assistência social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que reconhecia a pessoa idosa com um dos segmentos sociais de atenção prioritária nas ações de proteção social, juntamente com as crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.
- 1994: promulgação da Política Nacional do Idoso- PNI, Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, tendo como objetivo assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;

- 1996: promulgação da lei de diretrizes e bases da educação-LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegura a educação para jovens e adultos que não tenham tido acesso na faixa etária adequada. Esta lei incorpora o que está previsto na PNI que é garantir o direito do idoso a programas de educação permanente, adequando currículos, metodologias e material didático em programas educacionais destinados a pessoa idosa;
- 2002: criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso-CNDI, através do decreto-lei nº4.227 no governo FHC. Embora o CNDI tenha sido criado em 1994 com a promulgação da PNI, ele foi vetado e só foi criado de fato e de direito em 2002.
- 2003: criação do Estatuto do idoso, lei nº 10.741 de 1º de outubro /2003, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos;
- 2004: aprovação da Política Nacional de Assistência Social-PNAS, com o objetivo de prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e proteção social especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem,
- 2006: aprovação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, através da portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, reconhecendo a necessidade de uma política de saúde direcionada aos idosos em todo o país, considerando as especificidades deste segmento social.
- 2007: é realizada no Brasil a II conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento para a América latina e Caribe coordenada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe-CEPAL com o lema: Uma sociedade para todas as idades e proteção baseada em direitos, o relatório desta conferência que ficou conhecida como a Declaração de Brasília, reafirmava entre outros compromissos, incorporar o tema do envelhecimento e dar-lhe prioridade em todos os âmbitos da políticas públicas, reconhecendo a perspectiva intergeracional, de gênero e etnia nas políticas e programas a serem destinados aos setores mais vulneráveis da população.

Neste aspecto é importante ressaltar que o governo brasileiro participou das três conferências sobre envelhecimento realizadas pela CEPAL respectivamente nos anos, 2003, 2007 e 2012, assinando conjuntamente com todas as nações participantes, a carta de compromissos que deveria subsidiar e orientar aos governantes do continente a agenda de políticas públicas direcionada a garantir os direitos das pessoas idosas, respeitando as especificidades de cada região.

- Em 2013: o governo brasileiro assina o termo de compromisso em prol da garantia do envelhecimento ativo em consonância com os princípios defendidos pela OMS que o classificou como novo paradigma a orientar as ações voltadas para a população idosa. Essas ações deveriam se reger por três grandes eixos: saúde, participação e segurança. O objetivo do envelhecimento ativo é assegurar condições para aumentar a expectativa de uma vida saudável e a qualidade de vida para todas as pessoas que estão envelhecendo, inclusive as que são mais frágeis fisicamente e incapacitadas e que requerem cuidados especializados.

O envelhecimento ativo visa assegurar a participação contínua dos idosos nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis e não somente a capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho. Supõe o reconhecimento dos direitos humanos das pessoas idosas baseado nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização.

A Política Nacional do Idoso com desdobramentos em nível estadual e municipal, o Estatuto do Idoso, bem como, as demais medidas aqui citadas, são legislações sociais regulamentadas pelo Estado brasileiro e que orientam as ações a serem implementadas pelo poder público no atendimento dos direitos da pessoa idosa em cada instância da federação. Neste aspecto ressalta-se a importância de observar-se a intersetorialidade destas ações com as demais políticas sociais, objetivando a atenção prioritária

às necessidades desse grupo social. A PNI estabelece entre outras diretrizes, a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio dos idosos de maneira a proporcionar a sua integração junto às demais gerações. (BRASIL, 2010)

O Estatuto do idoso por sua vez ao regulamentar a PNI, reconhece no seu Art.2º que o idoso

goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção social de que trata esta lei, assegurando-se lhe, por lei, ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2010, p.3).

A luta pela garantia dos direitos previstos tanto na PNI, quanto no Estatuto do idoso e demais legislações, tem despertado a população idosa no Brasil, especialmente aqueles que experimentam alguma forma de engajamento social, a vontade de participar politicamente do processo decisório das questões que lhes dizem respeito. Neste sentido os idosos tem buscado participar dos canais democráticos já conquistados a exemplo dos conselhos de direitos e de políticas públicas, das conferências e dos fóruns de debates onde a defesa dos seus direitos esteja incluída como pauta de discussão.

Os conselhos de direitos dos idosos são exemplos desses espaços criados em todo o Brasil em âmbito federal, estadual e municipal, como instâncias de controle social das ações governamentais no campo da formulação, implementação e execução de políticas, programas, projetos e serviços destinado à pessoa idosa. Esses conselhos foram propostos no texto constitucional vigente no Brasil como espaço de participação da sociedade civil no controle da gestão pública.

Os conselhos de direitos dos idosos tem como atribuição a fiscalização e controle social das ações de governo relacionadas à operacionalização da política pública voltada ao atendimento dos direitos da pessoa idosa. Têm também a atribuição de influenciar no processo de formulação dessa política, participando dos fóruns e conferências específicas convocadas e realizadas periodicamente em âmbito federal, estadual e municipal.

O avanço democrático constituído pelos conselhos tem contribuído para restabelecer a relação entre Estado e sociedade na concretização do interesse público. Está claramente evidenciado na Constituição brasileira, especificamente no capítulo da seguridade social, de que a gestão das políticas de saúde, assistência social e previdência se fará assegurando-se a primazia da condução do Estado com a participação da sociedade.

Nos conselhos e nas conferências a participação dos idosos tem contribuído para fortalecer a sua consciência crítica e o seu protagonismo social enquanto sujeito político de direitos. Nesses espaços de participação põe-se a perspectiva da emancipação da pessoa idosa como sujeito político com capacidade de interferir nas decisões relativas às suas necessidades, contribuindo para fortalecer a sua participação cidadã.

No Brasil estamos diante de uma realidade que impõe desafios: de um lado, temos marcos legais importantes que estabelecem como direitos o atendimento com absoluta prioridade as necessidades da população idosa, e de outro, temos a perspectiva da concretização desses direitos através de ações concretas a serem materializadas em políticas programas, projetos e serviços que assegurem a proteção social a esse segmento social como direito de cidadania.

## **A Atuação do Serviço Social nas Políticas Públicas Destinadas as Pessoas Idosas**

A atuação dos profissionais de Serviço Social no campo de implementação das políticas direcionadas as necessidades da pessoa idosa tem sido pautada entre outros princípios que regem o código de ética

profissional, no reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; na defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, na defesa da democracia e na recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Apoiada nestes e em outros princípios, a ação profissional dos/as assistentes sociais nos Centros de Referência em Assistência Social-CRAS e nos Centros de Referência Especializado de Assistência social-CREAS, absorverá funções na área do planejamento e execução de programas, projetos sociais e serviços condizentes com as demandas identificadas, dividindo o cotidiano de trabalho com outras especialidades profissionais, no sentido de contemplar a atenção integral ao público beneficiário.

A atuação profissional do Serviço Social no atendimento dos direitos sociais assegurados aos idosos nas legislações específicas a exemplo da PNI e do Estatuto do idoso, como também das políticas de seguridade social, com destaque para a política de assistência social, será pautada tanto nas competências regulamentadas pela legislação que disciplina o exercício profissional, quanto no projeto ético político profissional que reafirma o compromisso com a justiça e a equidade social. Isso exige dos/as Assistentes Sociais, uma leitura crítica da realidade e a escolha de instrumentais técnicos adequados a cada situação social a ser enfrentada no seu cotidiano profissional, respeitando-se as especificidades regionais e as características e necessidades de cada geração. Isso requer compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual permanente.

Nos CRAS, como membro de uma equipe interdisciplinar (composta por Assistentes sociais, psicólogos e técnicos administrativos) a atribuição dos assistentes sociais em geral está relacionada às atividades de coordenação, triagem e diagnóstico social das demandas apresentadas e orientação social. A atenção às necessidades dos idosos na proteção social básica aglutina ações desde a concessão de benefícios sociais monetários a serviços que envolvem o abrigo, assistência social, projetos de educação permanente, centros de convivência social e reinserção em atividades produtivas.

Neste aspecto a atuação do profissional tem sido requisitada tanto no processo de formulação quanto na gestão e execução de programas que visem assegurar aos idosos o respeito as suas especificidades e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, numa parceria com o núcleo familiar e com o investimento público.

Nos CREAS a proteção especial se subdivide em média e alta complexidade. Os serviços de média complexidade se destinam ao atendimento de famílias, de idosos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Na alta complexidade os serviços têm por objetivo garantir proteção integral as famílias e indivíduos que se encontram sem referência e ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e ou comunitário.

Neste nível de proteção as necessidades dos idosos são incluídas em um plano de ação assistencial que tem como meta assegurar a efetivação de seus direitos e coibir situações de violação que venha comprometer a sua integridade física, psicológica e social e sua condição de cidadão.

Neste sentido a atuação dos/as Assistentes Sociais como membros de uma equipe interdisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, advogados e pessoal de nível médio, será encaminhada sempre na perspectiva de garantir autonomia desse segmento social enquanto sujeito de direitos e ao mesmo tempo potencializar as alternativas institucionais na concretização de medidas de proteção social asseguradas pela legislação vigente. Entre os desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social na implementação das medidas de proteção social às pessoas idosas se encontra a fragilidade da rede socioassistencial cujos serviços ainda necessitam ser devidamente equipados para garantir celeridade no atendimento das necessidades dos idosos.

# Considerações Finais

Como mencionei no desenvolvimento das reflexões postas no eixo inicial a compreensão do processo de envelhecimento populacional envolve a identificação dos seus determinantes de natureza política, econômica, social e cultural, entendendo a velhice enquanto uma construção social e histórica revestida do caráter da heterogeneidade. Num país de expansão continental como o Brasil, atravessado por profundas desigualdades sociais registra-se diferentes formas de envelhecer. Estão presentes neste processo os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos além dos recortes de gênero, raça e etnia, no tocante ao acesso de bens e serviços disponibilizados, revelando a exclusão de grande parcela da população idosa dos bens essenciais à existência humana.

A correção dessa defasagem implica o reposicionamento dos idosos no seu lugar social na realidade brasileira em todos os tempos históricos, superando preconceitos e estigmas e questionando sempre os padrões utilitários da sociedade capitalista que tem ressaltado a inutilidade da contribuição das pessoas idosas para uma sociedade assentada na produtividade material, relegando-se a importância da experiência e dos conhecimentos acumulados.

Trata-se, portanto, de buscar redirecionar a agenda pública e pautá-la em uma nova lógica regida pela equidade e pela justiça social, fundamentada em princípio éticos que ressaltem a prevalência do ser humano no processo de desenvolvimento do país, assegurando-se a participação e contribuição de todas as gerações. Neste aspecto o sistema de proteção social concebido para assegurar a prevenção e cobertura dos riscos sociais precisará ir além para poder garantir permanentemente o bem-estar social para todos os cidadãos independente de sua faixa etária e condição social. Trata-se no meu entendimento de concretizar uma sociedade inclusiva dos direitos e garantias sociais para todas as gerações.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. de. A Velhice. Nova fronteira, 1990.
- BERZINS, M. V. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. Serviço Social e Sociedade, nº75, São Paulo: Cortez Editora, p.19-34, 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Série legislação Seca, 6ª edição, Leme/SP: Imaginativa Jus, 2023, 336 p.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política nacional do idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do idoso e dá outras providências, Brasília, 2003.
- FALEIROS, V. de P. A pessoa idosa e seus direitos: sociedade, política e constituição In: BERZINS, M.V; BORGES, M. C. (Orgs) Políticas Públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari, 2012, p.45-66.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA-IBGE. Projeção da população do Brasil e unidades da federação por sexo e idade. 2019.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD Contínua.2019
- NERI, Anita Liberalesso. Feminização da velhice in: NERI, A. L. (Org.) Idosos no Brasil: vivências, desafios, e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007, p.47-64.
- SILVA, M. do R. de F. e. Relatório da pesquisa de Pós-doutoramento. O sistema de proteção social brasileiro e português e as necessidades da população idosa. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, apoio: CNPq, São Paulo, agosto de 2020.

## **6. OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE E A PANDEMIA DA COVID-19: Anotações sobre a Gestão da Política de Assistência Social**

# **6. OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE E A PANDEMIA DA COVID-19: Anotações sobre a Gestão da Política de Assistência Social**

---

Mauricéia Ligia Neves da Costa Carneiro  
Iracilda Alves Braga

## **Introdução**

Refletir sobre a gestão social de uma política pública é discorrer sobre um processo caracterizado pelas respostas do Estado para as inúmeras demandas que emergem da sociedade. Conceber que essas respostas são resultado de uma ação coletiva envolvida por conflitos de interesses originados em uma relação em que o Estado se apresenta como um locus de luta por acesso a serviços e benefícios sociais importantes no processo da satisfação de necessidades sociais. Esse processo ocorre tanto em meio a normas e regras, como apresenta características comuns que envolvem escolhas, decisões pautadas no próprio movimento da história dos acontecimentos e fatos políticos, econômicos e sociais.

Nessa lógica, podemos trazer para o debate a Política de Assistência Social, enquanto uma política pública que alcançou o seu status de direito social a partir da Constituição Federal de 1988. Essa política vem se consolidando por meio de um conjunto de princípios, diretrizes, objetos definidos, como também, por meio da construção de um Sistema que disciplina a gestão pública da Assistência Social em ações para a materialização de provisões que respondam às necessidades sociais e coletivas dos indivíduos, denominado – Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O caráter do SUAS consolida uma estratégia de gestão compartilhada entre os entes federados: União, Estados e Municípios, de modo articulado e complementar, definindo competências e responsabilidades para instalar, regular as ações da Assistência Social como dever do Estado e direito do cidadão por todo o território nacional. Outra característica do SUAS é respeitar a diversidade das regiões a partir de suas peculiaridades socioeconômicas, culturais e políticas, reconhecendo as diferenças e desigualdades regionais que condicionam os padrões de cobertura no atendimento às demandas sociais locais.

Nessa perspectiva, os territórios subnacionais seguem uma classificação de portes valorizando a dinâmica de cada realidade social. Assim sendo os municípios foram classificados em pequeno porte

I (até 20.000 hab.), pequeno porte II (de 20.001 a 50.000 hab.) médio porte (de 50.001 a 100.000 hab.), grande porte (de 100.001 a 900.000 hab.) e metrópoles (mais de 900.000 hab.) com o intuito de introduzir a concepção de densidade demográfica dos municípios como critério definidor da distribuição da rede de proteção social vinculada à Política de Assistência Social (BRASIL, 2004).

Essa distribuição traz consigo características de realidades que vão além da densidade demográfica, pois incorpora características que englobam estrutura administrativa institucionais e financeiras locais, que apresentam déficits e limitações, especialmente aqueles denominados de pequeno porte, que comprometem a gestão das políticas públicas.

Diante dessa diversidade com que os municípios brasileiros se configuram, vale destacar que a provisão de serviços e benefícios sociais não é mera execução de normativas organizadas e definidas nacionalmente. Na literatura sobre relações federativas de políticas públicas, as reflexões sobre governança multinível, isto é, uma nova perspectiva para buscar compreender as relações tecidas entre os entes federados na implementação de políticas públicas, indicam que as respostas que os entes federados direcionam para o atendimento das demandas sociais, estão focadas exclusivamente nas capacidades estatais e aqui nos dedicaremos a compreender especificamente a capacidades dos níveis subnacionais.

Considerando essa realidade dos entes federados municipais, como também, diante do momento atual como referência de aguçamento de vulnerabilidades e riscos sociais advindos do período pandêmico que toda a sociedade mundial presencia, em virtude da crise sanitária ocasionada pela Covid-19, se faz importante investigar os impactos que vêm agravando às vulnerabilidades, aumentando os riscos sociais, gerando mais desproteção social, especialmente nas unidades subnacionais, como os municípios e pequeno porte I.

O presente estudo é produto do Projeto Guarda Chuva: Projeto de Pesquisa Interdisciplinar e Intercontinental, Interfaces do Covid-19: políticas públicas para famílias em situação de vulnerabilidade, que tem como objetivo geral contribuir técnica, conceitual e metodologicamente com a análise sobre o avanço de políticas inclusivas, distributivas, ambientalmente responsáveis e socialmente justas a partir da gestão de políticas voltadas a famílias em situação de vulnerabilidade e suas interfaces com o Covid-19 com ênfase na proteção social / assistência social; saúde e política econômica, que está sendo desenvolvido em parceria com Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Famílias e Políticas Públicas - NEF da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e o Grupo de Estudo em Políticas de Segurança Social e Serviço Social-GEPSS, vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí a partir da Pesquisa intitulada: Sistema Único de Assistência Social nos Municípios de Pequeno Porte Piauiense: realidade das ações socioassistenciais de enfrentamento a covid-19.

A proposta da projeto guarda-chuva está integrada com o estudo de outras realidades, próximas e/ou similares desenvolvidas por um grupo de pesquisadores vinculados a (11) onze Instituições de Ensino Superior- IES nacionais e internacionais, representando os países: Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Peru, Espanha e Inglaterra que participam do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Famílias e Políticas Públicas- NEF da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, no qual coordena as atividades desenvolvidas por meio de estudos, reflexões sobre as realidades sociais dos países que compõem o referido Núcleo.

A partir de uma metodologia de pesquisa bibliográfica, o referido estudo traz para reflexão, características sobre a gestão da política de assistência social nos municípios de pequeno porte, considerados aqueles que apresentam realidades desafiadoras para garantir a provisão de bens e serviços à sua população.

Seguindo essa compreensão, dividiremos nossa abordagem apresentando as características dos municípios de pequeno porte brasileiro, as reflexões sobre gestão da Política de Assistência Social,

observando como essa Política tem se organizado para responder às demandas dos seus usuários em uma crise sanitária, ocasionada pela Covid-19, destacando os desafios dos entes subnacionais de pequeno porte e por último, as considerações finais a partir das reflexões discorridas.

## Caracterização dos Municípios Brasileiros de Pequeno Porte

O território brasileiro constitui um ente federado composto por União, Estados e Municípios, todos usufruindo de autonomia, mas também de uma interdependência, possuindo competências próprias. Essa organização se desenha a partir da Constituição Federal de 1988 – CF/1988, marco legal para definição das responsabilidades dos entes federados na organização política e administrativa da realidade brasileira.

No referido marco legal no seu art. 30 a CF/1988 especifica as competências, atribuições do ente município:

- legislar acerca de assuntos de interesse local;
- suplementar a legislação federal e estadual no que lhe couber;
- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade da prestação de contas e da publicação de balancetes;
- criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;
- prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; e
- promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.(BRASIL, CF/1988).

A partir dessas competências os municípios brasileiros têm adquirido grande relevância para promoção do desenvolvimento social e econômico das realidades locais, como também, na construção da cidadania. Para definição desses entes a CF/1988 não definiu critérios de portes para um território instituir-se como município, contudo segundo Kleringa, Kruelb e Stranzc (2012), até 1996, os Estados poderiam legislar sobre as emancipações municipais, mas a prerrogativa foi retirada pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 16/96, que repassou para a União a responsabilidade de definir os critérios de emancipações de localidades para todo país, regulamentação que ainda não foi aprovada.

Dante desse contexto, atualmente é possível encontrar municípios que apresentam especificidades disíspares em termos de população, estrutura administrativa e política que precisam cumprir as mesmas responsabilidades enquanto entes da federação brasileira. Essa configuração tem uma relação direta com o processo de descentralização que a CF/1988 inaugurou, pois constituiu-se como uma estratégia de distribuição de responsabilidades e poder público.

Segundo Nogueira (2004) é importante perguntar até que ponto o processo de descentralização político-administrativo ocorrido no Brasil tem se cumprido. É notório a identificação dos avanços na direção da participação da sociedade nas políticas públicas em nível local, porém ainda é acanhado na forma que traga impactos mais significativos à vida do cidadão. A defesa da descentralização, associada à democratização –

se dá, principalmente, sobre o entendimento da mesma como uma forma de aproximação entre governo e população, levando consequentemente à ampliação da participação da sociedade civil e ao fortalecimento do poder local, contudo quando nos deparamos com a redistribuição das responsabilidades públicas, de garantir o atendimento às demandas dos cidadãos, o processo de descentralização tem se configurado como um desafio que vem comprometendo a performance administrativa, fiscal e política dos municípios, especialmente aqueles com menores estruturas organizacionais.

É um consenso entre os estudiosos as inúmeras vantagens do processo de descentralização e aqui também reiteramos a importância desse processo para a vida dos cidadãos que vivenciam cotidianamente esse processo quando usufruem uma maior aproximação aos espaços decisórios, com a geração de maior eficiência, eficácia e efetividade das ações públicas.

De acordo com Mota (2010), o SUAS reordenou a política de Assistência Social. Ele é o instrumento de organização e operacionalização da Assistência Social. As ações socioassistenciais do SUAS são organizadas em unidades de proteção social instaladas em territórios de proximidade do cidadão, atendendo às diversidades de regiões e os portes dos municípios, sendo respeitados os seus eixos estruturantes: a matricialidade sociofamiliar, a territorialidade e a descentralização com participação da sociedade (PNAS).

Quanto ao porte dos municípios, o documento “SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas” (2015) apresenta a classificação e subclassificação dos municípios por porte populacional, em que podemos observar que dos 5.570 municípios brasileiros a grande maioria são classificados como Pequeno Porte I e II - 4.915 municípios, seguidos por municípios de médio porte (351), Grande Porte 1 (287) e Grande Porte II (17), daí a importância, neste estudo, de destacarmos a gestão destes municípios no contexto da pandemia da COVID 19, tendo em vista sua predominância na configuração do SUAS em território nacional.

Ao considerarmos as regiões do Brasil, tendo como referência os dados do documento SUAS 10 (2015), verificamos a seguinte concentração de municípios de Pequeno Porte I e II:

- Região Sudeste: 1.414;
- Região Sul: 1.085;
- Região Centro-Oeste: 426;
- Região Norte: 380 e
- Região Nordeste: 1.610.

Dos dados, é possível inferir que há incidência predominante de municípios de Pequeno Porte I e II em todas as regiões brasileiras, independente da densidade demográfica. Ao relacionarmos a quantidade de municípios com esta classificação no Sudeste e no Nordeste, verificamos que a quantidade de municípios de Pequeno Porte I é predominante e que estes municípios possuem até 7.500 habitantes, portanto pequenos municípios com baixa densidade demográfica, num polo quanto no outro.

Importa ainda destacar que municípios com esses portes, na sua maioria, contam apenas com o CRAS como equipamento social. Assim, identificamos a partir de dados da série histórica do Censo SUAS 2016/2020 que a maioria dos CRAS se concentram nos municípios de Pequeno Porte I e II:

- 2016 - dos 8.240 CRAS, 5.458 eram de pequeno porte;
- 2017 - dos 8.292 CRAS, 5.467 eram de pequeno porte;
- 2018 - dos 8.360, 5.493 de pequeno porte;
- 2019 - dos 8.357, 5.478 eram de pequeno porte e em,
- 2020 - dos 8.403, 5.493 eram de pequeno porte.

## **Dimensões sobre a Gestão da Política de Assistência Social e os Reflexos da Pandemia da COVID-19**

A assistência social compreende uma política pública não contributiva que ao longo dos anos vem sendo objeto de pesquisas que buscam compreender sua efetivação para além do aspecto teórico-conceitual. A partir dos marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, a Política Nacional de Assistência Social/PNAS-2004, o Sistema Único de Assistência Social, que materializa o direito a esta política e inúmeras outras legislações auxiliares que vem norteando a execução da assistência social, se inaugura uma nova concepção de proteção social para realidade brasileira, afirmando-a como um dever do Estado e direito do cidadão.

Por meio da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS- 2012 sancionada em 03 de janeiro de 2013 o Sistema Único de Assistência Social-SUAS se concretiza e assim se propõe afiançar direitos de proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e passa a se constituir o mais novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da PNAS/2004. Esse instrumento implantou o processo de execução da Política de Assistência Social respeitando as diferenças dos entes federativos a partir das competências e deveres entre si, na garantia do Estado de direitos como declara um regime democrático.

Pautada na condição de afiançadora de direitos sociais a assistência social se consolida como política pública a partir do art. 1º da LOAS que assinala,

Art. 1º- A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL,1993)

Com essa compreensão a assistência social adquire um status como direito decididamente, contudo reflexões passam a investigar o sentido do significado do termo “mínimos sociais” como preceitua a LOAS. Sposati (2004), adverte para a “dupla interpretação de mínimos sociais: uma restrita, minimalista, e outra [...] ampla e cidadã”. (SPOSATI,2004, p.10).

A primeira se fundamenta na pobreza e no limiar da sobrevivência e a segunda em outro padrão básico de inclusão”. Assim sendo, a orientação que a LOAS inscreve é a de garantir segurança contra vulnerabilidades e riscos sociais, e uma condição de cidadania definida pelo “padrão societário e civilidade” o que coloca os mínimos sociais no patamar da universalidade (SPOSATI, 2004).

Seguindo esta interpretação, diversas abordagens passam a ser construídas para se buscar a compreensão do sentido da assistência social enquanto política de Estado, haja visto, como assinala Yazbek (2004) esta política historicamente traz consigo características e identificações com ações clientelistas, filantrópicas e tuteladoras, permeando uma gestão conservadora que por vezes ainda se perpetua atualmente por meio de práticas sociais. Ainda segundo a autora, mesmo com a concretização do SUAS, esta política pública convive com valores e tendências tanto conservadoras como emancipatórias, exigindo uma vigília constante por parte da sociedade (YAZBEK, 2021).

Assim também, como assinala Jales (2021) a assistência social passa a ser um espaço de disputa constante, quando,

[...] projetos político-ideológicos que ao entrarem em conflito produzem diferentes formas de proteção social e evidenciam a tensão constitutiva dos projetos políticos-ideológicos transformadores, desde aqueles que propõem a constituição de relações sociais menos desiguais (projetos reformistas), até os que almejam a subvenção da ordem capitalista. (JALES, 2021, p.120).

Dessa forma, refletir sobre a assistência social é enfrentar esse contexto, sem deixar de identificar que é uma estratégia político-econômica importante para garantir proteção social por meio de seguranças voltadas para sobrevivência de rendimentos e de autonomia, de acolhida e de convívio ou vivência familiar como preconiza a PNAS/2004, mesmo diante de realidades que sinaliza um processo constante de desfinanciamento nos investimentos sociais como resultado da Emenda Constitucional Nº 95/16, que desqualifica a provisão de direitos ao propor o congelamento das despesas sociais por 20 anos.

Os desafios da assistência social são tamanhos, especialmente quando defende um caráter civilizatório consagrado sob a vigilância do Estado. Os princípios e diretrizes que norteiam a PNAS/2004 resguardam a gestão da assistência social sob a égide da democracia e da cidadania com o empenho de construir uma política pública inovadora que preserve os direitos sociais.

A partir dessas características da assistência social, compreendemos que o Estado, “ao tomar para si a responsabilidade pela formulação e execução das políticas econômicas e sociais, torna-se “arena de luta” por acesso à riqueza social (CUNHA apud SILVA, 1997, p.189). Dessa forma, a concretização das políticas públicas, envolvem conflitos e interesses diversos de camadas e classes sociais e as respostas dadas pelo Estado às demandas da sociedade, podem priorizar interesses de acordo com as correlações de forças políticas, isto é, interesses referentes à acumulação do capital e às reivindicações dos trabalhadores. Contudo, pode-se entender a política pública como,

[...] linha de ação que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em respostas às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual (DEGENSZAJH, 2000, p. 80).

A ideia de compreender os desafios da gestão da política de assistência social no âmbito local significa adentrar ao entendimento do seu aperfeiçoamento institucional, da sua relação com o aparato estatal por meio das dimensões técnico-político-administrativa. De acordo com Magri (2013) a gestão de uma política pública, não é a política social propriamente dita, assim como, a política social sem a gestão fica reduzida a uma referência ou até mesmo a uma ideologia sem o exercício. Dessa forma, faz-se importante ter clareza e entendimento da concepção, organização, gestão e desafios de uma política social, oportunizando a identificação de elementos fundamentais para detectarmos os objetivos dessa política social.

O processo de formulação de uma política pública exige o engajamento de diversos atores com interesse diversos que pautam a organização e deliberação das agendas públicas, definidas pelo movimento de mobilização das forças sociais representadas pela sociedade civil e Estado. Essa dinâmica se qualifica pelas argumentações e discussões que irão expressar os interesses e necessidade das partes envolvidas.

A gestão social de uma política pública, segundo Cunha (2002) é “uma ação gerencial que se desenvolve por meio da interação negociada entre setor público e sociedade civil (CUNHA apud TENÓRIO, 2002, p.17), a materialização dessa ação infere-se em uma articulação contínua entre os cidadãos, esfera estatal e entidades organizativas da sociedade.

Contudo, a responsabilidade de fazer gerir a engrenagem das políticas públicas, isto é, a coordenação e incorporação dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação definindo estratégias de ação com vistas ao atendimento das demandas da população respeitando o compartilhamento com a sociedade civil, é do órgão estatal. Essa engrenagem é denominada por Cunha (2002) de sistema de cogestão das políticas sociais, formado por conselhos gestores, fundos e planos de gestão.

Quando tratamos da Política de Assistência Social, o sistema de cogestão forma requisitos base para o funcionamento do SUAS no modelo descentralizado e participativo.

Assim sendo, torna-se imprescindível para a efetivação da assistência social, enquanto política pública,

ter a garantia da sua capacidade de gestão que envolva dimensões política, representada pelo espaço do Conselho, canal de participação, negociação, acordos, alianças e decisões legalmente constituído, a dimensão financeira, materializada pelos fundos que representam a peça do orçamento e o plano, que simboliza o planejamento estratégico essencial para o desenvolvimento da política.

Sobre essa reflexão Abrucio (2021) aborda a importância de discutir as capacidades estatais dos municípios para responder os papéis que assumem a partir da Constituição federal de 1988. Segundo os autores, essas capacidades referem-se ao: estoque de recursos e habilidades administrativas, políticas, técnicas e institucionais que os governos municipais possuem, visando a superar restrições impostas pelo ambiente governamental e societal, a fim de alcançarem os objetivos políticos e de política pública, gerar valor social e fornecer bens públicos (COMPLETA, 2017; WEISS, 1998 apud ABRUCIO ET ALL, 2021, p.45).

Ainda nessa discussão, Abrucio (2021) destaca que essas reflexões encontram uma esteira de análise a partir de duas abordagens: aquela que está centrada no Estado, denominada visão estadocêntrica e outra que considera a relação Estado e sociedade no processo de conformação das decisões estatais, nomeada como visão relacional. A primeira com um cunho voltado para uma compreensão mais burocrática do Estado e a segunda em uma composição de articulação com a sociedade civil, centrada na perspectiva do controle social.

A partir dessas anotações se faz importante compreender como a Política de Assistência Social tem se organizado para responder às demandas dos seus usuários em uma crise sanitária que tem desafiado o complexo estatal, como também, a sociedade civil.

O cenário vivenciado desde o início da pandemia, ocasionada pela Covid-19, tem agudizado as expressões da questão social sobremaneira, potencializando graves problemas sociais, como desencadeando novos.

Neste sentido, no campo da proteção social evidenciou-se a necessidade de intervenção do Estado, e, por sua vez, do SUAS, reconhecido como essencial no Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020.

Sobre as consequências da pandemia na vida dos indivíduos Boschetti e Behring assinalam:

O que se vislumbra é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à assistência social. Este último pode e deve compor uma política de segurança social, fundada em trabalho estável com direitos, previdência e saúde públicas e universais. Como direito social, programas de “renda básica universal” podem complementar ou substituir temporariamente a perda de direitos do trabalho, mas jamais terão a capacidade de reduzir desigualdades no acesso à riqueza socialmente produzida (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 81).

Assim sendo, na atual realidade da pandemia da Covid-19, a Assistência Social tem enfrentado uma diversidade de situações que mitigam a sua garantia de proteção social. Neste cenário de crise sanitária em que uma significativa parcela da população passa por uma intensa precarização das relações e condições de trabalho, o que podemos vislumbrar é um aumento acelerado de práticas assistencialistas, o que difere imensamente do direito à assistência social enquanto política pública.

Nesta perspectiva, a crise instituída pela Covid-19 revela nitidamente a necessidade de um Estado intervintivo que defenda as condições de existência da classe trabalhadora e que fortaleça as políticas de proteção social, dentre as quais o SUAS. Assim, o Estado é indispensável à manutenção do sistema produtivo e à reprodução da vida em tempos de pandemia.

Deste modo, as possibilidades do Sistema de Proteção Brasileiro e, particularmente, da Assistência Social residem na responsabilização do Estado quanto ao atendimento das demandas de modo a favorecer a viabilidade do acesso à Assistência Social enquanto direito de todas as pessoas que dela necessitam.

Portanto, proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, garantir renda, acolhida e convivência, viabilizar o acesso a benefícios e serviços aos que necessitam da proteção social pública, atender necessidades emergenciais e eventuais, são apenas algumas das provisões garantidas pela Política de Assistência Social. A realização dessas garantias tem desafiado o território nacional em especial os municípios de pequeno porte que carecem de estruturas para o enfrentamento dos impactos que a crise sanitária tem ocasionado na realidade brasileira.

Esses desafios em sua grande maioria estão relacionados à ausência de um planejamento estratégico para enfrentamento da escassez de recursos de transferências estaduais e federais que contribuem para ampliar as redes de apoio no território, exigindo assim estratégias que possibilitem conhecer os impactos da pandemia na vida das pessoas e principalmente, viabilizar alternativas de organização de ações proativas e coletivas no trabalho social com famílias e seus membros.

## Considerações Finais

A assistência social adquire um status de política pública que a consagra como um direito social em que a perspectiva socioterritorial, adquire uma relevância na configuração das intervenções considerando as especificidades regionais dos territórios brasileiros. Essa característica impõe um olhar atento às condições estruturais que esses espaços apresentam, pois podem ser definidores no desenho das provisões e prestações de serviços sociassistenciais que assegurem a sobrevivência material e subjetiva da população.

Pensar os municípios de pequeno porte, a partir das suas estruturas e condições objetivas de oferta de serviços na proteção de pessoas em situação e vulnerabilidade e riscos sociais, se faz importante, pois uma grande parcela da população brasileira encontra-se localizada nesses municípios, especialmente quando vivenciamos uma crise sanitária que desafia os serviços já existentes, que permanentemente estão enfrentando condições precárias no atendimento e necessitam oferecer respostas às desproteções, em tempo ágil.

Compreender esse contexto nos municípios piauienses de pequeno porte I possibilitará uma identificação e análise de como as gestões municipais se organizaram para responder as demandas emergenciais dos usuários da política de assistência social, a partir das características territoriais, da realidade socioeconômica, da infraestrutura estatal, da participação da sociedade por meio das suas representações com vistas ao aperfeiçoamento do exercício do controle social, aprofundamento dos mecanismos democráticos e participativos, da gestão do SUAS com suas especificidades voltadas para a garantia do direito social como forma de enfrentamento às vulnerabilidades e risco sociais.

Dessa forma, a investigação social permite contribuir na construção de uma política que visa a garantia do direito ao cidadão, que dela necessite e dever do estado nas três esferas administrativas, como também, que ultrapasse a sua herança assistencialista a partir de um exercício de reflexão que expresse compromissos coletivos.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luis. O Elo Perdido da Descentralização no Brasil: a promoção das capacidades estatais municipais pelo governo federal. *Revista de Sociologia e Política*, v.29, p. 1-23, 2021.
- BOSCHETTI, Ivonete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid- 19: proteção para quem? In: *Revista Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1988. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 de março de 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Disponível em: &lt;  
[&gt;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm). Acesso em: 18 de março de 2023.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004. Disponível em:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 18 de março de 2023.
- BRASIL. Norma Operacional Básica do SUAS. Brasília, 2012. Disponível em: &lt;  
[&gt;](http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf). Acesso em: 18 de março 2023.
- BRASIL. Censo SUAS 2014. Brasília: MDS, 2015. Disponível em:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>. Acesso em 18 de março de 2023.
- BRASIL. Censo SUAS 2016. Brasília: MDS, 2017. Disponível em:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>. Acesso em 18 de março de 2023.
- BRASIL. Censo SUAS 2017. Brasília: MDS, 2018. Disponível em:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>. Acesso em 18 de março de 2023.
- BRASIL. Censo SUAS 2018. Brasília: MDS, 2019. Disponível em:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>. Acesso em 18 de março de 2023.
- BRASIL. Censo SUAS 2019. Brasília: MDS, 2020. Disponível em:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>. Acesso em 18 de março de 2023.
- BRASIL. Censo SUAS 2020. Brasília: MDS, 2021. Disponível em:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snus/vigilancia/index2.php>. Acesso em 18 de março de 2023.
- BRASIL. Decreto n.º 10.282, de 20 de março de 2020. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2020/decreto/d10282.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.282%2C%20DE%202020%20MAR%C3%87O%20DE%202020&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2013.979,p%C3%BAblicos%20e%20as%20atividades%20essenciais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2020/decreto/d10282.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.282%2C%20DE%202020%20MAR%C3%87O%20DE%202020&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2013.979,p%C3%BAblicos%20e%20as%20atividades%20essenciais). Acesso em: 18 de março de 2023.
- CUNHA, E; Cunha E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, Alysson et al. Políticas Públicas. Belo Horizonte: ED UFMG. PROEX, 2002.

DEGENSZAJN, Raichelis Raquel. "Desafios da gestão democrática das políticas sociais". In: Capacitação em serviço social e política social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3. Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância – Cead, 2000.

KLERINGA, Luis Roque; KRUEL, Alexandra; STRANZ Eduardo. Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão. In: ANÁLISE- Revista de Administração da PUCRS, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, jan./abr. 2012

MAGRI, Anoel Junior. GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: implicações na garantia da proteção social. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Agosto 2013.

MOTA, A. E. (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a Construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 78, 2004.

SUAS 10. Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2015.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão Social. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro v.30, n. 4,2002.

YAZBEK, M. C. As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 77, p. 11-29, 2004.

YAZBEK, M. C. Expressões da Questão Social brasileira em tempos de devastação do Trabalho: TEMPORALIS, v. 42, p. 16-30, 2021.

## **7. SEGURIDAD ALIMENTARIA Y DESARROLLO URBANO: NOTAS PARA LA REFLEXIÓN DE LOS TERRITORIOS EN TANTO ESPACIALIDADES PRODUCTIVAS (PROVINCIA DE BUENOS AIRES, 2010-2020)**

# **7. SEGURIDAD ALIMENTARIA Y DESARROLLO URBANO: NOTAS PARA LA REFLEXIÓN DE LOS TERRITORIOS EN TANTO ESPACIALIDADES PRODUCTIVAS (PROVINCIA DE BUENOS AIRES, 2010-2020)**

---

Miguel Edgardo Vicente Trotta

## **Introducción**

La inseguridad alimentaria se constituye en una problemática estructural y cuyas proyecciones indican que las condiciones para revertirla se agravan incrementalmente, sobre todo a partir de esta primera mitad del siglo XXI. Lo paradójico es que el avance tecnológico y los sistemas de producción de alimentos han maximizado los niveles productivos como nunca antes en la historia, sin embargo la inseguridad alimentaria en el mundo sigue en aumento.

Sin embargo las cifras oficiales en torno de la relación entre inseguridad alimentaria y territorio, implican considerar que para el caso latinoamericano tendencialmente y particularmente en Argentina y Buenos Aires, el mayor número de población afectada se radica en los centros urbanos y sus periferias y esto se replica al interior de las ciudades y municipios.

Lo que se sigue de esta correlación, es que la seguridad alimentaria (entendida como el abastecimiento y la provisión suficiente de alimentos de carácter universal con calidad proteica, inocuos y de acuerdo a las preferencias culturales de consumo de cada colectividad humana en particular) (FAO, 2009) depende en gran medida de una planificación territorial y del uso del espacio urbano que potencialmente podría promover procesos productivos y de consumo según los conceptos señalados. Seguridad alimentaria y territorio son parte de una diáada indisoluble básica sobre la cual se asienta la conformación de los sistemas de producción de alimentos. Pero en este caso se trata de planificar los territorios urbanos, para redefinir la organización productiva que abastezca a la población afectada.

El objeto de este artículo consiste en explicitar la centralidad que adquiere la planificación del territorio en tanto espacialidades diversas, para garantizar medios de producción que promuevan el abastecimiento de alimentos a la población, frente a la ineeficacia demostrada en cuanto a la distribución, de continuar con el modo predominante basado en la resolución de la problemática alimentaria vía mercado.

Más aún en un marco de escasez de recursos centralmente condicionados por el cambio climático, el aumento de los costos de producción con la creciente competitividad entre los grandes productores y la incremental tecnologización de la producción. Esto conlleva a una concentración de medios y de conformación de oligopolios del sector alimenticio que tienen la capacidad de fijar los precios en el mercado con escasa o nula posibilidad de regulación del Estado.

Todo esto, sumado también al hecho de cierta desinversión motivada por el desplazamiento de las inversiones al sector financiero y el aumento de los precios de los productos agrícolas a nivel global.

En ese sentido la intervención de los estados en el ordenamiento territorial urbano es central. La producción de alimentos al encontrarse determinada por una producción mercantilista eso también impide un acceso igualitario y en condiciones suficientes de alimentos para toda la humanidad. Si bien existen condiciones técnicas, el desarrollo de la biotecnología pueden minimizar en gran medida el problema de la inseguridad en el mundo.

Pero además el destino de los recursos de los países centrales puede modificar sustancialmente la producción y distribución de alimentos a nivel mundial. Tal como se desprende en el informe de la 36 sesión de la Conferencia de Roma de FAO (2009) y a partir de reflexiones sobre esas cifras, el financiamiento con el que los Bancos centrales europeos y la Reserva Federal de Estados Unidos de 2 mil billones de dólares, para socorrer la crisis bancaria y financiera sistémica en 2008, según estimaciones con la retención de una cifra cercana al 1% en materia de tributación para dirigirlo a la inversión productiva de alimentos, podrían cubrirse las necesidades alimentarias de la población mundial en aquella coyuntura y con proyecciones efectivas en el mediano plazo. (FAO, 2009).

Por tanto el problema alimentario es un problema estructural, pero hay escasas acciones de Estados, gobiernos, organismos multilaterales y donde todo incremento o esfuerzo para mitigar esta situación creciente de inseguridad alimentaria en el mundo, resultan poco eficaces para generar una disminución drástica del cambio de situación.

La centralidad de lo urbano para la resolución de la problemática alimentaria, es un punto de partida fundamental para poder considerar la planificación a nivel nacional y local de la política alimentaria y dotarla de eficacia, debido a que las escalas de planificación pueden adecuarse con mayor precisión entre población y recursos, potencialidades locales y territorio y con mayor detalle una precisa vinculación entre perspectivas de la población y seguridad alimentaria.

Sin embargo es necesario antes explicitar cuáles son los principales problemas a enfrentar para el logro de esa eficacia en la implementación de políticas de cobertura alimentaria en el nivel local como locus privilegiado para modificar el estado de inseguridad alimentaria creciente. Particularmente en el Área Metropolitana de Buenos Aires<sup>1</sup>.

Cuando se habla de desarrollo urbano, implica también hablar del desarrollo humano, pues las desigualdades espaciales urbanas se traducen en desigualdades sociales en términos de acceso a bienes y servicios que garanticen la cobertura de las necesidades materiales y simbólicas de la población.

El enfoque que se propone en este marco, es proponer un desarrollo urbano equilibrado, en el que el Estado asume el papel directivo central, tanto en la planificación como en la inversión pública. La desigualdad territorial implica al mismo tiempo concentración y es la contracara de la morfología del territorio con relación a la apropiación de los recursos en nuestras sociedades.

<sup>1</sup>. El AMBA posee una extensión territorial de 3.833 km<sup>2</sup> en los que se concentra el 35% de la población nacional, lo que provoca un gran desequilibrio poblacional con relación al territorio. Pero por sobre todo concentra el 35% de la población total del país, siendo el área geográfica más poblada y se constituye en el núcleo central del sistema urbano de país. El Área se conforma con la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y partidos de la Provincia de Buenos Aires, que incluye 40 municipios: Almirante Brown, Avellaneda, Berazategui, Berisso, Brandsen, Campana, Cañuelas, Ensenada, Escobar, Esteban Echeverría, Exaltación, Ezeiza, Florencio Varela, Gral. Las Heras, Gral. Rodríguez, Gral. San Martín, Hurlingham, Ituzaingó, José C. Paz, La Matanza, La Plata, Lanús, Lomas de Zamora, Luján, Malvinas Argentinas, Marcos Paz, Merlo, Moreno, Morón, Quilmes, Pilar, Presidente Perón, San Fernando, San Isidro, San Miguel, San Vicente, Tigre, Tres de Febrero, Vicente López, Zárate.

El planteo central son las estrategias para un modo de producción de alimentos y de abastecer alimentos, pero complementario y alternativo o complementario de producción de alimentos, centrado en lo denominado la producción de alimentos familiar urbana o periurbana

Agricultura urbana familiar. Implica la producción en el ámbito de la ciudad, en tierras particulares, fondos de casas, espacios comunes. Tierras fiscales habilitadas al efecto. Periurbana, se refiere a la producción de alimentos que se dan en las zonas que disponen de tierras aptas para la producción. La primera distinción entre rural y urbano.

Al analizar la concepción de lo urbano, en términos sociales, a partir de los años 50 es imposible hablar de lo urbano o rural como planteaba Gurtvich la distinción entre las parcelas dedicadas al cultivo y cría de ganados y los burgos, en la actualidad debe considerarse la extensión de territorios comunes.

En ese sentido debe considerarse como única clasificación lo rural pero también en términos de producción de alimentos desde la década de los noventa del siglo XX aproximadamente, se verifica un incremento de producción de alimentos en la ciudad en las zonas periféricas modo que se extiende en términos territoriales y también de consumo y abastecimientos. Producción de alimentos de cadenas cortas. (MDS, 2010)

Las llamadas cadenas cortas, cercanía de producción de alimentos con las áreas de consumo proceso objetivo de producción de alimentos frente a una contradicción, que se da por la transformación de la producción de alimentos tradicional a partir de los cambios estructurales en Argentina.

La sojización de la producción alimentaria, extiende las fronteras de los cultivos de soja a cargo de los grandes grupos económicos e inversores de commodities, que afectaron en principio a la zona central del país para luego extenderse sobre toda área cultivable. Por ello es que la producción de monocultivo, arrasó con la diversidad productiva y conspirando contra la alimentación de la población y al mismo tiempo promoviendo la producción a escala familiar urbana y periurbana.

Por lo tanto, a continuación, se detallarán las transformaciones socio productivas de la producción de alimentos. Por ello es que en un primer momento se analizarán como el contexto global condiciona lo local. Luego en un segundo momento se analizarán desde ese marco las particularidades del AMBA. Y finalmente como corolario de este segundo apartado se presentará el análisis de las condiciones de producción desde la agricultura familiar urbana y periurbana en Argentina, con énfasis en el conurbano sur de Buenos Aires. Como parte de este análisis, el mismo se centrará en el papel que adquieren los Movimientos sociales y organizaciones populares en la consolidación de la agricultura familiar urbana como centro de una construcción política integral de enfrentamiento a la inseguridad alimentaria en Argentina en el siglo XXI.

## Condicionantes Estructurales de La Producción Alimentaria Urbana en el Conurbano Sur de Buenos Aires

El creciente proceso de urbanización configura, como población afectada a esas áreas, al 50% de la población mundial. La proporción de personas que viven en las ciudades pueden estimarse que son 7 de cada 10 y la tendencia es el aumento incesante de migración a las grandes ciudades. (BM, 2022).

Desde informes de la FAO se señalan que desde inicios del siglo XXI hasta 2010 este proceso de incrementar estrategias como las de la agricultura familiar urbana se incrementan hasta contener a 800 millones personas que subsisten y viven a partir de esta forma de producción. Al mismo tiempo, se constituyen en estrategias que se consideran innovadoras y sustentables por la preservación adecuada del medioambiente. Esto es de fundamental importancia para evitar la erosión de los suelos y garantizar la disposición adecuadas de tierras que posean todos los componentes adecuados para los ciclos de

siembra, necesarios para la reproducción alimentaria de la población, que se abastece de este tipo de emprendimientos. (FAO, 2022:34).

Estas producciones tienen ventajas tales como: la comercialización a demanda, frente a producción mercantilista de stock: La flexibilización de este tipo de diseño de organización productiva, se da en producciones micro como la de la agricultura familiar urbana.

La adecuación de demanda a producción es más flexible por la proximidad a los centros de abastecimientos y consumo, por lo tanto es más directa la comercialización y se eliminan los costos de transporte y control: Pero más aún las cadenas de intermediación en los procesos de comercialización también se reducen y con ello los precios en el mercado y se incrementan las ganancias para los productores directos.

Pero al mismo tiempo, la agricultura familiar urbana tiene graves dificultades, tales como: la producción agrícola desde este modo de organizar la producción de bienes primarios, tiene asiento en tierras urbanas o periurbanas. Por lo tanto la disposición de tierras se constituye en un límite estructural por ser un bien escaso en esos espacios. En la ciudad y en las áreas periurbanas hay escasas disponibilidades además de suelos aptos y en la mayor parte de las disponibles, existe un limitante adicional que es la escasez de agua.

En comparación a los grandes latifundio productivos, merced a la biotecnológica y a la tecnologización creciente de los medios de producción que maximizan la producción, la agricultura familiar urbana posee limitaciones extremas para poder expandir incrementalmente la producción por lo que la estrategia fundamental es la de conformación de redes productivas bajo formas cooperativas y planificadas de la producción.

Es decir, sin las condiciones de la explotación agrícola que tiene lugar en los grandes latifundios, lo que se maximiza en la agricultura familiar urbana es la tecnología organizacional.

Otro problema concomitante a la disposición de tierras para la agricultura familiar urbana son los procesos de gentrificación. Esto se debe a la expulsión de grandes contingentes humanos de áreas centrales de las ciudades hacia áreas periféricas de modo incremental y concéntrica en su distribución poblacional.

Es decir la mancha urbana se extiende conforme se produce un plusvalor inmobiliario determinado por valorización del suelo en el que se radican inversiones en infraestructura y obra pública como consecuencia a su vez, de la ocupación de nuevas tierras por parte de población migrante de las áreas céntricas. (Hidalgo Dattwyler, S. 2007 y Jaramillo, R. 2022)

Por ello es que estos procesos de extensión del espacio humano habitado, conspira y compite con la disponibilidad de tierras productivas y aptas para la conformación de procesos productivos minifundiales urbanos desde las proposiciones de la agricultura familiar urbana.

Pues a las necesidades habitacionales, se suma la necesidad de producción de alimentos para abastecer a la propia población expulsada de los centros urbanos por esa dinámica objetiva de la producción capitalista del suelo. En esto existen iniciativas en las que el Estado en sus tres niveles y particularmente en algunos casos en el nivel local municipal en Argentina, desde mediados de la segunda década del siglo XXI comenzaron a promover proyectos de desarrollo agroecológicos.

Si bien en Europa el desarrollo de los procesos microfundiarios de producción alimentaria se han extendido sobre todo en los países del sur, los mismos tienen como fundamental énfasis en la preservación cultural de los modos de consumo alimentario y la creación de zonas culinarias atractivas para la explotación turística.

En tanto tendencialmente en América Latina, este tipo de emprendimientos tiene como motivación fundamental la cobertura de necesidades objetivas de producción de alimentos para poder abastecer a la población que se ve limitada en la garantía de su adecuada nutrición, debido a la imposibilidad de adquirir lo necesario a través de los canales mercantilistas.

Por lo tanto, todo este tipo de emprendimientos, comienza a conformarse como parte de la economía

social y de las necesidades de generar procesos equitativos y universales de distribución de bienes alimentarios para toda la sociedad.

Argentina no es un caso aislado, sino que es un proceso que se da nivel global, por eso la problemática alimentaria es global e incremental. (FAO, 2009: 34)

En Argentina sin embargo todas estas contradicciones entre producción y distribución se agudizan porque dispone de un núcleo duro central o zona preferencial para alimentar a 113<sup>2</sup> millones de personas (Frank, R., 2019: 72)

Pero sin embargo, el proceso de sojización como aporte de la inversión privada de grupos transnacionales y locales, comienza a disputar la disponibilidad de tierras para diversificar la producción y volcarla al mercado interno, aun en aquellas tierras latifundiaras de producción intensiva de bienes agrícolas.

La producción sojera en Argentina además se dirige al mercado internacional con lo que la disposición de producción de alimentos para el mercado interno se encuentra subordinada a la lógica de acumulación de los grandes productores de este monocultivo.

Esa producción, como se ha afirmado, tiene su mayor porcentaje dirigido a la exportación (85% de la producción total). Pero este proceso es parte de un proceso político que comienza con la implementación del neoliberalismo en Argentina en 1976 con la dictadura militar.

Ese golpe de Estado fue un golpe económico cívico militar para alinear la producción nacional a un nuevo rol de la economía según una redefinición de la división internacional del trabajo a partir de lo determinado por la Trilateral Comission (1975) donde se sigue una estrategia transnacional de desindustrialización de la economía argentina y la primarización de su producción asumiendo el rol de economía agroexportadora tal la matriz que desarrollaron las élites en el período 1880 a 1935.

La producción sojera comienza a fines del los setenta y se profundiza en los noventa con la profundización del modelo agroexportador y la cesión de la soberanía productiva en manos de los dictados de los organismos supranacionales como el Fondo Monetario Internacional.

Sin embargo, la adopción de este tipo de matriz productiva, ha situado desde entonces a la economía argentina, en un alto grado de vulnerabilidad, por su alta dependencia del precio internacional de los dos rubros, casi exclusivos de producción: la carne y la soja.

Pero al mismo tiempo, la alta dependencia de la determinación externa de los precios de la producción nacional, conlleva otro problema que es la alta dependencia del ingreso de divisas para las finanzas públicas y la liquidez de la economía en general, de la comercialización de esos bienes primarios que además se encuentran en manos privadas con escasas o nulas intervenciones del Estado en materia de regulación de este proceso de transferencia de bienes y de captación y control de las contraprestaciones en moneda extranjera que como divisas ingresan en la economía nacional. Más aún, el mayor porcentaje de las ganancias no se radica en la economía nacional sino que es reinvertida en los mercados de capitales extranjeros. (Bravo E., 2010: 45)

En tal sentido, en materia de política interior, estos grupos de grandes inversores y productores latifundiaros, también controlan la economía. Es decir, si en tanto carteles, deciden retrasar la venta de su producción, frenan el ingreso de divisas, medida que muchas veces se toma por parte de estos sectores para presionar a los gobiernos a que favorezcan con prebendas sus demandas.

<sup>2</sup>. "Dicha estimación se realizó mediante un modelo matemático de programación lineal cuyo objetivo es maximizar la cantidad de personas que se pueden alimentar teniendo en cuenta el suministro per cápita de los 20 productos considerados de mayor consumo, que satisfacen la principal parte de los suministros. Un tercio de la población argentina vive en el energéticos y proteicos de la población argentina y algunas otras restricciones. Las cifras referentes al consumo per cápita de dichos productos se tomaron de la Food and Agriculture Organization (FAO). Los resultados obtenidos indican que el máximo que puede alimentar la región pampeana de acuerdo a las pautas alimentarias argentinas son poco más de 113 millones de personas."

En suma, para la agricultura familiar urbana esta contradicción se da por las condiciones productivas que colisionan por la privatización de grandes latifundios que en la actualidad se tornan productivos por el avance tecnológico y por las estructuraciones de un proceso de producción de alimentos que intenta paliar el costo de acceso a los mismos.

## **Características del Área Metropolitana de Buenos Aires y La Agricultura Familiar Urbana como Estrategia de Reproducción Alimentaria**

Características en el ámbito del AMBA de la seguridad alimentaria, se centra en la agricultura familiar. El Amba tiene una población de 15 millones, en total somos 45 millones, gran porcentaje concentrada en esa área. Un tercio de la población vive en el AMBA, en un área de 14.000 km<sup>2</sup>, es uno de los grandes problemas históricos es la concentración demográfica de recursos y de bienes en esta zona.

Estructuración macrocefálica que se sigue constituyendo en un obstáculo a nuestro proceso de desarrollo económico y equilibrado En esta región comienza desarrollo de bienes alimentarios, en la zona sur de Buenos Aires. A 45 km se encuentra La Plata, entre Buenos Aires y La Plata se ha conformado un cordón que prácticamente, hoy se transforma en mancha urbana que consolida estos principales territorios en los que se concentra la producción la decisión política,

En La Plata desde hace veinte años se conformó un área de 9000 ha de producción de alimentos que no tienen diversidad alimentaria, sino que es solo hortícola este proceso de agricultura familiar urbana, se ha tenido fundamentalmente una cuestión central que es la de promover tres aportes: la organización de entidades productivas, los canales alternativos de comercialización, y la asociación entre este modo de producir con la resolución de la problemática alimentaria. El aspecto a discernir es si tendencialmente contribuyen a disminuir la inseguridad alimentaria y cuales son las innovaciones que pueden analizarse como parte de un proceso superador frente a la tradicional producción capitalista de alimentos.

Desde esta perspectiva, además de resaltar las ventajas ya enunciadas de la agricultura familiar urbana, es que el avance central es que se da un giro implicado en esta estrategia productiva que implica una producción predominantemente agroecológica, frente a la industrializada de las grandes corporaciones capitalistas productoras de alimentos.

Por tanto esto significa que existe un volumen en diversidad de producción de bienes primarios agroecológicos. Tal es así que la conformación agroecológica define a esta producción como sustentable, es decir en directa articulación sistémica con el medioambiente y la preservación de las condiciones iniciales necesarias para la reproducción de la producción alimentaria.

Si bien la agroecología puede preliminarmente concebirse como una estrategia productiva, también y en base a sus prácticas ha implicado un impacto en el mundo de las ideas y de las ideas políticas. La preservación del medioambiente como oposición al modo de organización de la explotación agraria bajo relaciones capitalistas de producción, son enfrentadas desde la defensa de los límites estructurales que el medio ambiente y la propia naturaleza imponen a ese modo de producir bienes.

Pero la agroecología supone cambios radicales en la actualidad, en las tendencias productivas de bienes primarios. Es decir: la eliminación de los agrotóxicos, una producción sustentable, atención a la biodiversidad entre otras cosas.

Sin embargo la sustentabilidad de los emprendimientos agroecológicos desde la agricultura familiar urbana, presenta algunos aspectos que deben tomarse en cuenta como algunas condiciones que se perpetúan y que son incompatibles con las innovaciones inclusivas, igualitarias y sustentables que tendencialmente comienzan a consolidarse en las zonas urbanas y periurbanas.

A continuación, se señalarán algunas: en alguna de las experiencias sistematizadas en la ciudad de La

Plata, las condiciones de trabajo son cercanas a la explotación análoga a la inherente al capitalismo. Los trabajadores rurales que desarrollan estas tareas viven en una hectárea y sus condiciones materiales de vida son muy precarias (viviendas de materiales precarios, concentrados en pequeños espacios de 1 ha, la mayoría se encuentra en situación de malnutrición y el acceso a la salud es deficitario por la escasez de efectores en la zona). (Fingerman, L., 2018).

Las condiciones de explotación a los que están sometidos los productores directos, se establece cuando venden el excedente de su producción a los intermediarios que las insertan en el mercado. La utilidad marginal que obtienen estos últimos se constituye por la compra de la producción directa a muy bajo costo y su venta en el mercado a varias veces mayor que el precio que pagan a los emprendedores.

Al no ser un trabajo regulado también aparecen situaciones muy vigentes de lo que es el trabajo formal: trabajo infantil, desigualdades de género en materia de horas de trabajo, roles productivos y distribución de las ganancias. Por lo tanto son condiciones que deben ir modificándose y que son parte de la cultura laboral capitalista que son contradictorias con la sustentabilidad que por sobre todas las cosas es también social. Lo ecológico implica la ecología humana como parte del medioambiente natural. (Bromfrenbrenner, U., 1992) por tanto la sustentabilidad no puede consolidarse sin la transición hacia la modificación cultural de las relaciones laborales del capitalismo en la agricultura familiar urbana.

Otra de las cuestiones a resolver es la precarización de la obtención del financiamiento. Como se trata de emprendimientos sin formalización, estos emprendedores caen en el endeudamiento de financieras privadas que cobran tasas usurarias. Todas estas contradicciones, han llevado a colectivizar sus producciones y a conformar Movimientos sociales para lograr mejores condiciones de negociación y de resolución de sus problemáticas inherentes a la producción. De todas ellas dos Movimientos son los salientes: la Unión de Trabajadores de la Economía Popular (UTEP) y la Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT). Estas organizaciones, así como diversos Movimientos sociales se constituyen en mediaciones centrales para la consolidación de este proceso.

En palabras de uno de los representantes del Frente de Organizaciones en Lucha del conurbano sur de Buenos Aires, esta producción refiere a:

“El FOL es una organización urbana, con militancia por demandas locales barriales, culturales, lucha por trabajo entre otras. Toda la temática de agroecología y huertas, fue haciendo un camino espontáneo y en los últimos cuatro años, comienza un debate político con otras organizaciones por la propia situación de déficits alimentarios en los barrios de la mayor parte de la población.....El trabajo de huertas en el conurbano es reciente y más acotado que en zonas rurales como Formosa que la disposición de hectáreas es mayor” (Dirigente de FOL, entrevista 12/2/2023)

Es importante destacar de que manera un Movimiento social de base urbana, se implica en la producción de bienes alimentarios, desde la propia lectura de las necesidades objetivas de las comunidades en las y con las que desarrollan sus tareas sociales. En el discurso del referente del Movimiento en zona sur del conurbano, se deja bien explícita esta escasa disponibilidad de suelos aptos para el desarrollo de huertas y de emprendimientos agroecológicos, en comparación con otras áreas rurales del territorio nacional, donde también desarrollan actividades sus militantes. Pero más aún , la situación en torno del problema de la disposición de tierras es concomitante a otras:

“En los noventa, no existían emprendimientos rurales ni urbanos de huertas familiares o colectivas. Pero en 2002, con la crisis económicas comenzaron experiencias de huertas, en los fondos de los Centros comunitarios, en los fondos de sus casas. A partir de 2015, tiene lugar el desarrollo del debate ecosocialista respecto de la crisis climática, el debate de los transgénicos es decir toda la lucha que fueron desarrollando las asambleas socioambientales y fue permeando y metiéndose al interior de la organización y de ahí surge el concepto integral de trabajar por la reproducción de la vida y eso hace a

algo mucho más abarcativo que la lucha por aumento salarial, por mas trabajo, etc sino también por la producción de alimentos y la medicina natural”

En decir, la concepción desde la perspectiva de este Movimiento en particular, es ejemplo de lo enunciado respecto de como se instituye un proceso de articulación entre productores y Movimiento social que abarca no solamente las dimensiones operativas ligadas a los procesos de producción en si, sino que dirige la orientación de un proyecto político en el cual la agricultura familiar urbana y periurbana, adquiere un carácter de proceso objetivo contrahegemónico que tiende a dar cuenta de la integralidad del enfrentamiento a la inseguridad alimentaria pero con una necesaria lucha política por la construcción de un nuevo orden.

Es decir, lejos de concebirse como una medida o estrategia asistencial de subsistencia meramente de reproducción orgánica, la agricultura familiar urbana y periurbana presenta la posibilidad de estructurar un ideario societario que fundamente y legitime su expansión y consolidación, de carácter universal, integral y sustentable.

## Conclusiones

Finalmente, en base a todo lo expuesto es posible pensar de que modo estos emprendimientos deberían conformarse y organizarse como estrategias de enfrentamiento a la inseguridad alimentaria. De todas las dimensiones existen entonces tres que parecen constituirse en las definitorias para el logro de lo planteado: 1) el rol del Estado en todos sus niveles; 2) la articulación entre productores de la agricultura familiar urbana y periurbana y sus organizaciones con el Estado y por último 3) la planificación desde lo microterritorial hacia los otros niveles superiores del Estado.

Respecto del papel del Estado, el nivel que más avances ha tenido en materia de poder acompañar y asistir en la promoción y consolidación de la agricultura familiar urbana ha sido el nivel local. Son aquellos que han adoptado el desarrollo de políticas agroecológicas (Quilmes, Almirante Brown, Hurlingham, entre otros.)

Sin embargo, aún resta consolidar la articulación entre los emprendedores, sus organizaciones y el Estado en una planificación concertada de la producción agroecológica periurbana. Pero más aún, con la inclusión de los propios productores para la planificación de las políticas públicas del sector, con un sentido ético político. Se trata de un proceso conflictivo que el Estado posee instrumentos y recursos para consolidar estas estrategias de producción agroecológicos.

Al mismo tiempo otro rol central del Estado es el de promover la regularización y formalización de las condiciones de trabajos de los emprendedores familiares y dirigir acciones de intersectorialidad de estos procesos con las políticas de Seguridad alimentaria.

El segundo aspecto fundamental es la articulación entre organizaciones populares y Estado, por lo que debe existir una profundización de las relaciones directas entre productores y funcionariado estatal. Hay muchos avances, desde el nivel local, pero los propios Movimientos populares implicados en estas producciones, plantean como estrategia el poder articular sus demandas y propuestas desde lo local hasta el nivel central.

La relación entre Estado y Movimientos sociales y organizaciones populares, históricamente ha sido una relación conflictiva, pero en el marco de un diseño de enfrentamiento integral a la inseguridad alimentaria, puede dar lugar a una fértil convergencia como se ha experimentado en algunas experiencias recientes en Almirante Brown en el que los Movimientos sociales han logrado incidir en la política de tierras para la cesión de espacios ociosos para la producción agroecológica desde la agricultura familiar urbana.

En suma, el rol de la planificación es central para extender y ampliar las potencialidades productivas de la agricultura familiar urbana y periurbana. Esa planificación implicará la inclusión de los sujetos emprendedores para dar cuenta de sus problemáticas y la búsqueda de reducción o soluciones. La sustentabilidad depende en gran medida de las relaciones productivas que se generen en un marco contradictorio a las instituidas por las relaciones capitalistas de producción. En nuestra cultura y en territorio, son la intervención del Estado estas posibilidades de expansión de la agricultura familiar urbana y periurbana de base agroecológica, es de dudosa consolidación e institucionalización en el corto plazo.

La sustentabilidad productiva tendiente a la reducción de la inseguridad alimentaria, debe partir de diagnósticos situacionales concretos en los micro territorios para luego diseñar políticas macrosociales y no a la inversa. El conocimiento cierto de las condiciones y potencialidades de la producción de alimentos parte de lo real existente en el territorio local para luego diseñar desde los otros niveles las políticas generales de su aplicación.

Sin embargo la integralidad de los procesos contrahegemónicos desde la agricultura familiar urbana, van consolidando nuevos actores desde la propia sociedad civil que marcan una tendencia en materia de definir políticamente los lineamientos de una reproducción integral de la vida en consonancia con la transformación de las condiciones actuales e iatrogénicas para el desarrollo humano y la sustentabilidad del medio ambiente. Estos procesos de agricultura familiar urbana y los Movimientos sociales asociados, son mediaciones objetivas en la transición de un modo de producción de bienes alimentarios mercantilista y excluyente a otro inclusivo, sustentable e integral.

## REFERENCIAS

- BANCO MUNDIAL (2022) Desarrollo urbano. Washington, WB. Disponible en: <https://www.bancomundial.org/es/topic/urbandevelopment/overview> Oct 06,2022
- BRAVO, E. & otros (2010) Los señores de la soja. La agricultura transgénica en América Latina, Buenos Aires, Clacso/Ciccus.
- BRONFRENBRENNER, U. (1992) La ecología del desarrollo humano, Buenos Aires, Paidós.
- FAO (2009) Documento de sesiones de Conferencia de la FAO. (36.º período de sesiones. Roma, 18 - 23 de Noviembre de 2009) Apéndice D, Roma, FAO. Disponible en: <https://www.fao.org/3/K3413s/K3413S0D.htm>
- \_\_\_\_\_ (2022) El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022, Washington, FAO.
- FINGERMAN, L. (2018) La agricultura familiar en el Área Hortícola de La Plata, La Plata, INTA.
- FRANK, G. (2019) ¿Cuántas personas puede alimentar la región pampeana? En: Anales de la Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria - Tomo LXXII (2019) Buenos Aires, ANAV.
- GODOY GARRAZA, G. (2022) Agricultura Familiar y Acceso a la Tierra Urbana y Periurbana, Buenos Aires, INTA.
- HIDALGO DATTWYLER, R. (2007). ¿Se acabó el suelo en la gran ciudad? Las nuevas periferias metropolitanas de la vivienda social en Santiago de Chile. EURE, Vol.XXXIII (Nº 98), 57 - 75.
- JARAMILLO, S. (2022). El precio del suelo urbano y la naturaleza de sus componentes. XIV Congreso Interamericano de Planificación. México: Sociedad Interamericana de Planificación.
- RAMILO, D. (2013) La Agricultura Familiar en la Argentina. Diferentes abordajes para su estudio, Buenos Aires, INTA.

## **8. EL CONTINUUM DE LAS VIOLENCIAS BASADAS EN GÉNERO - VBG: JÓVENES ENTRE LO PÚBLICO Y LO PRIVADO**

## **8. EL CONTINUUM DE LAS VIOLENCIAS BASADAS EN GÉNERO - VBG: JÓVENES ENTRE LO PÚBLICO Y LO PRIVADO**

---

Eucaris Olaya  
Yolanda Puyana Villamiza  
María Clara Salive  
Ángela Rocío Bernal Martinez

### **Introducción**

La Universidad Nacional de Colombia, es considerada la mayor institución universitaria del país. Se fundó el 22 de septiembre de 1867, y desde su misión se contempla el ámbito académico, investigativo y de extensión como ejes fundamentales en la educación superior. Se encuentra conformada por nueve (9) sedes distribuidas en las diferentes regiones geográficas del país, y se atiende a cerca de 60 mil estudiantes universitarios, siendo 50 mil en formación académica de grado y 10 mil en posgrado. Las mujeres representan cerca del 40% del estudiantado y los hombres el 60%. La población docente de planta (garantías de protección social) son: 3114 personas, donde el 30% son mujeres y el 70% son hombres. Se logra cierta paridad en el personal administrativo, con cerca de 3 mil personas, quienes se ubican principalmente en cargos asistenciales y el 51.7% son mujeres (OLAYA y SEPÚLVEDA, 2020). Sin embargo, estas cifras no reflejan la contratación por órdenes de prestación de servicio, ni la vinculación de docentes ocasionales.

Más allá de las cifras que se presentan, se observa que existe una participación y liderazgo eminentemente masculinizado, con énfasis en profesiones masculinizadas como: Ingeniería, Minas y Filosofía y otras que son feminizadas: Terapias, Enfermería y Trabajo Social.

La Universidad Nacional de Colombia, ha sido pionera en el tema de género y como lo indican Olaya y Sepúlveda, 2020, tiene la Política Institucional de Equidad de Género e Igualdad de Oportunidades -Acuerdo 035 de 2012 del Consejo Superior Universitario CSU- y en el Artículo 6, numeral 3, donde se establecen las medidas de prevención, detección y acompañamiento frente a las violencias basadas en

género, dando paso al Protocolo, el cual contiene “medias para prevenir las violencias basadas en género y las violencias sexuales y la definición de la ruta de atención a las personas involucradas en hechos de ese tipo, a través de la cual se buscará la restitución de sus derechos” (RECTORIA UNAL, 2017, p, 9)

En el año 2017, se reglamentó el Protocolo para la Prevención y Atención de Casos de Violencias Basadas en Género -VBG y Violencias Sexuales en la institución (Resolución de Rectoría 1215 de 2017). Su proceso de consolidación partió de un ejercicio reflexivo desde lo académico en la Escuela de Estudios de Género y la incidencia dada por los movimientos feministas estudiantiles. El marco normativo institucional con enfoque de género ha llevado a que la Universidad sea reconocida como una de las instituciones con mayor desarrollo de la lucha contra las Violencias Basadas en Género -VBG en el país.

No obstante, las denuncias de los hechos de violencias contra las mujeres y personas no binarias aumentan diariamente y exigen mayor compromiso en las acciones para la prevención de las Violencias Basadas en Género-VBG. La Universidad ha hecho énfasis en analizar las violencias con un lente más amplio, que permita identificar las situaciones que vive el estudiantado y dar respuesta a las exigencias de atención y acompañamiento integral desde Bienestar Universitario.

Con el ánimo de ubicar la problemática de las violencias en el cotidiano del estudiantado que participó de la investigación, preocupa al equipo “la naturalización de la inequidad de género”, “las múltiples violencias que han experimentado” y “los silencios que se mantienen”, lo cual obliga a trabajar con colectivos estudiantiles, con representantes y ubicar las condiciones que le permita al estudiantado tener confianza, hablar, contar sus experiencias.

Los efectos en sus vidas, las denuncias y las acciones que han buscado para resistir a las violencias se presenta en la investigación. Ampliar sus trayectorias de vida en la familia, escuela, universidad, espacios públicos de interacción e Internet, se configura desde la narrativa la base para conocer los relatos, los significados que cada estudiante le da a su experiencia, expresan el contexto, las simbologías y las emociones que se cruzan entre el sufrimiento y la impotencia. Compartimos con CHAPARRO L (2021) algunas críticas que se le han hecho porque el término “continuum” no significa que la condición de víctimas de las personas afectadas se mantenga en toda la trayectoria.

## **El Continuum de Las Violencias Basadas en Género**

La categoría de continuum de violencias, se define como el conjunto de afrontas y daños físicos, sexuales y emocionales que, en razón al género, ha experimentado el estudiantado desde sus procesos de socialización y sociabilidad, (antes de su ingreso a la universidad y posteriormente, siendo estudiantes) dado que la cultura patriarcal, desde su crianza, polariza los comportamientos asociados con la masculinidad y la feminidad según pautas y comportamientos heteronormativos. El deber -ser se enmarca en el pensamiento binario que genera profundas desigualdades y violencias. Entendiendo el patriarcado como lo señala BOURDIEU (2010) una fuerza instituyente e instituida de los dispositivos de poder.

Continuando con BOURDIEU (2010) definir el patriarcado, y como expresa el mismo FOUCAULT (2005, p. 32) “donde hay poder hay resistencia” y desde ahí, las tácticas de las que habla DE CERTEAU (1996) subvierten los dispositivos de poder, permitiendo que el estudiantado, compense, en cierta medida, el haber sido víctima de VBG. Partimos de entender el género, retomando a SCOTT J (1996), como un elemento constitutivo y constituyente de las relaciones sociales, las cuales se basan en las diferencias percibidas entre los sexos, e instituye formas simbólicas y jerárquicas de poder, condiciona la formación de la identidad, la educación para el reconocimiento y la tolerancia hacia la diversidad. Complementamos con BUTLER J. (2001) quien nos muestra el carácter bipolar del pensamiento tradicional sobre el género en el binarismo, inscrita como posición y contradicción masculino-femenino, entre la heterosexualidad y la homosexualidad. En otras palabras y según PRECIADO B. (2013) La identidad sexual no es la expresión

instintiva de la verdad prediscursiva de la carne, sino un efecto de preinscripción de las prácticas de género en el cuerpo.

En este escenario y con una perspectiva que va más allá de las tensiones entre los varios discursos, en la investigación se corrobora que la categoría de género ha sido retomada por el estudiantado como un elemento reflexivo, incorporado políticamente para sustentar las tácticas de resistencia y proyectarse en unas relaciones más equitativas, solidarias y respetuosas, pero sobre todo, que les permita romper el continuum de las violencias. Desde sus experiencias señalaron situaciones dolorosas que les ha atravesado sus relaciones, sus cuerpos, y espacios, incluidos los que se construyen desde la virtualidad hasta los espacios institucionales, familiares y públicos.

Para comprender lo que se dice, trajimos a colación la categoría de narrativas dominantes que indica WHITE, (2002) asociadas a los dispositivos de poder, como aquellos discursos que naturalizan la violencia, en la medida que el patriarcado en nuestra cultura se encuentra legitimado, así como el pensamiento binario entorno al género. En contraposición, a la interpretación de narrativas subyugadas que hacen parte de las tácticas de resistencia, de aquellos que no detentan el poder y tienen que soportar la invisibilización de las mismas. Sin embargo, nada es dual por completo, y muchas narrativas acerca de la equidad de género y el respeto a las mujeres y a la población no binaria, hoy son replanteadas, sobre todo en los grupos de estudio y activismo que se han logrado posicionar en la Universidad Nacional de Colombia<sup>1</sup>.

Por último, con los relatos comprendimos los significados que cada estudiante le da a su experiencia, y la dinámica no es lineal, ni existen secuencias de interpretación como en una obra de teatro. Los relatos expresan las emociones, las historias de complejas relaciones, de simbologías y de percepciones que a lo largo del tiempo han estado silenciadas o de las que poco se habla. Según BERTAUX (1989). La trayectoria de vida no solo comprende en parte el ciclo vital sino que se definen siguiendo los hitos que van y vienen en la memoria y son expresadas según el sentido e importancia de quien es entrevistado/a. Las categorías teóricas enunciadas son transversales al estudio y constituyen un camino para el análisis o una caja de herramientas que se tomaron para acompañar los relatos, sin forzar, ni incomodar al estudiantado.

## Estrategia Metodológica

En diálogo con los marcos teóricos de referencia, se toma la epistemología feminista de la investigación situada. Una investigación eminentemente cualitativa que aborda aspectos individuales y colectivos del estudiantado. Se inició en el año 2021 y se culminó en el año 2022, siendo un principio de las investigadoras establecer diálogos (tiempos difíciles pos-pandemia) en la cual también reconocimos con situaciones complejas, algunas violencias que nos han afectado, no sólo por el contexto del conflicto armado colombiano, sino porque las violencias se han hecho presentes de muchas formas, incluidas en el ámbito laboral.

Reconocer en el estudiantado su subjetividad y nivel de agencia, contribuyó significativamente para hacer reflexiones conjuntas y entrar en diversos análisis que interpelan al individuo y su contexto. Inicialmente, se diseñó un documento que orientaba las preguntas y puntos de reflexión; posteriormente se hizo un pilotaje que retomó diversas herramientas de investigación, y fue el mismo estudiantado (miembros de colectivas y representantes de género y del Observatorio), quienes hicieron sugerencias para cualificar las herramientas (formulario, entrevista o dinámica grupal). Se estableció que, el cuerpo era una categoría esencial para trabajar y entender las VBG, y diseñamos los grupos de discusión desde la corpografía, entendiendo los sentidos como detonantes de la narración y las experiencias vividas. El cuerpo considerado el primer significado del ser y las emociones, pero también, reconocido como el más oprimido y expuesto en las circunstancias de violencias.

<sup>1</sup>. La Maestría en Estudios de Género y la docencia al respecto, las colectivas, los y las representantes de los estudiantes y el Observatorio sobre el tema, son algunas fuentes que permiten afirmar, que se ha contribuido a la desnaturalización del patriarcado en la Universidad Nacional de Colombia. Hace falta caminar por recorrer y se requiere de mayores esfuerzos y compromisos institucionales, pero el estudiantado tiene cada vez más claro que las VBG no son aceptables, que hacemos parte de ejercicios de construcción y transformación de vida, tenemos derecho a una vida libre de violencias.

El trabajo grupal conllevó a abrir y cerrar actividades que permitieran confianza y seguridad en la narrativa. Reconocer que en el grupo se tiene libertad para el diálogo, las palabras, miradas y también los silencios. Recurrimos a videos, música, frases, poesía y a un ejercicio simbólico, en que se establecía un círculo de solidaridad, para culminar el proceso y no permitir que se repitieran estos episodios (Canales M, & Peinado, A., 1995). Estamos seguras que cada ejercicio contribuyó a sanar desde lo colectivo y generar empatía por el sufrimiento o malestar que tiene el otro o la otra.

Las entrevistas a profundidad fueron diseñadas de forma semiestructurada, procurando un diálogo abierto y sin forzar las interpretaciones de las respuestas, a partir de una guía que tenía en cuenta la trayectoria de vida como brújula de apoyo. La dinámica tuvo diversos momentos, en un primer momento se abordaba condiciones familiares, o relaciones afectivas y no era suficiente el tiempo establecido, se requería de más de una sesión que permitiera identificar en la trayectoria de vida las violencias vividas por cada joven. Así mismo, se generó articulación con apoyo de psicología con las Direcciones de Bienestar con el fin de generar procesos terapéuticos en las experiencias más dolorosas y poco tramitadas por cada uno. Se hizo la respectiva consulta y voluntad de continuar con el apoyo que brindaba la Universidad. Finalmente, se llegó a conversar con un total de 85 estudiantes en 4 Sedes de la Universidad Nacional de Colombia (Manizales, La Paz, Bogotá, Medellín).

Los relatos fueron sistematizados a través del programa de análisis de datos cualitativo NVivo (PUJADAS, 1992). El momento de interpretación de la información recolectada, implicó salirnos del relato mismo e ir hacia el conjunto de los textos, sin pretender confundirlos con la realidad misma; comprender la entrevista transcrita como si fuera el corpus de la perspectiva que todos construimos al narrar experiencias.

Se sistematizó el trabajo grupal, los diversos encuentros individuales y luego de la recolección y análisis de los relatos, se organizaron una serie de categorías asociadas con los patrones de crianza, los estereotipos de género en la escuela, abusos cometidos en la infancia por familiares, las complejas situaciones vividas en instituciones educativas o comunitarias y en sus relaciones de pareja (permanentes o transitorias) en la etapa juvenil o adultos según sus edades.

## Principales Hallazgos de La Investigación

Como se observó en los procesos de ingreso a la Universidad, son cada vez más jóvenes por sus edades que van entre los 15 y 17 años inician su proceso de formación profesional. La llegada a la Universidad les pone en situaciones complejas por el carácter mismo de reflexión y debate en el ámbito académico. Algunas personas señalaron que se sienten en conflicto porque no habían logrado identificar en sus historias las múltiples violencias, inclusive las habían naturalizado o en sus palabras “pensé que era normal el golpe que me daba mi papá”.

Cuestionar, criticar y denunciar la naturalización de dichas violencias recibidas al interior de sus familias era un primer paso que valoraban en el escenario universitario: en otras palabras, no se acepta, ni tolera el continuum de las violencias en el ámbito familiar, y más cuando algunas hacían énfasis en las relaciones y conflictos con padres y madres de familia.

Otros escenarios como la escuela, Internet, y el espacio público (calle, transporte, iglesias o tiendas) se identifican poco seguros, especialmente para las mujeres jóvenes y las personas no binarias. Manifestaron que existe el ejercicio de poder de adultos, actores violentos, sujetos que agrede sin importar el espacio, ni las consecuencias de sus actos. Abordar las violencias en el espacio público fue fundamental porque a lo largo de sus vidas han estado expuestas y expuestost a innumerables agresiones, pero también en la actualidad permitió identificar los riesgos a los cuales están expuestas y expuestos para llegar a la Universidad o salir del campus.

De otra parte, en las relaciones interpersonales que se dan en la Universidad, existen diversas tensiones entre el estudiantado, conflictos con diversos actores de la comunidad institucional, algunos por cuestiones políticas, religiosas, culturales o cuestiones más próximas en las relaciones de pareja o de convivencia. Sin embargo, se identifican espacios seguros y de confianza.

Abordar el continuum de las violencias y las VBG ha permitido fortalecer colectivos feministas y de género, también se ha logrado posicionar debates académicos y cátedras que permiten trabajar temas en derechos humanos con enfoque de género. Así mismo, se hizo énfasis para que la Universidad garantice acompañamiento y bienestar al estudiantado que ha sido víctima de algún tipo de violencias.

Se identificaron las tácticas de resistencia por parte del estudiantado, que va desde ejercicios individuales hasta espacios colectivos, con grupos que les ha permitido hablar, sanar y sobrevivir a tantas violencias. No obstante, para muchas jóvenes mujeres, la denuncia no garantiza justicia y sigue siendo una constante de impunidad, lo cual se constituye en un escenario complejo para la institucionalidad.

En términos de sus historias de vida, muchas situaciones estaban relacionadas con sus cuerpos, su apariencia o su actitud. En sus palabras habían vivido bulling por ser gordo/a, por tener cabello rojizo o ensortijado, o por el color de su piel y su estatura. Encontramos jóvenes que mantienen una exigencia física para superar muchos de esos traumas. Así mismo, es una generación que le importa su apariencia física, (tener o no tatuajes, perforaciones), su gestualidad, su vestuario, y consideran un tipo de violencia las burlas hacia sus cuerpos o forma de vestir. Manifestaron que socialmente existe intolerancia y violencia contra las mujeres y la población no binaria, especialmente contra las personas tras.

La Universidad es también un espacio ambivalente en cuanto a la VBG: a la vez que se encuentran colectivas, grupos, así como instancias académicas y administrativas como el Observatorio de Asuntos de Género, el Sistema de Bienestar que cuentan con normas y acuerdos institucionales para prevenir, atender, acompañar y “desnaturalizar” las violencias de género. También la universidad es un escenario donde se presentan agresiones entre compañeros/as, dinámicas de poder de acoso y violencia por parte de algunos/as docentes y se reconocen conflictos entre diversos integrantes de la comunidad universitaria, incluidos el espacio administrativo. Por último, el contexto va más allá del campus, y encontramos que la Universidad Nacional de Colombia debería ser más sensible respecto a los graves episodios de VBG cuando las estudiantes mujeres han sido agredidas en el camino hacia el campus, y específicamente en las sedes de Bogotá, Medellín y La Paz.

Para finalizar y no menos importante, las redes sociales y la virtualidad se constituyeron en espacios ambiguos de denuncia pero también de bullying. Son notorias las alusiones a hackeos por parte de sus parejas o intromisión de terceros. De otra parte, se reconoce la virtualidad como un espacio de liberación y socialización de las identidades no binarias, a la vez que permite a víctimas de VBG, el escrache a sus agresores y sentirse restituidas frente a la constante impunidad de otros mecanismos de justicia.

## Recomendaciones

En cuanto a las recomendaciones, encontramos pertinente fortalecer los Protocolos de Prevención y Atención a las Violencias Basadas en Género y violencias sexuales. Se considera un espacio importante Bienestar Universitario para recibir “la primera escucha”, con miras a acoger de forma integral al estudiantado y brindar orientación segura que les permita enfrentar y denunciar episodios de violencias, así como la necesidad de mantener acciones articuladas para la prevención y eliminación de las VBG y la violencia sexual, que trascienda otros ámbitos de la convivencia del estudiantado y que les permita una vida segura desde el ámbito familiar, la vida pública y todo el cotidiano que va más allá del campus universitario.

## REFERENCIAS

- BERTAUX, D. Los relatos de vida en el análisis de lo social. En: Historia y fuente oral. No. 1. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona. U. de Barcelona. 1989, 96 p.
- BOURDEU P. La Dominación masculina. Editorial Anagrama. Argentina. 2010, 90 p.
- BUTLER, J. El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad. Editorial Paidós. México. 2001, 196 p.
- CANALES, M. & PEINADO, A. DELGADO, J. GUTIERREZ, J. Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales (Edit.) Grupos de discusión. Editorial síntesis. Madrid. España 1995, 284 – 311p.
- CHAPARRO, L. “Pensé que era el momento de hablar”: la emergencia de la categoría de la violencia sexual en el conflicto armado como un problema público en Colombia, 1990-2008. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2021,
- DE CERTEAU, M. La invención de los cotidianos I. artes de hacer. Traducción de Alejandro Pescador. Editorial Universidad Iberoamericana. México, 1996, 246 p.
- FOUCAULT, M. El orden del discurso. Ed. Tusquets. Buenos Aires. 2005, 76 p.
- OLAYA E. y SEPULVEDA I. Acoso Sexual en las instituciones de educación superior: desafíos en la implementación del Protocolo para la prevención y atención de violencias basadas en género y violencias sexuales en la Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Escuela de Estudios de Género, En: Boletina No. 8. 2020,
- PRECIADO, B. P. Manifiesto contra - sexual. En: Revista Punto Género N.º 3. Editorial Opera Prima. Madrid. 2013.
- PUJADAS, J. J. El método biográfico: el uso de las historias de vida en ciencias sociales. En: Cuadernos metodológicos. No. 5. Barcelona, Centro de Investigaciones Sociológicas, -CIS-. 1992, 107 p.
- SCOTT, J. El género una categoría útil para el análisis histórico. E: M. Lamas (editora.) El género y la construcción cultural de la diferencia sexual. México. 1996. 265-302 p.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA -CSU: Acuerdo 035 de 2012, Política Institucional de Equidad de Género e Igualdad de Oportunidades.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA -Rectoría, Resolución No. 1215 de 2017: Protocolo para la Prevención y Atención de Casos de Violencias Basadas en Género -VBG y Violencias Sexuales en la institución.
- WHITE, M. y EPSTON D. Medios narrativos para fines terapéuticos. Editorial Paidós. Barcelona. 2002, 222 p.

## **9. A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DE ESTUDOS EM REDES INTERSETORIAIS E INTERINSTITUCIONAIS DE PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DA PLATAFORMA COVID-19/PB**

# **9. A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTIFICA DE ESTUDOS EM REDES INTERSETORIAIS E INTERINSTITUCIONAIS DE PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DA PLATAFORMA COVID-19/PB**

---

Marinalva Conserva

Alice Dianezi Gambadella

Antônio Miguel Monteiro

Neir Antunes Paes

## **Introdução**

O presente texto apresenta uma experiência de estudos interdisciplinar e interinstitucional, entre diversos centros de pesquisa brasileiros, à fim de contribuir com a tomada de decisão por parte de gestores de políticas públicas de proteção social, em resposta rápida para o enfrentamento da Covid-19. O conjunto de pesquisas e estudos culminou na produção de Matrizes de Indicadores de Proteção Social dos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social, desenvolvida no âmbito do Projeto - Plataforma Covid-19/PB: relações entre saúde, território e proteção social em tempos de crise sócio sanitária (Edital 003/FAPESQ-PB/UFPB,2020).

A realização desse estudo é fruto de parcerias em rede acadêmica interinstitucional entre pesquisadores e instituições do Estado da Paraíba e do Estado de São Paulo, sobretudo de pesquisadores vinculados à Universidade Federal da Paraíba, coordenado pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPPS (<http://www.cchla.ufpb.br/nepps/>), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e do Laboratório de investigação em Sistemas Socioambientais (LiSS) da área de Observação da Terra (OBT) alocados no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE-SJC/SP). Agregaram-se ainda parceiros da Vigilância em Saúde da Secretaria da Saúde do Estado da Paraíba (SES), da Vigilância Socioassistencial e de Diretoria do CadÚnico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba- SEDH/PB.

No contexto do aumento da pobreza e da desigualdade na sociedade brasileira, agravadas pela crise sócio sanitária é importante que os investimentos públicos e os gastos sociais contemplem também ações desde à vigilância epidemiológica (na perspectiva de diminuição das taxas de mortalidade pela doença e

melhorem as ações de vigilância em saúde). É o sistema de vigilância que constrói resposta a um potencial catástrofe econômica e social provocada pela crise da COVID-19 é colocar as finanças a serviço dos direitos humanos e apoiar os menos favorecidos por meio de abordagens financeiras ousadas, como estímulos fiscais e pacotes de proteção social direcionados aos menos capazes de lidar com a crise, são essenciais para mitigar as consequências devastadoras da atual pandemia (WHO, 2020b).

As situações de riscos que incidem sobre o tecido social são produtoras de violação de direitos, portanto, o seu enfrentamento ultrapassa a territorialização e a efetividade dos serviços e dos benefícios como instrumentos provedores de proteção social a partir de ações da iniciativa governamental, pela via do acesso à distribuição de bens e recursos no fortalecimento da capacidade protetiva de famílias e indivíduos.

Reitera-se, portanto, a importância de concatenar os estudos interurbanos, dados primários e secundários nacionais, estaduais, municipais, juntamente com as orientações que conduzem à prática da oferta de bens e serviços a fim de verificar sua eficiência sob a perspectiva de garantir proteção social entre as pessoas vivenciando situações de risco pessoal e/ou social, sejam de ordem econômica, ambiental, política ou social.

## Premissas e Delineamentos

O escopo investigativo desta proposta situa-se no âmbito do desenvolvimento científico e inovação no uso das geotecnologias, na perspectiva de avançar nos processos de formação de pesquisadores na área de Políticas Sociais Públicas com especificidade no SUS e SUAS, e suas repercussões da crise e pós crise sociossanitária. Traz, portanto, na sua estruturação uma perspectiva teórico-metodológica no campo relacional, nas quais as complexas relações entre saúde, território e proteção social, como preposto de desenvolvimento e condicionante para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cidadania plena.

O delineamento do estudo colocou em evidência o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na perspectiva de elucidar o debate da crise sócio sanitária e seus impactos no sistema de proteção social brasileiro, à luz da observação do Estado da Paraíba, construída em escala municipal para os seus 223 municípios. O território do estado da Paraíba é absolutamente marcado pela presença de municípios de pequeno porte, 86,54% com até 50 mil habitantes, segundo a classificação do IBGE/2010. Além disso, conta com terras indígenas demarcadas, além de povos originários e tradicionais vivendo em territórios de fortes interesses e espaços de tensões. Estas características socioespaciais são fundamentais para aplicação de respostas de proteção da sua identidade e cultura, objetos do desenvolvimento sustentável na sua integralidade.

Essa visibilidade dá-se a partir de uma coletânea de indicadores em suas expressões territoriais, sensíveis a desigualdades de acesso a ativos de proteção social, aqui traduzidos em programas, serviços e benefícios socioassistenciais no enfrentamento da Covid-19. O que resultou no escopo de um desenho de Matriz conceitual multidimensional formada por dimensões e subdimensões, as quais são representadas por um conjunto de indicadores mensuráveis.

Assim, o delineamento investigativo partiu das seguintes premissas:

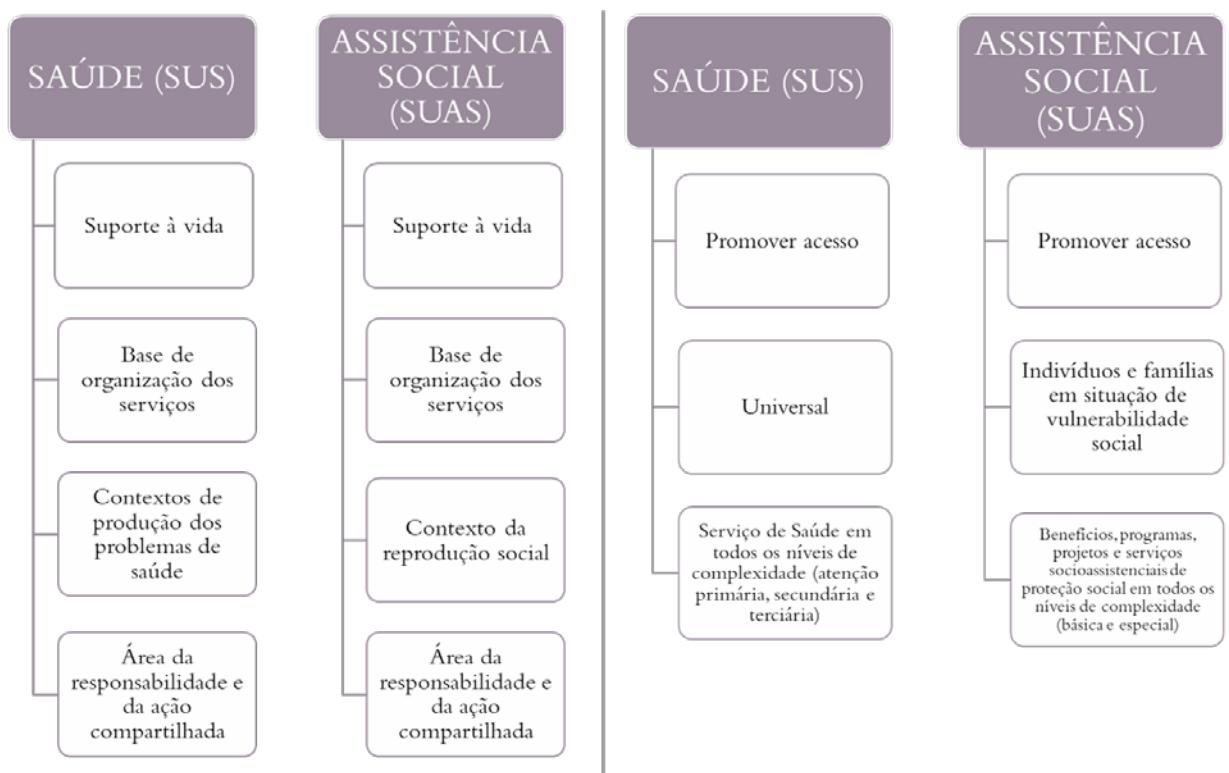
- A crise sócio sanitária e humanitária em curso produziu um agravamento da questão social, especialmente, no tocante às desigualdades de acesso aos serviços e benefícios mediados pelas políticas públicas de proteção social. Faz-se, necessário, portanto, o desenvolvimento de estudos que elucidem indicadores de proteção social e mediações que contribuam para o fortalecimento dos sistemas de proteção social brasileiro, especialmente o Sistema Único de Saúde -SUS, e, em seus desdobramentos o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, como integrantes fundantes do tripé da Seguridade Social Brasileira;
- Os impactos sócio sanitários incidem também, sobre os processos de produção de conhecimento e na formação de pesquisadores em múltiplas dimensões e áreas de conhecimento científico, diante

às necessidades (im)postas pela pandemia de riscos e vulnerabilidades, diante às demandas de respostas à população, à cidadania plena. Isto, por sua vez, faz emergir novas demandas à produção de conhecimento, novos redirecionamentos de objetos e modelagens de estudos, inclusive em relação ao processo de formação de pesquisadores nos âmbitos da graduação e pós-graduação, tendo em vista o redirecionamento de políticas públicas sociais que atendam às novas e velhas necessidades diante os riscos do direito à vida, em múltiplas escalas - local, regional e global.

O estudo, em sua completude concentrou sua atenção no modelo brasileiro de Seguridade Social – particularmente a partir dos Sistemas Únicos de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS) – e suas relações e configurações, com expressão nos territórios de vivência, no estado da Paraíba. Em particular, busca localizar e caracterizar as famílias e grupos para os quais as desigualdades de acesso em relação a saúde e em relação a sua cidadania plena, são às velhas novas expressões das desigualdades, agora agravadas para o enfrentamento da crise sócio sanitária.

Em síntese, partiu-se da compreensão que a proteção social ampliada é uma estratégia fundamental para a sobrevivência da população. A relevância deste estudo imprimiu conteúdos que fortaleceram a construção de um indicador para a oferta discricionária e diferenciada dos serviços e benefícios por uma rede de proteção social ampliada, pela combinação dos serviços do SUS e do SUAS. Na perspectiva de fortalecer a construção do Indicador de Equidade, reitera-se, contudo, não tratar de um processo de validação de ou não do Indicador, mas, sobretudo, da importância de avaliar a aplicação de métodos multifatoriais e diferenciados para assertividade e efetividade das políticas de proteção social – a fim de cunhar equidade entre as diferenças socioterritoriais postas no enfrentamento da pandemia.

Figura 1: Elementos relativos ao papel do lugar no SUS e SUAS / Figura 2. Elementos relativos ao papel do acesso no SUS e SUAS



Fonte: Elaboração própria.

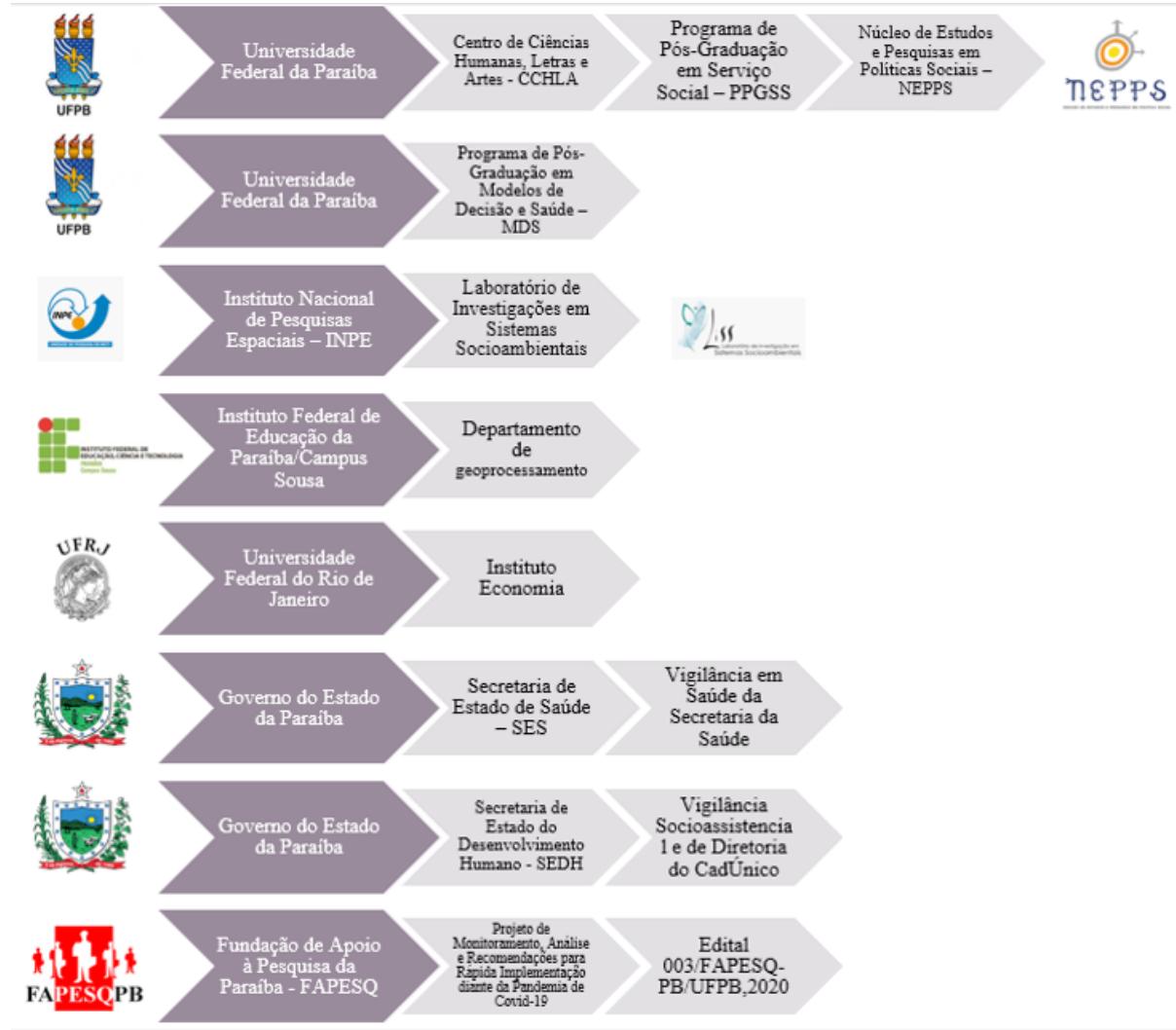
Tem-se que a relevância e diferencial do projeto em voga lidou ainda com dois eixos convergentes, isto é:

- formação stricto sensu acoplando o uso de tecnologias à análise da realidade social;
- produção de conhecimento com impacto na sociedade.

## Do Desenvolvimento da Plataforma Digital

Nessa perspectiva, a geração de processos e produtos técnico-científicos desenvolvidos vieram contribuir para o fortalecimento dos Sistemas de Proteção Social brasileiro – SUS (Saúde) e SUAS (Assistência Social). Tratou-se de um objeto convergente para a formação de pesquisadores em conexão com o fomento e desenvolvimento de tecnologias pesquisas que impactaram socialmente nas diretrizes, monitoramento e avaliação de políticas sociais brasileiras.

Figura 3. Síntese da rede interinstitucional Executiva da Plataforma



Fonte: Elaboração própria.

O desenvolvimento desta experiência foi fruto da composição de uma rede de pesquisadores interinstitucionais e transdisciplinar, em âmbitos regional e nacional. Este arranjo possibilitou o compartilhamento transversal de saberes entre docentes, discentes, pesquisadores e técnicos de diversas áreas do conhecimento (saúde pública, serviço social, epidemiologia, economia, engenharia, demografia, medicina, entre outras). Esta rede técnico-acadêmica de grupos, núcleos e pesquisadores multidimensional está vinculada à múltiplos Programas de Pós-graduação e instituições públicas acadêmicas, comotambém com setores estratégicos vinculados às vigilâncias em saúde e socioassistencial das secretarias do estado da Paraíba – Saúde e Desenvolvimento Humano.

Na perspectiva de formação de estudantes e pesquisadores, listamos aqueles que participaram do processo e sem o qual não teríamos tido condição de geração e entrega do produto final. Neste campo, podemos citar desde os pesquisadores estudantes (graduação, mestrado, doutorado) até experientes pesquisadores ad hoc que foram consultados em whorshops formativos para debate e validação de produtos preliminares.

Ressalta-se, contudo, a exigencia de concatenar diferentes áreas diferentes áreas do conhecimento para chegar ao cabo a proposta em voga; nesta oportunidade, estudantes e pesquisadores de serviços social, demografia, ciencias da saúde, engenharia, economia, além de contar com a produção de webdesigner, copydesk e programador de sistemas.

## O Produto

Esta perspectiva analítica ganha visibilidade e viabilidade por está sustentada na criação e aplicabilidade de uma ferramenta de políticas públicas on-line - Plataforma Covid-19/Paraíba: observatório de indicadores para gestão do SUS e do SUAS (<http://www.cchla.ufpb.br/covid/>), no âmbito do Programa, através Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas – NEPPS/PPGSS/UFPB. A ferramenta configurou-se como espaço de diálogo entre o saber técnico-científico e a gestão de políticas sociais na perspectiva de contribuir para o seu aprimoramento, em termos de formulação, monitoramento e avaliação.

Uma ferramenta pública, lançada em dezembro de 2021, desenvolvida como uma Plataforma digital sustentada a partir de estudos científicos, indicadores sócios sanitários com abordagem transversal às áreas de conhecimento científico vem possibilitar estudos e ações estratégicas objetivas e rápidas na perspectiva de contribuir para a tomada de decisão de gestores públicos e sanitária nas esferas estadual e municipal, por meio de mapas, infográficos, dashboards dinâmicos com usos de ferramentas e geotecnologias socioambientais, cartografias, notas técnicas como respostas às demandas de proteção social das famílias em situação de vulnerabilidades agravadas pelos impactos socio sanitários da COVID-19 no estado da Paraíba.

A Potencialidade e diferencial desta ferramenta, fundamenta-se ainda, por um lado, em disponibilizar uma plataforma alimentada pari passu com os dados da Covid- 19, para disseminação de informações científicas baseados em estudos, processos e produtos que viessem a contribuir para tomadas de decisão na implementação de políticas de proteção social ampliada diante os desdobramentos da crise. Por outro lado, possibilita a disseminação de estudos em termos de uso e aplicabilidade e monitoramento de interesse público, especialmente relativos à população mais vulnerável, inseridas no Cadastro Único e beneficiárias de transferência de renda, público prioritário para gestão das políticas públicas setoriais, em termos de averiguar a efetividade delas em contribuir para capacidade protetiva de famílias em seus territórios de vivência.

Figura 4. Produção técnica agregada à Plataforma digital.



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/covid/>

### Acesso à oferta de serviços, programas eseguranças protetivas e territorializadas:

- ❖ ESCALA: todo indicador precisa ter presença nos 223 municípios da PB;
- ❖ MENSURAÇÃO: todo indicador utilizado precisa ser passível de mensuração/valoração;
- ❖ PROTEÇÃO SOCIAL: todo indicador precisa ter representatividade para a dimensão de proteção social ampliada do SUS e do SUAS;
- ❖ ÍNDICE: todo indicador precisa estar relacionado à covid-19 e seus impactos, mas não pode se sobrepor nem ser derivativo de nenhum outro que irá compor o IPSAM.

Neste sentido, a geração de processos e produtos técnico-científicos desenvolvidos apresentam-se com a perspectiva de contribuir para o fortalecimento dos Sistemas de Proteção Social brasileiro – SUS (Saúde) e SUAS (Assistência Social).

Reconhece-se que o atual estágio de desenvolvimento de gestão das políticas sociais, tem exigido aprimoramento no uso das geotecnologias, na perspectiva de avançar nos processos de formação de pesquisadores, tanto na Área do Serviço Social como nas correlatas, à necessária conexão e impactos com às Políticas Públicas de Proteção Social, em contexto de crise e pós- crise sócio sanitária e humanitária ainda em curso. Assim, A adoção e aplicabilidade de tecnologia de inovação na análise de informações e dados da realidade social faz mister frente à demanda de elucidação de indicadores que desvalem as desigualdades socioeconômicas e os vazios protetivos nos territórios de vivência da população que requer maior atenção e provisão do Estado.

O uso e aplicabilidade de uma plataforma on line, como ferramenta de políticas públicas, possibilita que gestores de instituições públicas e privadas, pesquisadores e técnicos de diversos níveis possam pari passu disponibilizar e disseminar informações de estudos em um ambiente digital, vem potencializar ideias e ações em tempo real o uso de ferramentas e sua consolidação em termos do conhecimento científico produzido, assim como sua difusão para toda a sociedade resultando um produto dinâmico em sua conectividade é gerado a partir da alimentação e retroalimentação.

Percebeu-se que este ambiente incorpora e agrega a combinação entre formação de pesquisadores com uso de novas tecnologias, através da construção de mapas temáticos e dinâmicos, matriz de indicadores multidimensionais que possam contribuir para o acesso aos serviços e benefícios pela população nos territórios de vivência, o chão concreto das políticas públicas. Além disto, a criação dessa ferramenta requer uso, disseminação, como metodologia passível de replicabilidade e impacto, especialmente na Região Nordeste, que tem desenvolvido esforços, através do Consórcio Nordeste, para o enfrentamento da crise e pós-crise da pandemia COVID-19.

A ferramenta configurou-se como espaço de diálogo entre o saber técnico-científico e a gestão de políticas sociais. A configuração do software e linguagens de WebApp construída para Plataforma Covid-19/Paraíba: como um observatório de indicadores sociais e de saúde para gestão do SUS e SUAS, espelhou o modus operandi dessa exitosa experiência rede de cooperação acadêmica. Este produto-ferramenta permitiu - atualização, reprodução e transferência de conhecimento entre a rede de interinstitucional executora do projeto e outras redes de pesquisadores do ponto de vista técnico-científico para uso conforme interesse público.

Assim, espera-se continuadamente contribuir para o aprimoramento da gestão pública com elementos para subsidiar a tomada de decisões prioritárias, a partir do monitoramento de indicadores de Saúde e da Assistência Social, de modo especial, às Vigilâncias em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em suas conexões com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As perspetivas, limites e alcances desses ativos permitem à definição de diretrizes e monitoramento, tanto pelo espectro do investimento do gasto público, quanto sobre as condições humanas de produção social. Assim, vincula-se, de modo específico aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir do monitoramento de indicadores de Proteção Social, de Saúde e Assistência Social, que expressam rotas e fluxos dinâmicos de ativos acessados pela população residente em seus territórios de vivência.

# Considerações Finais

Os processos e produtos resultantes desta experiência em rede acadêmica em âmbito nacional, possibilitou não só o avanço para consolidação desta rede interinstitucional de pesquisa, de modo especial, contou com a colaboração de técnicos gestores das secretarias – SES/PB e SEDH-PB. Compreende-se que o debate possibilitado nesse observatório através de sua disseminação como ferramenta digital elucida o avanço do debate técnico-acadêmico, disseminação e uso tanto em relação ao observatório em sua completude como em relação aos processos e resultados de interesse público, que foram gerados dentro do escopo do estudo. Ressalta-se:

- i) Consolidação de uma rede técnico-científica, em âmbito nacional, formada por 26 (vinte seis) docentes, discentes e pesquisadores de cinco instituições acadêmicas – UFPB, INPE, UFRJ, FAMENE, IFE-Sousa; além de corpo técnico de gestores (três) vinculados à Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Humano;
- ii) Formação de Iniciação Científica no âmbito da graduação, com captura de três projetos PIBICs - dois na Universidade Federal da Paraíba (um departamento de estatística e outro departamento serviço social); um no Instituto Federal de Educação – Sousa (departamento geoprocessamento). Com um total de quatro alunos de graduação sendo três bolsistas e um PIVIC.;
- iii) Formação de Pesquisadores no âmbito da pós-graduação com um total de nove (9) discentes, sendo uma (1) Posdoc pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial; duas (2) doutorandas (Instituto Economia/UFRJ; uma PPGER/UFRN); seis (6) mestrandos (dois PPGSMDS/UFPB; três no PPGSS/UFPB e um IE/UFRJ). Além de contarmos na rede de execução com seis (6) pesquisadores mestres e doutores vinculados aos núcleos/NEPPS/UFPB; LISS-INPE e (3) gestoras vinculadas na SEDH/PB e na SES/PB;
- iv) Construção do Produto – PLATAFORMA COVID-19/PARAIBA: Observatório de indicadores sociais e de saúde para gestão do SUS e SUAS. A construção e disseminação deste produto-fim como ferramenta on line de políticas públicas com a construção de índice de Proteção Social Ampliada Municipal da Covid-19/PB, possibilita aos gestores públicos responsáveis pela tomada de decisões e aprimoramento de dois Sistemas Protetivos que estão no front da crise e pós crise – SUS e SUAS.

Figura 5. Quadro síntese de pesquisadores nos diferentes níveis acadêmicos para desenvolvimento do projeto.



Fonte: Elaboração própria.

E, por fim, ainda cabe assinalar a potencialidade dessa ferramenta não somente pelo processo e produtos inerentes, mas, sobretudo pelas repercussões tanto em âmbito técnico-científico, de constituição espaços de diálogos que abrem com gestores, técnicos e trabalhadores de políticas públicas, especialmente vinculados ao SUS e SUAS. Dentre essas recomendações tanto para uso como para o aprimoramento e sustentabilidade desse observatório em curso, destaca-se à Elaboração de E-book (em fase de editoração e publicação), construído a partir de Notas Técnicas dirigidas aos gestores e trabalhadores do SUS e SUAS e à comunidade científica de pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Coronavírus Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.
- BRASIL. Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020 que regulamenta a Lei Nº 13.982 de 2 de abril de 2020. Brasília. Diário Oficial da União. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: 13 de out de 2020.
- CONSERVA, M. Projeto- Plataforma Covid-19/PB: relações entre saúde, território e proteção social em tempos de crise sócio sanitária. Edital N°003/2020 - Fapesq/Seect- Projeto de Monitoramento, Análise e Recomendações para Rápida Implementação diante da Pandemia De Covid-19. NEPPS/UFPB/ FAPESQ-PB. João Pessoa, 2020.
- \_\_\_\_\_. Relatório Técnico Final. Plataforma Covid-19 Paraíba: Observatório de Indicadores Sociais e de Saúde Para Gestão do SUS e do SUAS. João Pessoa- Fapesq/Nepps/UFPB.2021.
- \_\_\_\_\_. Impactos da Crise Sócio Sanitária Da Covid-19 no Sistema de Proteção Social No Brasil. Texto Mesa Temática. XI JOINPP/2021. UFMA, 2021.
- CONSERVA, M.; GAMBARDELLA, A.D.; PAES, N. A. A proteção social no front da crise sócio-sanitária da covid-19 no brasil: Uma proposta de matriz conceitual. IN, CONSERVA, M et al. Teoria Social e Proteção Social no Século XXI. João Pessoa: Editora UFPB, 2022. Disponível: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/1060>
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (a). Director Executivo Dr. Michael J. Ryan, (WHO, daily report at 03-mar-2020). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-pede-que-paises-adotem-renda-basica-universal-diante-da-pandemia/> Acesso em 15/04/2020.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (b). Director Executivo Dr. Michael J. Ryan, (WHO, daily report at 14-abr-2020). Disponível em: <https://youtu.be/-YQ0jIpHuGc> Acesso: 15 de abril de 2020.

## **10. DESARROLLO URBANO INTEGRAL Y DESARROLLO POLICÉNTRICO:INVERSIÓN PÚBLICA, INVERSIÓN PRIVADA Y PARTICIPACIÓN DE LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL**

# **10. DESARROLLO URBANO INTEGRAL Y DESARROLLO POLICÉNTRICO:INVERSIÓN PÚBLICA, INVERSIÓN PRIVADA Y PARTICIPACIÓN DE LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL<sup>1</sup>**

Miguel Edgardo Vicente Trotta

## **Introducción**

Este artículo se centra en el análisis aplicado acerca de las condiciones existentes para la promoción de políticas de desarrollo integral y equilibrado de los territorios, a partir del policentrismo como estrategia central para ello. Es decir, ¿qué es el desarrollo policéntrico?, preliminarmente puede entenderse como oposición a la tendencia capitalista de producción del suelo urbano de concentración de servicios, de bienes, servicios financieros, culturales, económicos en un área central. El centro también es el espacio de la toma de decisiones políticas a nivel macro social, y en los municipios se radican las esferas de decisión política para todo el territorio local. Esta centralidad, sin embargo, fragmenta el territorio en áreas mejor provista de bienes y servicios y otras más desfavorables como lo que la disposición de los recursos necesario para el desarrollo humano se instituye desde una desigualdad de base económica y también geográfica.

El Policentrismo se entiende como una organización espacial planificada, de desarrollo de núcleos económicos y políticos descentralizados, con interrelación en una ciudad o territorio específico. La idea de integración de territorios es acaso su nota distintiva ya que no solo se trata de dispersar instituciones y recursos sino integrarlos en una red sinérgica que cubra toda la población de un territorio, confiriendo las mismas condiciones básicas para la realización de las necesidades colectivas.

Entonces, el Policentrismo, implica una posibilidad de construcción política de los territorios en el sentido inverso. Es decir, la conformación de múltiples centros en el municipio, de tal manera que esos servicios, esos bienes, el acceso a bienes, a servicios, a políticas culturales, a los beneficios incluso, los servicios bancarios, los servicios inmobiliarios puedan tener también la misma centralidad en todo el territorio de tal manera que exista un desarrollo integral en un sentido equivalente a lo que sería un desarrollo territorial equilibrado.

<sup>1</sup>. Caso del Conurbano Sur, Provincia de Buenos Aires (2018-2022).

Por ejemplo, el centro de Buenos Aires expulsa trabajadores y expulsa trabajadores informales y desocupados hacia las áreas periféricas de la ciudad, y a su vez las áreas periféricas van expulsando hacia el conurbano. Pero el conurbano, lo que lo rodea la ciudad de Buenos Aires se conforma de 16 municipios el primer cordón. Uno de esos municipios es Lanús y el municipio de Lanús contiene un centro. Es decir, los municipios en esa conformación territorial también siguen la misma dinámica de producción del suelo urbano.

Es decir, cada municipio concentra un centro y luego áreas periféricas donde también los trabajadores que viven en esos municipios son expulsados de acuerdo a las posibilidades de acceso a la Tierra y a la Vivienda.

La conformación de las espacialidades habitadas en el capitalismo, siguen un proceso de estructuración monocéntricas debido a que los procesos de valorización del suelo tienden a concentrar los servicios, las instituciones, los núcleos financieros y políticos decisores en los denominados centros de las ciudades, Partidos, provincias y Estados nacionales. Pero esta tendencia en las espacialidades latinoamericanas y en particular en Argentina, sobre todo en la Provincia de Buenos Aires, se profundiza debido a la génesis colonial del proceso de conformación de las ciudades donde se asentaba un núcleo inicial y desde allí se expandían para la aglomeración de población colonizadora. Esa herencia del modo de fundar y consolidar ciudades, ha permanecido y se ha conformado, muchos siglos después con las colonias de inmigrantes radicadas en el sector rural y la consecuente creación de pueblos y ciudades en torno de este núcleo socio productivo.

Esta conformación, concentra la infraestructura y recursos urbanos en los centros y expolia de esto a las periferias. Sin embargo los supuestos que contiene el desarrollo de políticas policéntricas parecerían ir en dirección a la construcción de ciudades más igualitarias y de la construcción del derecho a la ciudad y al centro por parte de los ciudadanos.

El primero de estos supuestos, es que la tendencia de promoción de un desarrollo territorial equilibrado e integral solamente puede revertir las tendencias históricas y objetivas mediante la intervención de políticas públicas de desarrollo policéntrico y de ordenamiento territorial. El segundo es que el implica un grave problema de promoción de desigualdades socioeconómicas y sociales en general provocando un doble estándar de ciudadanía contrario a la garantía material de los derechos humanos básicos

En tal sentido se consideran desde estos aspectos como variables centrales para garantizar las condiciones de desarrollo policéntrico, tres variables centrales: la inversión pública, la inversión privada y la perspectiva de los ciudadanos habitantes de los territorios estudiados acerca del espacio humano habitado y las desigualdades con relación a la vinculación centro-periferia.

Por lo tanto, el Policentrismo, implica una posibilidad de construcción política de los territorios en el sentido inverso. Es decir, la conformación de múltiples centros en el municipio, de tal manera que esos servicios, esos bienes, el acceso a bienes, a servicios, a políticas culturales, a los beneficios incluso, (nosotros estamos viendo lo que es la dinámica del mercado), los servicios bancarios, los servicios inmobiliarios puedan tener también la misma centralidad en todo el territorio de tal manera que exista un desarrollo integral decimos nosotros, integral que es en un sentido equivalente a lo que sería un desarrollo territorial equilibrado.

El primer corolario de las investigaciones realizadas en el partido de Lanus<sup>2</sup> inversión pública es determinante para la promoción de un desarrollo urbano equilibrado. Contrariando la literatura liberal que afirma que el sector privado es fuente de promoción del desarrollo, la inversión privada sigue a la

<sup>2</sup>. TROTTA, Miguel E. V. & otros (2020) Explorando las condiciones del desarrollo policéntrico en Monte Chingolo, Partido de Lanús, Provincia de Buenos Aires, Argentina. Programa de Investigación Amilcar Herrera convocatoria 2018, código 33A345, Universidad Nacional de Lanús y Programa Incentivo/Ministerio de Educación de la Nación

inversión pública, es decir que la lógica mercantilista de los sectores inmobiliarios y bancarios, tomados como unidades de análisis, solamente deciden su inversión en espacios previamente consolidados en infraestructura y condiciones socioeconómicas que factibilicen la maximización de ganancias. Posteriormente en el periodo 2020 a 2022, se replica esta investigación con el mismo diseño metodológico y técnico, con aplicación en el Partido de Almirante Brown, en el que las condiciones de inversión pública en infraestructura y obra pública es mayor pero donde al mismo tiempo existe una tendencia a promover procesos de descentralización político administrativa y de fomento a la participación social en la gestión, denotando aquella tendencia fundamental como promotora de policentrismo, explorada en la investigación anterior.

En efecto, lo relevado hasta el momento permite colegir que en el conurbano sur del Área Metropolitana de Buenos Aires, el factor central de promoción del desarrollo urbano son las políticas públicas dirigidas a ello. La tercera y última investigación se desarrollará durante el período 2022-2024 con radicación en el Partido de Florencio Varela y a las variables anteriores se incluirá la demográfica, debido a que ese territorio permitirá analizar de qué modo las migraciones inter e intra municipios median e intervienen en el desarrollo de políticas de desarrollo urbano integral.

En tal sentido las políticas públicas que desde lo expuesto, se presumen como mediaciones necesarias e insustituibles para la reversión de las tendencias monocéntricas de conformación de las espacialidades de la región del conurbano sur y concomitantemente de la garantía material de los derechos humanos conforme a los principios de justicia social que sirve de contenido ético político al marco investigativo de este proceso.

## **Los Condicionantes del Desarrollo Urbano Integral desde La Perspectiva del Policentrismo. Impactos en La Región del Conurbano sur de Buenos Aires**

Históricamente e independientemente de los sectores políticos que han gobernado la gran mayoría de los municipios del área metropolitana de Buenos Aires, recurrentemente a partir de los partidos políticos se ha configurado una matriz de desarrollo constante muy similar. Esto implicó una lógica de desarrollo de la ciudad, vinculada inicialmente a la inversión pública, la cual, desarrolló las vías y estaciones de tren y los Centros Cívicos, donde se ubicaba el edificio municipal, la iglesia, la escuela y la policía, casi siempre ubicadas a poca distancia uno del otro.

Esta inversión inicial publica, aumentó el valor de los terrenos aledaños, ya que sobre estos habría mayor demanda para adquirirlos, debido a la centralidad de estos y el rápido acceso a los servicios. Estas zonas con el paso de los años se fueron densificando y con ello el Estado continuó invirtiendo en ella, en obras de infraestructura y equipamiento, así como en la prestación de servicios.

Sin tener en cuenta que, el valor de estos terrenos, los tornó inaccesibles para la gran mayoría de la población, por lo que estas familias que necesitaban de un lugar donde vivir, se ubicaron en la periferia de estos centros, pero en donde el Estado no invirtió de igual manera, lo recaudado bajo el principio de igualdad, y año tras año esa desigualdad en el acceso a la ciudad fue profundizándose, acrecentando los barrios populares, en zonas cada vez más alejadas y con menos inversión pública.

Esta situación inicial, que conformó un área central, con infraestructura y servicios, densamente poblada y con demanda por acceder a ella, la tornó interesante para los inversores privados, que con el paso del tiempo fueron invirtiendo en desarrollos inmobiliarios, que densificaron aún más la zona, y en el desarrollo de comercios de todo tipo.

Esta inversión privada que acompañó la inversión pública, profundizó aún más la desigualdad, entre los que habitaban en el área central y el resto de población, que es la mayoría, ubicada en las zonas periféricas.

En los casos en donde el Estado realizó inversiones, como por ejemplo para el desarrollo de complejos de vivienda, lo hizo sin mejorar las condiciones estructurales y con modelos de vivienda y tamaño de lotes, que en la mayoría de los casos, no se ajustaban a las necesidades y expectativas de población destinataria; manteniendo la desigualdad en el acceso a la ciudad y sus servicios.

Por lo anteriormente expuesto, este trabajo apunta a indagar en primera instancia, las necesidades y expectativas de la población y a explorar las posibilidades de generar un desarrollo de la ciudad más equilibrado, que disminuya la desigualdad social.

El enfoque metodológico que orienta a esta investigación es primordialmente cualitativo, aunque también contará con datos e insumos de naturaleza cuantitativa –i. e. estadísticas, utilización de sistemas de información geográfico, Sistemas de análisis de datos estadísticos cuantitativos.

Al realizar una exploración sobre este tema es dable pensar una conformación morfológica del espacio humano habitado desde otras perspectivas. La finalidad última es la de producir una matriz aplicable y transferible al sector público estatal para la evaluación de condiciones iniciales que tiendan a establecer la factibilidad y viabilidad de proposiciones de desarrollo policéntrico en los ámbitos de aplicación.

En las últimas décadas, las metrópolis latinoamericanas se han transformado a la luz de las nuevas configuraciones socio-económicas, en territorios con capacidades de desarrollo distintas al tradicional modelo monocéntricos, es decir con la predominancia de un único centro político, económico y financiero en un territorio determinado. En este sentido, el difícil proceso de evolución de las áreas metropolitanas se han reconfigurado las estructuras urbanas, pasando desde los modelos monocéntricos a nuevos patrones de organización conformados a partir del paradigma de policentrismo, es decir el establecimiento de subcentros en una misma localidad. La emergencia de aquellas nuevas formas de estructuración y distribución del espacio urbano, dieron lugar a una cuantiosa producción bibliográfica sobre la materia, ligada a distintas variables, y aplicado a territorios diversos, con su propia ciudadanía.

Es en esta dirección que la mayor parte de la bibliografía sobre el tema plantea que los cambios en la organización de la producción, asociados a los procesos económicos la conformación de variables concurrentes tales como aglomeración, densidad de sistema de transportes y sobredimensión de la concentración de flujos comerciales, producen un dinámico proceso de modificación de la morfología urbana sobre todo en las grandes áreas metropolitanas, afectando el continuum centro y periferia ,y las interrelaciones entre esas áreas de un mismo Partido o Región. Este sobredimensionamiento y concentración producto del crecimiento demográfico y la intensificación de la producción y el comercio local, ha permitido el desarrollo urbano de subáreas periféricas en las principales áreas metropolitanas de América Latina, sobre todo durante la primera mitad del siglo XXI. Sin embargo este proceso comienza un período tendencial de latencia hacia los inicios de la segunda década del mismo siglo.

Así, desde este marco es que este proyecto se dirige a conocer las condiciones sociopolíticas en tanto constitutivas y necesarias para el desarrollo urbano integral, aplicadas en la localidad de Monte Chingolo. En virtud de todo lo expuesto los interrogantes guía que han orientado la aplicación de este análisis en el Partido de Lanús, tomando el caso de Monte Chingolo han sido el establecer: ¿qué características sociales, económicas y culturales han definido el perfil de los principales actores de la localidad de Monte Chingolo? ¿cuáles han sido sus expectativas demandas y concepciones del desarrollo integral urbano? ¿qué relación puede observarse entre los distintos actores del sector privado y la gestión pública en cuanto a las concepciones de desarrollo urbano integral? ¿existe una predominancia de una gestión que tiende al beneficio del sector inmobiliario en desmedro de la atención a la crisis ambiental y habitacional? ¿aumenta la desigualdad en cuanto al derecho a la ciudad como consecuencia de la mercantilización de la política urbana? ¿cómo impacta en los distintos agentes su

relación ante organismos públicos en cuanto a la reivindicación del derecho a la ciudad? ¿cuáles son los criterios socioeconómicos que toman en cuenta los agentes del sector bancario para la promoción y desarrollo de servicios en un entorno local determinado? ¿conllevan estas perspectivas la consideración de una promoción de desarrollo local? ¿cuáles son los impactos de la sobre construcción en cuanto al desarrollo urbano integral? ¿cómo afectan al desarrollo urbano integral las variaciones de precio de las propiedades inmuebles y demás inversiones inmobiliarias? ¿cuál es la viabilidad de un desarrollo urbano integral desde las actuales condiciones socio-territoriales existentes en Monte Chingolo? Interrogantes que han sido desarrollados y mediados empírica y teóricamente para el logro de determinados productos objetivos que han devenido del proceso de investigación.

## **Descripción de La Metodología Empleada en El Trabajo d Investigación Acerca de Las Condiciones de Desarrollo Policéntrico**

En primer término, cabe aclarar que la metodología empleada combina las propias del análisis urbano pero inserta en una convergencia con una centralidad que adquiere la propia de las Ciencias Sociales. Es decir, el enfoque para el análisis de esta investigación, prioriza la perspectiva ligada a las Teorías y metodologías propias de las Ciencias Sociales. Con ellas se hace foco en los procesos sociales como estructurantes de las desiguales conformaciones del territorio y sus espacialidades y al mismo tiempo de las potencialidades para la reversión de estas tendencias excluyentes de la realización de condiciones de vida acordes a la garantía de derechos ciudadanos consagrados normativamente.

La perspectiva dominante adoptada es la hermenéutica crítica que concibe a los procesos sociales, como construcciones intersubjetivas mediadas por la historia y la cultura pero sin obviar los factores estructurales que condicionan esas relaciones. Por ello es que la investigación se ha desarrollado prioritariamente desde un enfoque multiescalar, desde donde se han analizado algunos cambios socio-territoriales registrados en la región del conurbano sur del AMBA para luego desde ese marco profundizar en las particularidades locales del Partido de Lanús y en la escala local comunitaria de la localidad de Monte Chingolo.

El criterio de selección de la localidad obedece a que contiene en si las características a priori descriptas teóricamente como subáreas periféricas de áreas jurisdiccionales como municipios. Al respecto cabe una acotación, si bien la homogeneidad de la morfología territorial no obedece necesariamente a las delimitaciones jurídico administrativas del territorio desde el Estado, si esa conformación en tanto espacialidad político administrativa permite el establecimiento de políticas públicas estatales que tienen como obligación jurídica la materialización igualitaria de derechos. Es en esta contradicción que se sitúa la investigación.

Como parte del diseño teórico metodológico, la dimensión entendida como condiciones de desarrollo policéntrico, se ha desagregado en tres variables: la inversión pública (inversión en obra pública y políticas sociales en el espacio local), la inversión privada (inversión del sector bancario e inmobiliario en el ámbito local) y las perspectivas de los ciudadanos sobre espacio local habitado (relación localidad-centro y balance de realización de sus necesidades básicas en relación al ámbito territorial de resolución). A los fines de la realización de la mediación empírica de lo diseñado desde lo proyectado teórico-metodológicamente en el proyecto, se ha diseñado un proceso de recolección de información desde un marco técnico operativo en el que se han aplicado en primer lugar el análisis estadístico a través del programa informático SPSS, sobre datos de movilidad de la población local de Monte Chingolo y áreas periféricas hacia el centro del Partido de Lanús y centros de Partidos cercanos, desde la segmentación de la base de datos de movilidad provista por el Ministerio de Transporte de la Nación.

De esa estimación se ha obtenido la información relevante respecto de tendencias objetivas de la relación centro-periferia en la movilidad de la población local. Por otro lado se han aplicado 3 (tres)

focus-group con grupos seleccionados de ciudadanos de la localidad de Monte Chingolo, realizados en la Asociación Civil Hábitat Natural de la misma localidad. El criterio de selección ha sido definido de acuerdo con la residencia en distintos sectores de la localidad y de pertenencia a grupos comunitarios específicos. Para el relevamiento de la información en el sector bancario se ha desarrollado un proceso de observación participante en el Banco Credicoop de la localidad de Lanús y entrevista a funcionario del sector gerencial del Banco Provincia de Buenos Aires desde donde se han podido establecer los criterios fundamentales para la determinación de las decisiones de radicación de sucursales bancarias zonas de las localidades de la provincia de Buenos Aires.

La existencia de condiciones previas tales como: fuentes de producción previamente radicadas; procesos de producción económica informal; un complejo de circulación comercial y del flujo constante y de magnitud considerable de tránsito de personas por el alguna zona en particular de la localidad; se han prefijado como condiciones necesarias para esos servicios. Desde el sector inmobiliario, se han aplicado entrevistas a personal de la Cámara inmobiliaria del Partido de Lanús, desde donde también se pudo establecer que la inversión del sector sigue patrones de acumulación capitalista liberal y neoliberal. No se invierte con criterios de desarrollo con orientación a derechos, sino que desde la lógica de la maximización de beneficios coincidentes con la economía de mercado se conforman las inversiones inmobiliarias. Esto fue clave para comprender que la dinámica de desarrollo socio territorial no procede vía mercado, antes exige necesariamente de la inversión pública como factor fundamental para posteriormente la creación de condiciones para el sector privado.

El análisis de la inversión pública se ha realizado desde la utilización de fuentes primarias y secundarias de balances de gestión local municipal, de registro de crónicas de relatos de funcionarios locales de Monte Chingolo vinculados a la gestión pública local y la recurrencia a fuentes innovadoras como la historia oral, desde la recuperación de los balances de gestión realizados desde la propia militancia local de Monte Chingolo, lo que ha permitido obtener información diversa y convergente sobre la inversión en desarrollo urbano integral en el territorio. Cabe acotar que lo planificado en términos de relevamiento de información, ha sido afectado por la dificultad del acceso a fuentes directas por motivo de las disposiciones sanitarias del gobierno para el enfrentamiento a la pandemia del Covid-19.

## Conclusiones

La localidad de Monte Chingolo, situada en el Partido de Lanús, segunda en población en el distrito con una cifra proyectada para 2010, según proyecciones del 2001, de 100.000 habitantes; se trata de una localidad que se ha conformado según las características históricas predominantes de las génesis de las ciudades de la Provincia de Buenos Aires. La matriz de desarrollo de estas ciudades, particularmente de las que conforman el actual Área Metropolitana de Buenos Aires, independientemente de los diversos gobiernos, siguen un proceso marcado por la decisiva inversión pública fundamentalmente a través de infraestructura tales como escuelas, Centros cívicos, tendido de vías férreas y estaciones ferroviarias de la localidad; en torno de la cual la inversión privada constituía luego el factor de impulso al desarrollo edilicio e infraestructural a través de inversiones inmobiliarias, el acceso a créditos del sector bancario para la construcción de viviendas, entre otros procesos. Sin embargo la inversión y la radicación de servicios y de infraestructura y el consecuente desarrollo de un centro inicial, implicó necesariamente una valorización del suelo y de los bienes inmobiliarios en ese entorno.

Por tanto, esto se ha constituido históricamente en uno de los factores que provoca la radicación de sectores de menores ingresos en áreas periféricas. La consecuencia ha devenido en una desigualdad de acceso a bienes y servicios, en suma de la provocación de una desigualdad entre territorios vecinos y su impacto en las condiciones de vida de las poblaciones.

La inversión pública, tendencialmente, se focalizó en los centros urbanos de los Partidos en desmedro de otras áreas periféricas. La consecuencia ha sido la desigualdad en términos de inversión, promoviendo la fragmentación territorial y socioeconómica entre localidades de un mismo Partido. Este proceso, conformó un área central, con infraestructura y servicios y con una alta densidad poblacional.

Por ello, la demanda de acceso al espacio en áreas céntricas ha promovido la concentración de la inversión privada, agravando aún más las desigualdades entre localidades de un mismo Partido. Al mismo tiempo en la gran mayoría de los Partidos del Área Metropolitana de Buenos Aires, el Estado nacional hubo realizado inversiones en zonas periféricas, particularmente a través de la construcción de complejos habitacionales. Sin embargo y en la mayor extensión de los casos, las políticas habitacionales han seguido un planeamiento tecnocrático sin tomar en consideración las particularidades sociales y culturales de sus futuros usufructuarios, lo agravó las condiciones mencionadas.

En suma, el policentrismo tiende a una cohesión territorial y superar el anterior proceso fragmentario, promoviendo la conformación de regiones homogéneas en cuanto a bienes y servicios. La cohesión implica al mismo tiempo una concepción de múltiples centros articulados en redes en el marco de un mismo territorio.

Cabe preguntarse aquí si es posible pensar la cohesión territorial conservando particularidades locales o promoviendo el desarrollo de recursos preexistentes a los procesos de conformación de un desarrollo integral. En suma, cohesión en términos de desarrollo urbano integral se comprende como un proceso de minimización de las brechas entre las desigualdades territoriales y por ende socioeconómicas existentes y de homogeneización de las condiciones de acceso a bienes y servicios. En otros términos la cohesión implicaría la interdependencia de subcentros que se desarrollen en paralelo, promoviendo la sinergia en materia de recursos y de procesos de desarrollo urbano integral.

La inversión privada centrada en este estudio en el sector bancario, se presenta como actores de fuerte implicancia histórica en los procesos de centralización y la constitución de territorios monocéntricos. Así la investigación se ha propuesto examinar las tres variables mencionadas como condiciones necesarias, no suficientes, para el desarrollo urbano integral, desde la promoción del policentrismo. Al entenderse como condición se presume con base en los datos colectados e interpretados, que la inversión pública es el factor central de promoción de un desarrollo igualitario y homogéneo en términos de acceso a bienes, servicios y accesibilidad a la materialización de derechos en un territorio local, tomando como unidad el municipio (tipo de gobierno local predominante y exclusivo en el conurbano bonaerense). La inversión privada sigue a la inversión pública y autónomamente es insuficientes para generar condiciones de un desarrollo territorial integral y equilibrado, contrariamente la producción mercantilista de las espacialidades promueve la desigualdad, la fragmentación socio-territorial y la consecuente igualdad en el acceso al derecho a la ciudad y al hábitat.

Al mismo tiempo desde el análisis de las perspectivas de los sujetos ciudadanos habitantes de las áreas periféricas, se verifica como tendencia la alta valoración que poseen del espacio habitado de su entorno cotidiano local, sus modos de organización productiva, de comercialización y acceso a bienes y la demanda de políticas sociales compensatorias como parte de la construcción sociocultural de la relación con las espacialidad debe ser considerada como aspecto central y fundante para penar políticas de desarrollo policéntrico que escapen a abstracciones propias de las planificaciones normativistas, dominantes en el plano de las políticas de ordenamiento territorial.

Por tanto y como parte de proyecciones que se trabajarán como propuestas recurrentes de estas conclusiones, se propone la promoción de políticas de desarrollo policéntrico que orienten la inversión pública desde una perspectiva sinérgica e integral priorizando la inversión en las localidades periféricas de los partidos, desde un enfoque estratégico participativo, en la comprensión que el desarrollo

necesariamente implica la materialización de expectativas y preferencias de los habitantes de las localidades y al mismo tiempo de acciones pública estatales que orienten las potencialidades de esa espacialidad local. En suma, si la inversión pública es central y la privada solo de modo subsidiaria, esa inversión debe ser planificada en orden a criterios de distribución equitativa en el territorio local municipal.

## REFERENCIAS

- ARELLANO, B. MOIX, M. ROCA J (2011) "Eficiencia Ambiental y Estructura Urbana. Los ejemplos de Madrid y Barcelona". En Revista Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales. VOL 43, N°168.
- BORSDORF, A (2003): "Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana". En Revista EURE Vol 29, N° 86, mayo de 2003, Santiago, Chile
- CEPAL (1999): "Ciudad y Relaciones deGénero".DDR/5.Disponible en:  
<https://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/4965/ddr5e.pdf> .Consultado en mayo 2018.
- CICCOLLELLA, P. (2002): "La Metrópolis Postsocial: Buenos Aires, ciudad rehén de la economía global. Actas del Seminario Internacional: El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado. Una mirada a Europa y a América Latina". Barcelona
- CICCOLELLA, VECSLIR. "Dinámicas, morfologías y singularidades en la reestructuración metropolitana de Buenos Aires". riURB En Revista Iberoamericana de Urbanismo n° 8.
- MARMOLEJO DUARTE, C. MASIP TRESSERRA, J y AGUIRRE NÚÑEZ, C. (2013): "Policentrismo en el sistema urbano español: un análisis para 7 áreas metropolitanas". Em Revista Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales, N°176, junio de 2013.
- RONCONI, L. CASAZZA, J- PAAVO MONKKONEN, E. (2011); "Análisis de las Características del Funcionamiento del Mercado de Suelo en Tres Ciudades de la Argentina: Buenos Aires, Córdoba y Rosario", Documento de Trabajo N°9 del CIAS.
- RIVERA, M. YSERTE, R y ÁGUILA M. (2010): "Cambios territoriales en la Comunidad de Madrid: policentrismo y dispersión". En Revista EURE Vol 36, N° 107, abril de 2010, Santiago, Chile.
- ROJAS QUEZADA, C. MUÑIZ OLIVERA, I y GARCÍA LÓPEZ, M (2009): "Estructura u urbana y policentrismo en el Área Metropolitana de Concepción". En Revista EURE Vol 35, N° 105, agosto 2009, Santiago, Chile.
- TRUFFELLO, R e HIDALGO. (2015): "Policentrismo en el Área Metropolitana de Santiago de Chile: reestructuración comercial, movilidad y tipificación de subcentros". En RevistaEURE Vol 41, N° 122, enero de 2015, Santiago de Chile.
- UBILLA BRAVO, G. (2013). "Exclusión y cohesión territorial: algunas reflexiones entorno a la Unión Europea y su aplicación en Chile". En Revista digital Dialéctica territorial.  
Disponible en <https://dialterrit.hypotheses.org/236> . Consultado en mayo 2018.
- ZULEICA TORRES PULIDO, A. ROSAS FERRUSCA, F. (2010) "El Valor del Suelo Habitacional y la Intervención de Agentes Externos". En Revista Urbano, Vol. 13, núm. 21,mayo, 2010, pp. 56-62 Universidad del Bío Bío Concepción, Chile.

## **11. EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN ABIERTA: REFLEXIONES Y DESAFIOS PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**

# **11. EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN ABIERTA: REFLEXIONES Y DESAFIOS PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE<sup>1</sup>**

---

**Ana Elena Schalk Quintanar**

## **Introducción**

En los últimos años, la práctica “abierta” en Educación, y especialmente en Educación Superior ha cobrado cada vez más relevancia y difusión.

Con el acompañamiento de políticas públicas y marcos de referencia que incentivan su promoción y uso (Inamorato, A., 2016), la Educación e Investigación abiertas cobran más y más adeptos en los países, las instituciones y las prácticas individuales.

Acogiendo la definición de Educación Abierta de la misma Comisión Europea (Comisión Europea, 2013) podemos decir que es:

“Una forma de implementar la educación utilizando las tecnologías y recursos digitales. Su propósito es extender el acceso y la participación a cualquier persona removiendo las barreras y haciendo el aprendizaje accesible, abundante, y posible de ser adaptado para cualquiera. La Educación Abierta ofrece diferentes formas y una gran variedad de rutas de acceso desde lo formal hasta lo no-formal en educación conectando todas las experiencias entre ellos” (pág. 2)<sup>2</sup>.

Y esta definición conlleva importantes implicaciones para la misión, estrategia, gestión y experiencia de aprendizaje en la Educación Superior:

“Si las instituciones (de Educación Superior) están interesadas en incorporar la Educación Abierta, deben alinear sus estrategias y esfuerzos para contribuir a la modernización en Europa. Estas estrategias deben ser abiertas para nuevas audiencias y prácticas y al mismo tiempo

<sup>1</sup>. Este artículo fue desarrollado en función de la Conferência realizada en 2022, para el Núcleo de Estudios, Investigación y Extensión em Famílias y Políticas Públicas – NEF de la Universidad Federal de São Paulo - UNIFESP, Brasil.

<sup>2</sup>. Traducción del Autor.

debe favorecer colaboraciones institucionales, inter-institucionales, regionales y más allá. En el corazón de la Educación Superior está la misión de promover el acceso y las oportunidades para todos los estudiantes en a nivel local y global para educarlos mejor y promover la ciencia hacia delante” (Inamorato, A., 2016, pág. 11).

Por su parte, la Investigación Abierta puede definirse como:

“La ciencia en la que otros pueden colaborar y contribuir, y en donde los procesos de investigación están disponibles de manera gratuita, con licencias que permiten la reutilización, redistribución y reproducción de la investigación, de sus datos y de sus métodos subyacentes. Los principios de la ciencia abierta incluyen, entre otros: el acceso abierto, los datos abiertos de investigación y la revisión por pares abierta” (Rovelli & Babini, 2021).

Estas definiciones promueven intrínsecamente la consideración del contexto como un elemento fundamental para poner en práctica la Educación e Investigación Abiertas. Y esto requiere que los líderes de las Instituciones adopten una mejor comprensión de estas prácticas desde sus contextos específicos. Es por ello que el propósito de esta reflexión es inspirarlos como investigadores y líderes de instituciones, para considerar seria y responsablemente la forma de abrazar cada vez más, en sus prácticas, la promoción de la educación y la investigación abierta. El análisis del modelo europeo, que está en proceso de implementación y una breve comparación respecto de cuál es la situación en América Latina y el Caribe. Algunas ideas y buenas prácticas sobre como favorecer y profundizar en la institucionalización de la Educación e Investigación Abiertas serán también analizados con el propósito de ofrecer una guía que haga factible su implementación o que la agilice si ya está en proceso.

## Desafíos

El primer desafío que enfrenta Hispanoamérica es la dificultad para definir con precisión lo que se entiende por estos conceptos. Para comenzar, si el rol de la Tecnología juega un papel fundamental cuando hablamos de Investigación y Educación Abiertas, entonces debemos poder definir primero cuál es el rol de lo “Digital” en ellas. Desafortunadamente, y quizás debido a la riqueza de nuestra lengua, no existe precisión, y en cambio lo que sí existe es una extensa variedad de conceptos asociados a estas definiciones (Salinas, 2018).

Es importante señalar que cuando hablamos de Educación Abierta, no sólo estamos hablando de abrir el acceso, o de recursos como los MOOC, o los Recursos Abiertos de Aprendizaje (OER por sus siglas en inglés), sino de una comprensión más amplia que implica la apertura en la educación superior a través de su modernización e innovación, y aquí es donde la tecnología juega un papel muy importante. Recientemente se ha denominado como “Transformación Digital” (Lustosa, y otros, 2021). En el caso de Europa, existe una política activa con respecto a la educación y la investigación abierta. Existe un marco de referencia que nos ayuda a comprender en todos los diversos países que componen la Comunidad Europea, lo qué es la educación y la investigación abierta. Este aspecto es importante y necesario. En América Latina y el Caribe, podemos observar que hay una falta de claridad sobre lo que entendemos por estos conceptos, así como la manera en que su adhesión transformaría su actual funcionamiento. Esto se refleja en la falta de presencia y desarrollo de iniciativas en la región, que en su mayoría están localizadas dentro de las instituciones. Sin embargo, es necesario destacar que existe un gran potencial de colaboración entre todos los países de América Latina y el Caribe, sin grandes barreras de idiomas (incluyendo Brasil que puede ser considerablemente fácil de entender para los hispano hablantes) y con raíces y manifestaciones culturales, si no iguales, cercanas y fáciles de armonizar, por mencionar algunos aspectos favorecedores.

El desafío para esta región sería definir claramente qué se entiende por Educación e Investigación

Abierta, y luego trabajar en la colaboración y transversalidad de las iniciativas locales e institucionales, así como en la transnacionalización de las experiencias.

En Europa, existen instituciones especializadas y redes que promueven y favorecen la Educación y la Investigación Abierta. En la imagen se pueden observar las más destacadas de acuerdo con el informe realizado por Lareti, et al. (2016). Algunas de ellas promueven la difusión de prácticas abiertas de educación, otras tienen la función de respaldar la política pública y la investigación abierta.

En la imagen inferior, se pueden observar las iniciativas y de acuerdo al color, la naturaleza de cada una de ellas. En este mapa, podemos ver varias categorías, donde el color amarillo se refiere a cursos abiertos, el morado o lila se refiere a plataformas, y el azul se refiere a iniciativas a nivel institucional, como repositorios de recursos educativos abiertos.

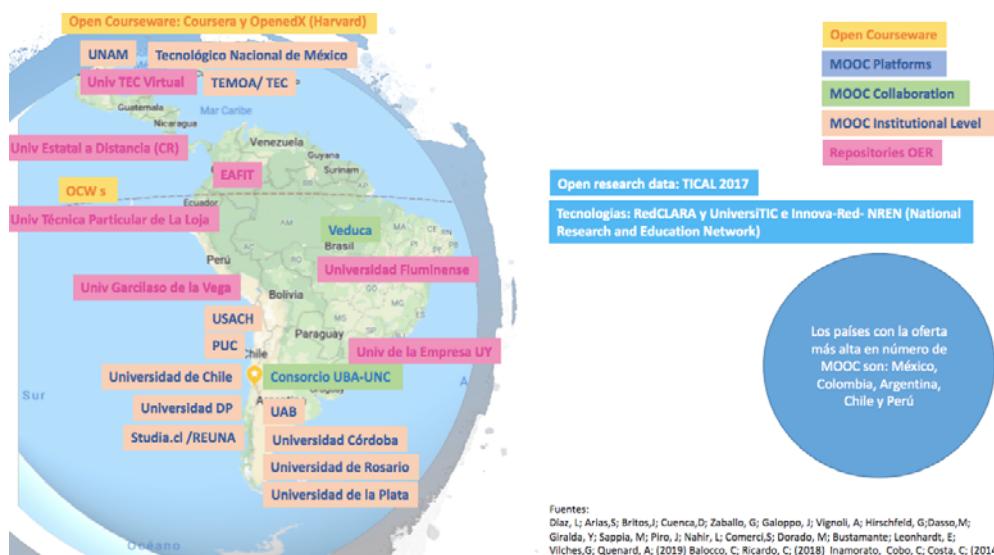
Fig. 1 Lažetić, et.al. (2016). “Cincuenta casos de Educación Abierta en Europa.”



Fuente: Elaboración del autor.

Haciendo el mismo ejercicio combinando investigaciones recientes hasta 2018 podemos observar que en América Latina hay una menor presencia y desarrollo en estas plataformas multiplataforma, colaborativas e institucionales, lo que favorecería una gran posibilidad de colaboración entre todos los países de la región.

**Fig. 2 Diaz, L. et. al.(2019). “ Un enfoque integral para propiciar cursos abiertos on line desde la Universidad Nacional de Córdoba.”**



Fuente: Elaboración del autor

En América Latina, ha habido un cierto grado de avance en las políticas públicas para promover la educación y la investigación abierta (Rovelli & Babini, 2021), pero aún falta una definición clara y un mayor desarrollo de estas prácticas. Es necesario trabajar en la clarificación de estos conceptos y en la creación de políticas públicas regionales que impulsen la producción y difusión del conocimiento abierto generando sinergias entre los países e instituciones.

Anteriormente definimos el primer desafío para la región, que sería establecer una definición clara de lo que se entiende por Educación e Investigación Abierta, y el segundo desafío sería, diseñar una estrategia y una táctica que permitan aprovechar las iniciativas locales o institucionales en plataformas multiplataforma de manera transversal y transnacional. En el caso de la Comunidad Europea existe una institución especializada que se dedica a coordinar los esfuerzos relacionados con la promoción de prácticas de Educación e Investigación Abierta. Esta institución establece conexiones con otras instituciones en Europa para generar sinergias y promover las prácticas abiertas de educación e investigación. Esta institucionalidad está alocada en la Comisión Europea.

En la conferencia organizada por la Asociación para el Aprendizaje con Tecnología de Alto Nivel, se puede observar una mayor presencia de participantes latinoamericanos compartiendo sus experiencias. Los temas abordados incluyen pedagogía, cómo hacer que la educación e investigación abierta sean operativas, así como nuevas propuestas relacionadas con la apertura en estas prácticas. Los países de la Comunidad Europea cuentan con la Open Educational Policy Network<sup>3</sup>, una organización que se dedica a fomentar la adopción de políticas públicas en los países europeos para promover la educación e investigación abierta. Esto es relevante porque cuando una universidad o gobierno de un país de la Unión Europea decide participar en estas prácticas institucionales, esta organización ayuda a comprender la importancia no solo considerando el contexto local sino todo el bloque de la Unión Europea para favorecer la presencia y la difusión de las prácticas abiertas relacionadas con la tecnología.

Ahora, no sólo existen iniciativas para la Comunidad Europea completa, también se han desarrollado interesantes proyectos nacionales (en alineamiento a la política de la Región) como, por ejemplo, The National Forum for Teaching and Learning<sup>4</sup>, que busca promover y catalizar los recursos producidos en Irlanda, para difundir estas prácticas a través de la tecnología.

En América Latina, desde 1996 hasta 2015, ha habido una evolución en las políticas públicas que ha llevado al crecimiento de la matrícula mediante el uso de tecnología (IESALC, 2018). Sin embargo, todavía no se ha logrado consolidar una estrategia regional que promueva la toma de decisiones y la producción de conocimiento abierto como sí lo ha logrado la Comunidad Europea, con beneficios significativos para los países, las instituciones y las personas. En 2018, poco antes de la pandemia, se habían realizado compromisos por parte de los países de la región para promover la educación e investigación abierta, teniendo en cuenta su complejidad y la calidad del conocimiento. Se buscaba articular una política pública a nivel regional. Sin embargo, hasta el momento no se encuentra información relacionada con el estado de avance de esta iniciativa. Afortunadamente, existen esfuerzos de profesionales como los que se congregan en el Nodo Regional Latinoamericano<sup>5</sup> que promueve la Educación Abierta en la Región de América Latina. Un desafío para este foro no gubernamental respaldado por la organización mundial de Educación Abierta Global (OE Global), sería incorporar más y más países incluyendo la zona de El Caribe, que se vería positivamente impactada debido a las condiciones que comparten estos países.

En 2019, se dio un paso adelante al colaborar en la redacción de la política pública de Cuba en conjunción con otros países de la Región y con la ayuda de un país facilitador europeo<sup>6</sup>. Esta colaboración

<sup>3</sup>. <https://oerpolicy.eu/german/>

<sup>4</sup>. <https://www.teachingandlearning.ie/our-priorities/digital-transformation/supporting-open-education/>

<sup>5</sup>. <https://www.oelatam.org/>

<sup>6</sup>. Welten Institute - Research Centre for Learning, Teaching and Technology. Open University of the Netherlands (OUNL)

buscaba facilitar la redacción de políticas públicas y aprender de la experiencia de otros países. En la actualidad no se dispone de información que relacione esta iniciativa con las de la Región o del progreso e impacto de esta política pública.

El tercer desafío para América Latina sería abordar el nivel más táctico y operativo de la estrategia, así como una posible metodología para los países de la región. Si bien, la tecnología está presente, y la Educación e Investigación Abiertas son posibles gracias a su desarrollo, es necesario destacar que no es su foco principal.

La tecnología es una herramienta facilitadora, y que gracias a su evolución hace que sea posible lograr el objetivo que se proponen las prácticas abiertas, pero no es el objetivo en sí mismo. Sin embargo, sin Tecnología, es mucho más complejo y difícil intentar desarrollar un concepto de Educación Abierta. Por tanto, la interrelación entre ambos elementos es sustantiva a las posibilidades de implementación y obtención de resultados.

Este aspecto conlleva otros desafíos asociados que están relacionados con la diferencia de acceso, no sólo entre países sino al interior de los mismos (Schalk, 2010), la diversa calidad de los recursos de aprendizaje producidos; las competencias de los profesores y los estudiantes, los hábitos de estudio y de investigación rigurosa, las formas de interacción, el desarrollo de las disciplinas y del contenido. Es por ello, que se hace necesario promover modelos pedagógicos y de investigación flexibles y más accesibles que superen estas limitaciones de los actuales sistemas y que favorezcan una estructura adecuada de interacción, retroalimentación y aseguramiento de la calidad. Como efecto de la pandemia mundial, los estudiantes en Europa manifestaron alto interés en continuar con un grado de actividades de aprendizaje en línea. En Irlanda, la encuesta INDEX (The National Forum, 2021) demostró que los estudiantes mostraban un importante grado de interés en mantener después de la pandemia, algún nivel de “flexibilidad” en su aprendizaje como resultado de la incorporación del uso de la Tecnología durante la emergencia sanitaria. No nos adentraremos a la infinita cantidad de lecciones aprendidas sobre la correcta apropiación de la tecnología durante este período de emergencia sanitaria pues escapa a los propósitos de esta reflexión.

Las oportunidades para seguir promoviendo prácticas abiertas de Educación e Investigación están más vigentes que nunca, y el desafío está en no perder la oportunidad para consolidarlas en América Latina y El Caribe.

## Conclusión

Con base en lo desarrollado, algunas recomendaciones finales que puedan facilitar la promoción, implementación y desarrollo de las prácticas abiertas de Educación e Investigación en América Latina y El Caribe, serían:

### A nivel Regional:

- Diseñar un Marco de Referencia para la Región o considerar la contextualización (si se considera necesaria) del propuesto por OpenEdu.
- Formalizar una línea de trabajo con un equipo definido y estable en la Región, que tenga como propósito una política y un marco de regulación común aprobado y compartido por todos los países.
- Promover desde los Ministerios de Educación, agencias de acreditación, y organismos no gubernamentales pertinentes, la institucionalidad de la Educación abierta en la Región, los países y las Instituciones.

- Lograr colaboraciones al interior y más allá de las fronteras de cada institución para lograr los propósitos de la Educación e Investigación Abiertas promoviendo vínculos formales de producción educativa y científica.
- Instalar una cultura de cambio e innovación tanto en las políticas (Regional y de países) como al interior de las instituciones.

#### **Al Interior de Educación Superior:**

- Promover el cambio en la cultura de las organizaciones hacia una Transformación Digital.
- Diseñar estrategias a medio y largo plazo que promuevan de forma sistemática y progresiva la Educación e Investigación abiertas
- Promover nuevos modelos de certificaciones que incluyan aquellos obtenidos a través de la Educación e Investigación Abiertas
- Proponer y facilitar financiación en los países y en la Región incluyendo financiamiento externo a la misma
- Implicar a los profesionales e investigadores a través de una política de incentivos
- Promover licencias de recursos abiertos y políticas de publicación abierta (Creative Commons).

## REFERENCIAS

- COMISIÓN EUROPEA. (2013). Opening up Education: a Support Framework for Higher Education Institutions. Obtenido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52013DC0654>
- CREATIVE COMMONS. (s.f.). Creative Commons. Obtenido de <https://creativecommons.org/about/program-areas/education-oer/>
- IESALC. (2018). Conferencia Regional de Educación Superior. (UNESCO, Productor) Obtenido de CRES: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/>
- INAMORATO, A. (2016). The OpenEdu Framework. Obtenido de Comisión Europea. EU Science Hub: [https://joint-research-centre.ec.europa.eu/what-open-education/openedu-framework\\_en](https://joint-research-centre.ec.europa.eu/what-open-education/openedu-framework_en)
- LAŽETIĆ, P., Souto-Otero, M., & Shields, R. (2016). Cincuenta casos de Educación Abierta en Europa. Comision Europea.
- Lustosa, A., Bar Ben, Y., Franco, C., Arias, E., Heredero, E., Botero, J., . . . Spies, M. (2021). Transformación digital en la educación superior América Latina y el Caribe. Banco Interamericano de Desarrollo. Banco Interamericano de Desarrollo.
- OE GLOBAL. (s.f.). Open Education Global. Recuperado el 2023, de <https://www.oeglobal.org/>
- Rovelli, L., & Babini, D. (2021). BID Mejorando vidas. (B. I. Desarrollo, Productor) Obtenido de <https://blogs.iadb.org/conocimiento-aberto/es/el-estatus-ciencia-abierta-americalatina/>
- SALINAS, J. &. (2018). Las diferentes concepciones de la universidad digital en Iberoamérica. RIED. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia.
- Schalk, A. (2010). Conferencia Internacional: El impacto de las TIC en Educación. UNESCO OREALC. UNESCO.
- THE NATIONAL FORUM. (2021). The National Forum for Teaching and Learning. Obtenido de The National Forum INDEX Survey: <https://hub.teachingandlearning.ie/wp-content/uploads/2021/06/INDEX-Survey-Final-Report-15-April-2021.pdf>

## **PARTE II:**

### **PRÁTICAS INTERVENTIVAS COM FAMÍLIAS**

# A FORMAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM CURSO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA DO OLHAR DOCENTE

---

Raquel de Fátima Ferreira Azevedo  
Ana Rojas Acosta

## Resumo

Este estudo teve como tema central o processo de formação do/a assistente social em curso de Graduação a distância. Seu objetivo geral foi verificar se o processo de formação do/a Assistente Social na EAD está em consonância com os princípios e diretrizes que fundamentam a formação do/a assistente social. Para alcançar tal objetivo, adotamos, como método de pesquisa, a abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, fazendo uso de fonte primária aplicação de questionário eletrônico e secundárias baseadas na literatura da área do Serviço Social. Para análise dos dados coletados em campo optamos por aplicação do Discurso do Sujeito Coletivo. Os principais resultados encontrados demonstraram que a hipótese levantada foi confirmada, na medida em que constatamos que as Instituições de Ensino Superior, por meio dos respectivos Projetos Pedagógicos do Curso de Serviço Social, primam pela observância e aplicabilidade dos princípios e diretrizes que fundamentam a formação profissional do/a assistente social, buscando formar profissionais qualificados para seu exercício. Foram identificadas fragilidades quanto à relação trabalhista entre IES e docentes, em razão da sobrecarga das atividades acadêmicas, sem a compensação salarial adequada para esses fins. Por outro lado, percebe-se a necessidade de contínua capacitação para o uso dos recursos tecnológicos pertinentes a essa modalidade. Visando contribuir a partir desta dissertação elaborou-se um produto técnico que visa capacitar permanentemente o corpo docente de IES que propiciem o seu desenvolvimento e melhore a qualidade da EAD destacando a relevância e o acesso ao ensino dos usuários dessa modalidade formativa.

**Palavras-chaves:** Formação Acadêmica; Assistente Social; Educação a Distância; Professores Universitários.

# Introdução

Experiências profissionais de aproximadamente 28 anos somadas aos conhecimentos construídos durante o cumprimento das atividades importantes a respeito da metodologia pedagógica do Programa de Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde e de Políticas Públicas de Saúde e Educação, nos estimularam a refletir de forma crítica e minuciosa sobre nossa prática docente. Contribuindo para identificar o problema que nos inquietava: “O processo de formação na Educação a Distância (EAD) garante a aplicabilidade dos princípios e diretrizes que fundamentam a formação profissional do/a assistente social, qualificando-o/a para o exercício profissional”? Exigindo investigação científica no intuito de confirmar ou refutar a hipótese por nós levantada: “Acreditamos que, independentemente da modalidade formativa, as Instituições de Ensino, por meio de seus Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Serviço Social, devem primar pela observância e aplicabilidade dos princípios e diretrizes que fundamentam a formação profissional do/a assistente social, tendo por primazia formar profissionais qualificados/as para o seu exercício”, bem como alcançar a transformação da nossa prática docente, mediante propostas de sugestões de melhorias expressas em produto técnico que contemple recomendações práticas mediadas por tecnologias pedagógicas utilizadas no curso de capacitação de docentes para a atuação na Educação a Distância.

Face ao exposto, optamos por abordar a política de educação e o processo de formação na EAD como algo que prepara para o exercício profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais, tema frequentemente inserido nas pautas de reuniões e seminários, espaços de debates dos/as profissionais de Serviço Social, assim como de suas principais entidades representativas, como o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), Conselho Regional de Serviço Social (Cress), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), nos quais se indaga constantemente sobre a qualidade dos cursos ofertados e dos/as profissionais que estão sendo formados/as na modalidade a distância.

Apesar de ser um tema amplamente debatido em congressos e fóruns, conforme inferimos anteriormente, identificamos, durante a nossa pesquisa bibliográfica, uma lacuna de produção literária a respeito, o que evidencia ainda mais a importância de debatermos, pesquisarmos e produzirmos conteúdo a respeito da formação do/a assistente social da Educação a Distância. Ao abordarmos o tema “A Formação do/a Assistente Social em Curso de Graduação a Distância: uma abordagem reflexiva do olhar docente”, buscamos estabelecer uma conjectura sobre o processo de formação do/a assistente social e a respeito das questões que transpassam o cotidiano do exercício profissional, intencionando não combater a EAD, mas identificar suas potencialidades e vulnerabilidades, bem como sugerir ações que visem superar possíveis fragilidades encontradas.

Identificar a diferença entre as expressões Ensino e Educação na modalidade a Distância, neste momento, parece ser importante para melhor compreender a razão de optarmos pelo termo EaD - Educação a Distância. Para tanto, recorremos ao dicionário Michaelis, o qual apresenta ensino como “um processo educativo que envolve a transmissão de conhecimento, informações ou esclarecimentos úteis e indispensáveis à educação”. Diferenciando-se da educação que, neste contexto, pode ser definida como “Processo que visa ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, através da aplicação de métodos próprios, com o intuito de assegurar-lhe a integração social e a formação da cidadania”.

Assim sendo, o termo ensino está ligado a métodos mais tradicionais do processo de ensino pedagógico, enquanto o termo educação abrange sentido mais amplo, uma vez que prepara o indivíduo para exercer de fato seu papel de cidadão dentro da sociedade da qual faz parte.

Nesse sentido, e na contramão do posicionamento expresso pela nossa categoria profissional, podemos afirmar que a EAD representa atualmente a democratização do ensino em seus mais abrangentes aspectos, expondo como qualidades, primeiramente, a viabilização do acesso ao conhecimento, superando questões como tempo e espaço, contribuindo diretamente para transformações significativas nos paradigmas educacionais, ao passo que propicia mudanças no processo de ensino-aprendizagem.

No referencial teórico, realizamos um resgate histórico apoiado em autores de referência do Serviço Social e em normativas regulamentadoras do processo de formação. No primeiro capítulo, apresentamos um breve percurso histórico do Serviço Social e do seu processo de formação, no qual observamos que o Serviço Social no Brasil buscou encontrar teorias que pudessem contribuir para fundamentar e profissionalizar sua prática.

No segundo capítulo, discorremos sobre como a educação foi tratada ao longo do tempo no Brasil e nos preocupamos em nos debruçarmos sobre essa questão para compreender os avanços da educação e o seu processo de expansão na EAD.

Deixamos para o terceiro capítulo a abordagem da formação do/a assistente social na modalidade a distância, explanando especificamente sobre a expansão dos cursos de Serviço Social nessa modalidade no Brasil e seus reflexos na prática docente, procurando demonstrar os desdobramentos de todas essas mudanças para a intervenção profissional.

Nos dois últimos capítulos, descrevemos de forma detalhada a metodologia da pesquisa adotada e apresentamos e analisamos os resultados dos achados na coleta da pesquisa de campo.

Esta pesquisa teve como objetivo geral, verificar se o processo de formação do/a Assistente Social na EAD está em consonância com os princípios e diretrizes que fundamentam a formação do/a assistente social.

E como objetivos específicos: a) Levantar perfil e experiência do corpo docente; b) Constatar o cumprimento das disposições regulamentadoras no processo de formação do/a assistente social no curso oferecido pelas Instituições de Ensino Superior (IES); c) Verificar se as organizações e estruturação do curso estão em consonância com os princípios que fundamentam a formação profissional do/a assistente social; d) Identificar se há primazia na apreensão das dimensões do projeto de formação profissional na elaboração do PPC e dos Currículos Plenos; e) Averiguar se a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo/profissional está contemplada no PPC; f) Conhecer as percepções dos/as docentes quanto às possibilidades e limites da docência na EAD; g) Propor um curso de capacitação para docentes por meio da educação continuada, que vise qualificá-los/las para as mudanças que vêm ocorrendo no cenário educacional, desenvolvendo competências para mediação pedagógica proporcionada por Tecnologias Digitais da Informação (TDIC).

## Método

Considerando o caráter subjetivo do objeto em análise, realizamos pesquisa de caráter exploratório e descritiva e abordagem quali-quantitativa, porque acreditamos que estudos quantitativos complementados por estudos qualitativos podem fornecer maior potencial de interpretação do objeto pesquisado ao agregar a percepção dos sujeitos participantes.

Nesse sentido, Minayo (2014, p. 248) afirma que “[...] pesquisa qualitativa se aplica, ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções, e das opiniões, fruto de interpretações que as pessoas têm a respeito de como vivem, sentem e pensam”.

Para atingir nosso objetivo, efetuamos um levantamento bibliográfico acerca da temática, assim como foram produzidos dados de fonte primária, por meio de um questionário aplicado aos sujeitos da

pesquisa, a partir da amostra preliminarmente definida pelos critérios de inclusão e/ou exclusão.

Como critério de inclusão, determinamos: a) docentes do curso de Serviço Social com vínculo em ensino ofertado na modalidade a distância nos últimos cinco anos e b) docentes do curso de Serviço Social que tenha lecionado na modalidade a distância nos últimos cinco anos.

Como critérios de exclusão determinamos: a) docentes do curso de Serviço Social vinculados somente ao ensino ofertado na modalidade presencial; b) docentes do curso de Serviço Social que tenham lecionado na modalidade a distância há mais de cinco anos e c) docentes não graduados no curso de Serviço Social.

Devido ao fato de o questionário on-line criado exclusivamente no Google Forms para esta pesquisa conter assertivas preparadas para serem utilizadas na escala tipo Likert, questões objetivas, de múltiplas escolhas e abertas, durante o processo de análise, adotamos as estratégias de análises especificadas a seguir.

Questões tipo Likert – foram submetidas a uma análise estatística descritiva. Uma vez realizada a coleta dos dados via Google Forms, as questões objetivas e de múltipla escolha foram quantificadas por meio de tabulação de dados em planilha Excel exportada do próprio Google Forms, a partir da qual, elaboramos a interpretação dos dados. As questões abertas foram analisadas levando em consideração a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem por objetivo “[...] reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos-síntese quantos se julguem necessários para expressar uma dada ‘figura’, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 19).

Na construção desse método, destacam-se, em cada discurso, expressões-chave que simbolizam as ideias centrais, bem como a elaboração de expressões que identificam o sentido e a ideologia presentes nas respostas individuais. Tendo selecionado os itens citados, é possível preparar um depoimento de sentido semelhante a fim de representar o pensamento coletivo (Id. Ibid.).

Os dados das questões abertas foram coletados com o apoio de um Quadro Sinóptico, que nos permitiu visualizar medidas de centralidade e de variabilidade, frequências observadas e relativas nas respostas fornecidas em cada uma das questões abertas.

## Resultados e Discussões

Os dados coletados durante a aplicação da pesquisa anteriormente detalhada nos permitiram chegarmos à análise final dos dados, conforme segue:

Visando atingir o primeiro objetivo específico - Levantar perfil e experiência do corpo docente -, identificamos nas respostas de 1 a 5, uma predominância de docentes de gênero autodeclarado feminino, com titulação de mestre, acumulando a função de coordenação e docente, apresentando tempo médio de experiência entre 6 e 10 anos, com contrato de trabalho integral.

Nessa primeira fase, identificamos que a Lei nº 9.493/1996 – LDB, aparentemente, tem sido respeitada pelas IES, especificamente em seu art. 52, em seus incisos II e III, onde determinam que “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral”, uma vez que esses aspectos compõem os critérios de avaliação do MEC.

As respostas das questões 6 a 10, vinculadas ao segundo objetivo específico, atestam o cumprimento das disposições regulamentadoras no processo de formação do/a assistente social no curso ofertado pelas IES; os dados coletados confirmaram que realmente as IES possuem conhecimento das exigências dispostas nas normas regulamentadoras do curso de Serviço Social, indo além do mínimo estabelecido.

Fica evidente que as instituições ofertam cursos com carga horária superior às horas prescritas nas diretrizes curriculares, preocupando-se em incluir nos PPCs componentes curriculares que possam contribuir para incentivar os/as discentes a ingressarem no mundo da ciência e da pesquisa, bem como desenvolver a relação social, profissional entre seus pares e comunidades ao promoverem atividades de extensão.

As questões 11 e 13 foram elaboradas visando atingir o terceiro objetivo específico: verificar se a organização e a estruturação do curso estão em consonância com os princípios que fundamentam a formação profissional do/a assistente social. Os achados, nessa dimensão, demonstraram que são demandados esforços para evitar que haja fragmentação do conteúdo no Currículo Pleno, com vistas a superar possíveis fragmentações existentes no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para que novos percursos sejam trilhados em busca de conhecimentos baseados em experiências concretas no transcorrer da formação profissional. Ainda assim, os/as docentes participantes expressaram não terem certeza de que o PPC realmente apresente rigoroso trato em estabelecer consonância entre a dimensão teórica, histórica e metodológica do Serviço Social e a realidade social local da intervenção profissional.

Pretendendo alcançar o quarto objetivo específico: identificar se há primazia na apreensão das dimensões do projeto de formação profissional na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e dos Currículos Plenos, nas respostas das questões 14 a 18, nos chama a atenção a fragilidade identificada no acompanhamento e orientação dos alunos durante a elaboração/construção do Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que esse processo pode representar, para os/as discentes, um sofrimento acadêmico, podendo impactar diretamente em permanecer ou não na vida acadêmica e dedicar-se à pesquisa, dimensão de extrema importância para qualquer profissão, inclusive o Serviço Social até mesmo para o futuro de um País.

Ambicionando encontrar respostas para o quinto objetivo específico: averiguar se a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo/profissional está contemplada no PPC, as questões 19 a 25 tiveram respostas no sentido de que, nessa dimensão, a maior parte das IES vem cumprindo as normas legais que permeiam essa prática, mediante a oferta de suporte necessário aos seus/suas discentes, garantindo o seu acompanhamento por um/a supervisor/a acadêmico/a de estágio e/ou professor/a orientador/a de estágio, contribuindo diretamente para que o discente possa vivenciar a prática cotidiana do/a assistente social.

Para trazer luz ao sexto objetivo específico: conhecer as percepções dos/as docentes quanto às possibilidades e limites da docência na EAD, elaboramos duas questões, uma delas é a de número 26 - Identifique as facilidades e dificuldades da docência na EAD. Essa questão gerou respostas indicando algumas facilidades; porém chamam atenção as dificuldades apresentadas, uma vez que dizem respeito ao que demos o nome de categoria trabalho: manifestações relativas à sobrecarga de trabalho, fragilidade de vínculo empregatício, estresse de trabalho; insegurança, no processo de ensino-aprendizagem provocada pela falta de familiaridade com os recursos tecnológicos que permeiam a EAD, bem como pelo distanciamento entre docentes x alunos e dúvidas quanto ao efetivo aprendizado dos/as discentes em relação aos conteúdos trabalhados.

Por fim, deixamos na questão número 27 uma pergunta que pudesse apresentar a percepção dos docentes em relação ao tema: Qual a sua percepção sobre o processo de formação dos/as assistentes sociais na EAD? As respostas confirmaram a divisão que existe na categoria profissional do/a assistente social, quando o tema é formação na modalidade a distância, ou seja, alguns/algumas assistentes sociais, mesmo fazendo parte dessa modalidade de ensino, o categorizam como precarização da educação em razão da subjugação da educação ao sistema ideológico capitalista. E existem aqueles/aquelas

assistentes sociais que se orgulham dos cursos que ajudam a organizar e estruturar na EAD; entendem que é uma modalidade de ensino que faz parte da política educacional vigente no País, não havendo possibilidade de retroceder, cabendo contribuir para que os profissionais formados nesses cursos saiam capacitados para realizar intervenções assertivas e efetivas em qualquer política social em que atuar.

## Considerações Finais

Por meio dos achados da pesquisa foi possível identificar, como fragilidade, a insegurança e dificuldade de manuseio e domínio de recursos tecnológicos por parte da amostra dos docentes.

Pensar o processo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância requer que os envolvidos tenham o mínimo de entendimento sobre a utilização de todos os recursos tecnológicos que estão disponíveis na contemporaneidade, de maneira a contribuir para um resultado mais efetivo e prazeroso.

Outro aspecto negativo encontrado diz respeito a relação precarizada entre docentes e Instituição de Ensino, ao passo que nos relatos dos docentes pesquisados encontramos manifestações referente a falta de equiparação salarial condizentes com a maior exigência pedagógica requerida nesse processo de ensino-aprendizado vivenciado na EAD.

Desse modo, ao fim da pesquisa, foi possível propomos um curso de capacitação para docentes, baseado na apresentação, atualização e qualificação de algumas ferramentas tecnológicas, as quais, somadas às práticas pedagógicas que versam sobre aprendizagem significativa, podem contribuir para que os atores envolvidos nesse processo tenham a oportunidades de participar de um curso de formação de boa qualidade, conforme preconizado pelos princípios do processo de formação do/a Assistente Social, contribuindo diretamente para formar profissionais qualificados para o exercício assertivo da profissão.

## **REFERÊNCIAS**

- BRASIL. MEC Lei n. 9394. Aprovada em 20 de dezembro de 1996. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de dezembro de 1996.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. Depoimentos e discursos. Brasília: Liberlivro, 2005.
- MICHELIS. Dicionário On-line Brasileiro de Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/creditos/>>. Acesso em 23 Dez. 2021.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14<sup>a</sup> ed. - São Paulo: Hucitec, 2014, p. 407.

# **REVISTA INTERFACE: FAMILIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS – RIFPP**

## **INSTRUÇÕES PARA PROXIMAS PUBLICAÇÕES**

# **REVISTA INTERFACE: FAMILIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS – RIFPP**

## **INSTRUÇÕES PARA PROXIMAS PUBLICAÇÕES**

---

### **Política de Publicação**

A RIFPP tem como objetivo a publicação de trabalhos relevantes e atuais no campo das Ciências da Saúde e Ciências Humanas e Sociais, bem como em áreas relacionadas e suas inter-relações interdisciplinares. Cada edição da revista aborda uma temática específica, definida pela Comissão Editorial com base em sua importância no contexto social contemporâneo. No entanto, a revista também reserva espaço para a publicação de trabalhos que abordem outros assuntos, em prol da interdisciplinaridade.

Os artigos submetidos para publicação devem ser inéditos e não podem ser apresentados simultaneamente a outro periódico, tanto em seu texto quanto em suas figuras e tabelas.

A RIFPP prioriza a publicação de artigos de pesquisa científica relevantes para a temática abordada em cada volume.

Os manuscritos submetidos passam por uma análise prévia realizada pelos membros da Comissão Editorial antes de serem encaminhados a pareceristas externos. Durante essa análise, são observados critérios como adequação aos objetivos e política editorial da revista, formato de apresentação dos artigos e potencial de publicação.

A aceitação dos artigos na RIFPP é baseada em critérios como originalidade, validade dos dados, clareza da escrita, relevância das conclusões e contribuição científica para as áreas das Ciências Humanas e Sociais. Cada manuscrito é avaliado por pelo menos dois pareceristas externos, que fornecem comentários detalhados sobre o mérito científico do trabalho, decidem sobre sua aceitação ou rejeição, e podem sugerir reformulações.

Durante a análise, são avaliados critérios como rigor, clareza e precisão na produção científica, redação, descrição metodológica, conteúdo e integridade ética e teórica. Caso sejam necessárias modificações na estrutura e no conteúdo do artigo, elas serão encaminhadas aos autores. Não são permitidas adições ou alterações ao texto após a avaliação e aceitação final.

A decisão final sobre a publicação do artigo é tomada pelos Editores e pela Comissão Editorial, com base no programa editorial da RIFPP. Em caso de discrepâncias entre os pareceristas, podem ser solicitadas outras avaliações.

A Comissão Editorial garante o anonimato dos autores durante o processo de avaliação, assim como o sigilo da participação dos avaliadores, proporcionando liberdade para julgamentos e avaliações.

A RIFPP aceita trabalhos nos idiomas português, espanhol e inglês.

A autoria dos artigos atribui crédito e responsabilidade pelo conteúdo publicado. Portanto, as opiniões e conceitos expressos nos trabalhos, assim como a precisão.

## **Apresentação dos Trabalhos**

### **I. VOLUME DIVIDIDO EM DUAS PARTES:**

a) de natureza conceitual que refletirá sobre as questões norteadoras do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão de Famílias e Políticas Públicas – NEF.

b) de natureza teórico-empírica ou técnico-científicas com ênfase na internacionalização do conhecimento cujas reflexões tenham por base os resultados de estudos e pesquisas em diferentes contextos nacionais e internacionais.

### **II. RECOMENDAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE CAPÍTULO:**

#### **FORMATAÇÃO DO TEXTO**

**1. INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE CAPÍTULO:** Será aceito somente um capítulo com texto inédito por autor(a) e até 4 co-autores;

**2.** Os textos devem ter entre 10 e 17 páginas, incluindo as referências bibliográficas com formato A-4, redigido em Word, com margens esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm, com fonte Arial, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5 com recuo do parágrafo 1,25 e fonte corpo 10 para citações de mais de três linhas e notas.

**3. IDENTIFICAÇÃO DO(S) AUTOR(ES):** Deve vir logo abaixo do título, com chamada de rodapé em numeral, utilizando, o recurso automático do Word. A nota de rodapé deve identificar para cada autor a maior titulação, Universidade, Nome do Departamento ou da instituição, Programa de Pós-Graduação, Grupo de pesquisa, Agência de Fomento, Cidade, País e E-mail. ID Orcid.

**4. TÍTULO DO CAPÍTULO:**

Letra: time new roman, 13 negrito (redondo); subtítulo arial 13 normal. Os autores deverão indicar o título do capítulo que deverá ter no máximo 15 palavras e que incluam as palavras-chave da temática/ ou a problemática abordada. O título do trabalho utilizará a versão do idioma do texto, com no máximo, 15 palavras, digitado em corpo 14, em negrito, centralizado; o subtítulo, se houver, deverá ser separado por dois pontos.

Cada capítulo deverá apresentar uma breve síntese da produção em 07 (sete) linhas para a elaboração da apresentação da obra.

## 5. SUBDIVISÃO DO TEXTO:

- a) Deve ser eliminada a numeração das partes, utilizando-se títulos breves destacados em negrito, justificado, sem recuo, utilizando letra maiúscula e minúscula;
- b) Do conteúdo: introdução, desenvolvimento e considerações finais/ou conclusão, sendo que os títulos serão redigidos em negrito. Não é necessário escrever a palavra desenvolvimento, simplesmente, escreva o título do tópico. A normalização das notas, citações e as referências bibliográficas em consonância com as normas da ABNT.

As questões éticas relativas à publicação de pesquisa com seres humanos são de inteira responsabilidade dos autores e devem estar em consonância com os princípios da Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1996, 2000, 2008 e 2013) e na resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As publicações deverão indicar no último parágrafo da seção Metodologia os aspectos éticos envolvidos no trabalho e número de registro de aprovação do comitê de ética em pesquisa.

- c) Sugere-se que as ilustrações possam ser apresentadas em cores.

Obs: Quando for enviado o texto, para os editores, deve se agregar declaração de revisão gramatical da publicação.

## 6. REFERÊNCIAS DE CITAÇÕES:

- a) referências de citações literais e paráfrases após citações, devem informar sobrenome do autor em caixa alta, data da obra e páginas, dentro de parênteses. Ex: (Coxshall 2015, p. 18-52).
- b) referências de citações literais ou paráfrases antes do trecho citado devem informar sobrenome do autor com apenas a primeira letra maiúscula fora de parênteses, e data da obra e páginas dentro de parênteses. Ex. Conforme Coxshall (2015, p. 50), “a segurança social tem como princípio...”.
- c) citações não literais e que não sejam paráfrases, que façam somente menção a ideia ou a obras, devem seguir as regras básicas da ABNT.

7. NOTAS: Devem ser reduzidas em sua quantidade e tamanho, colocadas ao final da página, com caracteres dois pontos menores do que o do corpo do texto (Aria 10)

8. Usar espaço simples entre linhas e entre notas.

9) DESTAQUES: Elimina-se o uso de negrito e grifo para destaque ou ênfases, devendo-se utilizar o negrito para títulos de livros e periódicos e o itálico para nomes científicos de espécies animais; plantas; microrganismos; - palavras e locuções em outros idiomas.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Somente das obras citadas no texto, seguindo rigorosamente as normas da ABNT 6023 (com alinhamento a esquerda); sem deslocamento e espaçamento):

As referências bibliográficas devem ser colocadas no final do capítulo em ordem alfabética por sobrenome do autor, com as obras efetivamente citadas. Sua elaboração deve ser realizada em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

Nas referências, deve-se utilizar o título em negrito e não sublinhado e o subtítulo não deve ser destacado. Importante salientar que por questão de absoluto rigor no crédito à produção dos autores referidos, solicitamos que não sejam utilizados traços em substituição aos seus nomes.

**11. ILUSTRAÇÕES E RECURSOS GRÁFICOS:** Admite-se o uso de tabelas, quadros e figuras (desenhos, cartogramas, esquemas, fotos, diagramas, fluxogramas, organogramas etc.), até o limite máximo de 05 (cinco) se os mesmos justificarem a importante necessidade para a composição do texto.

As tabelas, figuras, gravuras, gráficos e desenhos em preto e branco devem ser inseridos no texto, numerados com algarismos arábicos sequencialmente, acompanhados de legendas e indicação de fonte e citadas no texto como figura. Devem ser suficientemente claras para permitir a publicação.

Nesse caso, devem estar devidamente numerados, referenciados no texto, intitulados e com respectivas fontes, se for o caso. Os gráficos, figuras, fotos e qualquer arquivo gráfico que estejam inseridos no texto devem seguir o padrão JPG e com resolução mínima de 300 dpi.

**12. DIREITOS AUTORAIS:** Conforme orientação da Editora da Universidade os autores deverão, após a entrega do capítulo à coordenadora / organizadora da obra, assinar uma Autorização, por escrito, como detentores dos direitos autorais de figuras, imagens e quaisquer outros produtos que sejam possíveis de direitos autorais e que não sejam de autoria do autor/organizador”, bem como assinar a autorização sobre a publicação de seu artigo na obra isso significa que em caso de utilização de figuras e imagens de outrem, o autor do artigo deverá comprovar por escrito que tem autorização do autor da imagem ou figura para inserir no texto.

### **III. RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE RESUMO EXPANDIDO**

(NÃO esqueça de deletar essas informações ao inserir título, nome de autoria, etc.)

#### **TÍTULO DO TRABALHO**

(Título do trabalho em letras maiúsculas, utilizando fonte Arial, corpo 12, em negrito, centralizado com, no máximo, 20 palavras).

Categoria do Trabalho – Trabalhos de Conclusão de Curso (Fonte Arial, corpo 12).

Inserir os nomes do(s) autor(es) e do(s) orientador(es), seguido da filiação institucional de ambos, em itálico, fonte Arial, corpo 12.

e-mail do autor principal

[O resumo expandido não deve exceder 6 (seis) páginas no total, sendo que as referências não entram nessa contagem.].

#### **RESUMO**

Inserir aqui o resumo do trabalho, com fonte Arial, em corpo 12, justificado, em parágrafo único, com espaçamento de 1,5 entre as linhas, deve conter no máximo 250 (duzentas e cinquenta) palavras, com breves e concretas informações sobre a justificativa, os objetivos, métodos, resultados e conclusões do trabalho e sem inclusão de tabelas, equações, desenhos e figuras. O arquivo deve ser apresentado em documento de Word, sendo o título do arquivo o mesmo do trabalho. Não deve conter referências bibliográficas. O resumo deve ser apresentado com parágrafo único.

Palavras-chave: de três a cinco, separadas por ponto e vírgula, dispostas em sequência, na mesma linha, fonte Arial, corpo 12, justificadas.

## **INTRODUÇÃO**

A introdução do trabalho deve ser breve e conter, no máximo, 1000 (um mil) palavras. Com fonte Arial, em corpo 12, justificado, com espaçamento de 1,5 entre as linhas. Justificar o problema estudado de forma clara, utilizando-se revisão de literatura. O último parágrafo deve conter os objetivos do trabalho realizado.

## **OBJETIVOS**

## **MÉTODO**

Deve ser concisa, mas suficientemente clara, de modo que o leitor entenda e possa reproduzir os procedimentos utilizados. Deve conter as referências da metodologia de estudo e/ou análises laboratoriais empregadas. Não deve exceder 500 (quinhentas) palavras. Fonte Arial, em corpo 12, justificado, com espaçamento de 1,5 entre as linhas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Inserir os dados obtidos, até o momento, podendo ser apresentados, também, na forma de Tabelas e/ou Figuras. A discussão dos resultados deve estar baseada e comparada com a literatura utilizada no trabalho de pesquisa, indicando sua relevância, vantagens e possíveis limitações. Fonte Arial, em corpo 12, justificado, com espaçamento de 1,5 entre as linhas. Não foi definido um limite máximo de palavras para essa seção, com o objetivo de permitir maior flexibilidade ao(s) autor(es), desde que não seja excedido o limite de seis laudas no total do trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Devem ser elaboradas com o verbo no presente do indicativo, em frases curtas, sem comentários adicionais, e com base nos objetivos e resultados do Resumo Expandido. Não deve exceder 200 (duzentas) palavras, sendo a fonte Arial, corpo 12, justificado, com espaçamento de 1,5 entre as linhas.

## **REFERÊNCIAS**

Devem ser listados apenas os trabalhos mencionados no texto, em ordem alfabética do sobrenome, pelo primeiro autor. Dois ou mais autores, separar por ponto e vírgula. Os títulos dos periódicos não devem ser abreviados. A ordem dos itens em cada referência deve obedecer às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Por fim, coloque a descrição do nome completo do(a) autor(a) contemplando que deve ser escrito em terceira pessoa e deve falar sobre sua origem; sua formação; sua vinculação institucional, temas que estuda e contato.

Envie por e-mail a: nef.unifesp@gmail.com

Os direitos autorais dos artigos publicados na Revista Interfaces: Famílias e Políticas Públicas (RIFPP) pertencem aos seus respectivos autores, sendo que a revista possui o direito de realizar a primeira publicação. Como os artigos são disponibilizados nesta revista de acesso público, eles podem ser utilizados gratuitamente, com a devida atribuição, para fins educacionais, profissionais e de gestão de políticas públicas.



O terceiro volume da Revista Interfaces: Famílias e Políticas Públicas - RIPFPP apresenta uma variedade de temas relevantes relacionados à proteção social das famílias na América Latina, Europa e Caribe. Esta coletânea, disponível em português e espanhol, reúne estudos realizados durante os Encontros de Pesquisadores promovidos pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Famílias e Políticas Públicas - NEF/UNIFESP ao longo de 2022.

Composto por doze artigos, o primeiro conjunto aborda as políticas de proteção social nessas regiões. Os temas incluem questões étnicas, raciais e de gênero diante das alterações climáticas, o cotidiano da assistência social em tempos de pandemia e pós-pandemia, reflexões sobre o desafio significativo da aversão aos pobres no Brasil, a influência do m-learning como ferramenta de aprendizagem durante a pandemia de Covid-19, envelhecimento e políticas públicas no Brasil, os desafios enfrentados pelos municípios de pequeno porte durante a pandemia, segurança alimentar e desenvolvimento urbano, as violências baseadas no gênero e as táticas de resistência entre estudantes universitários, a produção técnico-científica de estudos em redes interinstitucionais de pesquisa, desenvolvimento urbano integral e policêntrico, educação e pesquisa abertas na América Latina e no Caribe.

A segunda parte do volume apresenta prática intervenciva, incluindo estudo sobre a formação do assistente social em um curso de graduação a distância e reflexões sobre a perspectiva docente nesse contexto.

O objetivo deste volume é contribuir para a reflexão e aprofundamento dos temas abordados, além de fornecer subsídios para práticas e políticas públicas voltadas para a proteção social das famílias nessas regiões.



Trinity College Dublin  
Coláiste an Tríonaíle, Baile Átha Cliath  
The University of Dublin



ISBN 978-65-87312-61-3 [coleção completa]  
ISBN 978-65-87312-87-3 [volume 3]